

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

IVONE HIROMI ODA

**OS RECURSOS PERSUASIVOS NO EDITORIAL DE  
JORNAL SOB A PERSPECTIVA DA LINGÜÍSTICA  
SISTÊMICO-FUNCIONAL**

Doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem

São Paulo

2008

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC-SP

IVONE HIROMI ODA

**OS RECURSOS PERSUASIVOS NO EDITORIAL DE  
JORNAL SOB A PERSPECTIVA DA LINGÜÍSTICA  
SISTÊMICO-FUNCIONAL**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como atendimento à exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Doutora Sumiko Nishitani Ikeda.

São Paulo

2008

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

---

---

Dedico esta tese ao Professor Hiroshi Muranaka, pelo seu constante incentivo e por guiar-me nesse mundo da linguagem e inculcar em mim o interesse pelas palavras...

*(in memmorian)*

## AGRADECIMENTOS

À Dra. Sumiko Nishitani Ikeda, pela constante reflexão e infinita disposição no encaminhamento deste trabalho e pelo entusiasmo com que orientou e acompanhou todo o processo com seriedade, mas também com um toque caloroso, que me acolheu com grande generosidade.

Aos Doutores Maria Aparecida Caltabiano, Orlando Vian Jr e Valéria Branco M. P. dos Santos pela leitura rigorosa e pelas sugestões Importâncias nos exames de qualificação.

Aos colegas, com os quais dividi os seminários e compartilhei grandes momentos de reflexão e de descobertas.

À minha família: à minha mãe que sempre me apoiou e me protegeu e valorizou a educação como formação de indivíduos independentes; ao Alberto, companheiro de muitas discussões e ao Milton por assumir grande parte das responsabilidades filiais que permitiram minha dedicação a este projeto.

Aos meus colegas da CALJ, em especial à Kazuko pela amizade e compreensão e aos meus alunos que compartilharam de meus momentos de entusiasmo e ansiedade.

À Cíntia e à Érica pela leitura e pelos comentários que me ajudaram muito.

Ao Marcelo, ao Reiji, à Shurli e ao Ubirajara pelo apoio nesta jornada.

# OS RECURSOS PERSUASIVOS NO EDITORIAL DE JORNAL SOB A PERSPECTIVA DA LINGÜÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

## RESUMO

O presente estudo, de caráter semiótico-social, na esteira da Lingüística Sistêmico-Funcional de Halliday (1985, 1994) e seus colaboradores, enfoca o gênero editorial jornalístico no jornal *Folha de S.Paulo*, do ponto de vista da análise crítica do discurso, examinando a persuasão explícita e implícita presentes na interação através da escrita. A meta de uma análise lingüística crítica de um texto é desemaranhar os significados ocultos em suas estruturas lexicais, semânticas e sintáticas conforme elas gradualmente mediam o significado geral, e ver como esses significados ajudam a construir o conteúdo ideológico, de tal forma que, em última instância, esse conteúdo seja não somente captado, mas também conquistado; como Fairclough (1989: 1) diz, “*a consciência é o primeiro passo em direção da emancipação*”. O editorial difere em seu estilo ou estratégias textuais e sugere uma ‘voz’ característica para um determinado jornal, segundo o autor. O que distingue o editorial não é a oferta de valores e crenças, mas o emprego de estratégias textuais que salientam o ato de fala de oferta de valores e crenças, continua ele. Há sempre modos diferentes de dizer a mesma coisa, e esses modos não são alternativas acidentais: diferenças em expressão trazem distinções ideológicas (e assim diferenças de representação). Assim, examino o editorial considerando a dimensão pragmática desse gênero, o que envolve a noção de *enquadre (frame)*, como um arcabouço que contém em si a questão do *intertexto* e, conseqüentemente, do *discurso relatado*; da *cripto-argumentação* ou argumentação secreta; do *alinhamento*, que traz consigo o posicionamento do autor através do conceito de *avaliatividade (appraisal)*, que envolve a noção de *tokens* de atitude. A análise, tendo esse apoio teórico como pano de fundo, aplicará a proposta sobre o uso de *falácias* e *entimemas* na argumentação, de Lauerbach (2007) e de Toulmin (1958), e com base nas *dimensões avaliativas*, de Lemke (1998), verificará: (a) a natureza lingüística da avaliação contida nesse texto; (b) os itens léxico-gramaticais que expressam essa avaliação; e (c) como (a) e (b) concorrem para a construção da argumentação do editorial e, em última instância, para a persuasão discursiva contida nesse texto.

**Palavras-chave:** Análise crítica, editorial jornalístico, persuasão, argumentação, Lingüística Sistêmico-Funcional.

---

THE PERSUASIVE RESOURCES IN THE NEWSPAPER EDITORIAL UNDER  
THE PERSPECTIVE OF SYSTEMIC FUNCTIONAL LINGUISTICS

**ABSTRACT**

The present study is a social semiotic account of a newspaper editorial, which draws on both Halliday's (1985, 1994) Systemic Functional Linguistics and Fairclough's Critical Discourse Analysis. Of particular interest is the persuasion – explicit or implicit – present in an editorial from the Brazilian newspaper *Folha de S.Paulo*. The aim of a critical linguistic analysis of a text is to unfold the meanings hidden in its lexical, semantic, syntactic structures as they gradually mediate the general meaning, and to observe how these meanings help to build its ideological content. As Fairclough (1989: 1) states, "*consciousness is the first step towards emancipation*"; he also notes how differences in style or textual strategies in these texts suggest a 'voice', characteristic of the newspaper in which they are published. What distinguishes the editorial is not the values-and-beliefs offered, but the use of textual strategies that accentuates the act of speech of values-and-beliefs offered, he adds. There are always different ways to say the same thing, and these ways are not accidental alternatives: differences in expression bring ideological distinctions and so bring differences in representation. Thus, I examine an editorial taking into account the pragmatic dimension of this genre, which involves the notion of *frame*, as a framework that contains the question of *intertext* in itself, and therefore the notions of *reported speech*; of *crypt-argumentation* or secret argumentation; and of *footing*. The latter heralds the author's position through the concept of *appraisal*, which involves the notion of *tokens* of attitude. The analysis, having these theoretical supports as background, will apply the proposal of *fallacies* and *enthymemes* in argumentation, by Lauerbach (2007) and by Toulmin (1958) respectively. And, based on *evaluative dimensions* by Lemke (1998), I will check (a) the linguistic nature of evaluation within such text; (b) the lexico-grammatical items that express this evaluation; and (c) how (a) and (b) concur for construing the editorial argumentations and, in last instance, for building discourse persuasion within this text.

**Keywords:** Critical analysis, newspaper editorial, persuasion, argumentation, Systemic Functional Linguistics



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 - Critérios do Valor Notícia, de Galtung & Ruge (1973).....	10
Quadro 1.2 - Relação processos/participantes.....	35
Quadro 1.3- Orientações avaliativas: dimensões semânticas (Lemke, 1998:37).....	53
Quadro 1.4 - Fontes de conhecimento na Interpretação de texto (Goatly, 1997: 137).....	57
Quadro 1.5 - Tipo de discurso e contexto social (Fairclough, 1989: 146) .....	58
Quadro 1.6 - Modelo de comunicação lingüística (Goatly, 1997: 293).....	59
Quadro 1.7 - Modalização epistêmica .....	71
Quadro 2.1 - Lista de editorias .....	96
Quadro 2.2 - Adaptação das Dimensões Avaliativas (Lemke, 1998: 37) .....	99
Quadro 2.3 - Análise dos parágrafos.....	101
Quadro 3.1 - Apresentação do editorial.....	102
Quadro 3.2 - Análise das Dimensões Avaliativas (1º parágrafo).....	105
Quadro 3.3 - Argumentação (1º período do 1º parágrafo).....	106
Quadro 3.4 - Argumentação (2º período do 1º parágrafo).....	107
Quadro 3.5 - Análise das Dimensões Avaliativas (2º parágrafo).....	107
Quadro 3.6 - Argumentação (1o período do 2º parágrafo).....	109
Quadro 3.7 - Argumentação (2o período do 2º parágrafo).....	109
Quadro 3.8 - Análise das Dimensões Avaliativas (3º parágrafo).....	110
Quadro 3.9 - Argumentação (1o período do 3º parágrafo).....	111
Quadro 3.10 - Argumentação (2o período do 3º parágrafo).....	112
Quadro 3.11 - Análise das Dimensões Avaliativas (4º parágrafo).....	113
Quadro 3.12 - Argumentação (4º parágrafo).....	114
Quadro 3.13 - Análise das Dimensões Avaliativas (5º Parágrafo) .....	114
Quadro 3.14 - Argumentação (1º período do 5º parágrafo).....	115

Quadro 3.15 - Argumentação (2º período do 5º parágrafo).....	116
Quadro 3.16 - Argumentação (3º período do 5º parágrafo).....	116
Quadro 3.17 - Análise das Dimensões Avaliativas (6º Parágrafo) .....	117
Quadro 3.18 - Argumentação (1º período do 6º parágrafo).....	118
Quadro 3.19 - Argumentação (2º período do 6º parágrafo).....	119
Quadro 3.20 - Argumentação (3º. período do 6º. parágrafo).....	120
Quadro 3.21 - Análise das Dimensões Avaliativas (7º parágrafo).....	121
Quadro 3.22- Argumentação (1º período do 7º parágrafo).....	122
Quadro 3.23 - Argumentação (2º. período do 7º parágrafo).....	122
Quadro 3.24 - Argumentação (3º período do 7º parágrafo).....	123
Quadro 4.1 - Avaliação da argumentação.....	126

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 - Modelo de estratificação de gênero, registro e língua (Martin 1992:495) .....	22
Figura 1.2 - Esquema simplificado da Avaliatividade.....	44
Figura 1.3 - Recursos da avaliatividade.....	45
Figura 1.4 - Modelo de argumento (adaptação de Reynolds, 2000: 29).....	91

## LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 - Frequência das Dimensões Avaliativas (1º parágrafo) .....	105
Tabela 3.2 - Frequência das Dimensões Avaliativas (2º Parágrafo) .....	108
Tabela 3.3 - Frequência das Dimensões Avaliativas (3º parágrafo) .....	111
Tabela 3.4 - Frequência das Dimensões Avaliativas (4º parágrafo) .....	113
Tabela 3.5 - Frequência das Dimensões Avaliativas (5º parágrafo) .....	115
Tabela 3.6 - Frequência das Dimensões Avaliativas (6º parágrafo) .....	118
Tabela 3.7 - Frequência das Dimensões Avaliativas (7º parágrafo) .....	121
Tabela 4.1 - Resultado da Frequência das Dimensões Avaliativas .....	124
Tabela 4.2 - Frequência das Dimensões Avaliativas por polaridade .....	124

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1 APOIO TEÓRICO</b> .....	<b>7</b>
<b>1.1 A Análise Crítica do Discurso</b> .....	<b>7</b>
1.1.1 A lingüística crítica e a língua como semiótica social.....	13
<b>1.2 Lingüística Sistêmico-Funcional (LSF)</b> .....	<b>16</b>
1.2.1 Língua e contexto.....	18
1.2.1.1 <i>O registro</i> .....	18
1.2.1.1.1 <i>Como está estruturada a língua para ser usada?</i> .....	18
1.2.1.1.2 <i>A relação entre gênero, registro e língua</i> .....	20
1.2.1.2 <i>O gênero</i> .....	22
1.2.1.2.1 <i>O editorial do jornal como um gênero</i> .....	24
1.2.1.2.2 <i>A estrutura de artigo de notícias</i> .....	26
1.2.1.2.3 <i>Adimensão pragmática do gênero</i> .....	28
1.2.1.2.4 <i>O gênero e o enquadre na função persuasiva</i>	29
1.2.1.2.5 <i>Opapel do enquadre na criação de estereótipos</i> .....	33
<b>1.3 A metafunção ideacional</b> .....	<b>34</b>
1.3.1 A variável do registro: Campo .....	36
<b>1.4 A metafunção interpessoal</b> .....	<b>36</b>
1.4.1 Polaridade e Modalidade.....	38
1.4.2 A função pessoal e a função interacional.....	38
1.4.3 A variável de registro: Relações.....	39
1.4.4 A função pessoal e a interacional.....	40
1.4.5 A avaliatividade (appraisal) .....	42
1.4.5.1 <i>O compromisso</i> .....	45
1.4.5.1.1 <i>O compromisso monoglóssico</i> .....	46
1.4.5.1.2 <i>O compromisso heteroglóssico</i> .....	47
1.4.5.2 <i>Graduação</i> .....	51
1.4.6 Dimensões Avaliativas de Lemke.....	51
1.4.6.1 <i>A avaliação e a semântica do texto</i> .....	55
1.4.6.2 <i>O fenômeno da propagação avaliativa</i> .....	55
1.4.6.3 <i>Propagação sintática</i> .....	56
1.4.6.4 <i>Avaliação projetiva</i> .....	56
1.4.7 A Avaliação e a Teoria da Relevância.....	57
<b>1.5 A metafunção textual</b> .....	<b>60</b>
<b>1.6 O intertexto</b> .....	<b>61</b>
1.6.1 A pressuposição.....	63

1.6.2	A representação do discurso.....	64
1.6.2.1	<i>Vozeamento e ventriloquismo.....</i>	68
1.6.2.2	<i>Voz e ventriloquismo nas notícias.....</i>	72
1.6.2.3	<i>Vozeamento e ventriloquismo na construção de identidades.....</i>	73
<b>1.7</b>	<b>O alinhamento.....</b>	<b>75</b>
1.7.1	O falante.....	76
<b>1.8</b>	<b>A cripto-argumentação ou a argumentação secreta .....</b>	<b>78</b>
1.8.1	A fusão dos modos textuais no editorial.....	83
1.8.2	O contrabando de informação.....	85
1.8.3	A política do ‘apito de cão’ .....	87
<b>1.9</b>	<b>A Teoria da Argumentação de Toulmin .....</b>	<b>90</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>94</b>
<b>2.1</b>	<b>Dados.....</b>	<b>94</b>
2.1.1	<i>A Folha de S.Paulo .....</i>	94
2.1.1.1	<i>O editorial da Folha de S.Paulo .....</i>	94
2.1.1.2	<i>Os editoriais investigados .....</i>	95
<b>2.2</b>	<b>Procedimentos de análise.....</b>	<b>98</b>
<b>3</b>	<b>ANÁLISE .....</b>	<b>102</b>
<b>3.1</b>	<b>Etapa 1 – Apresentação do editorial .....</b>	<b>102</b>
<b>3.2</b>	<b>Etapa 2 – Configuração Contextual.....</b>	<b>103</b>
<b>3.3</b>	<b>Análise do editorial “Desmandos sem fim”.....</b>	<b>104</b>
3.3.1	Análise do primeiro parágrafo .....	104
3.3.1.1	<i>Etapa 3 - Exame da avaliatividade.....</i>	104
3.3.1.2	<i>Etapa 4 - Análise da argumentação.....</i>	106
3.3.2	Análise do segundo parágrafo .....	107
3.3.2.1	<i>Etapa 3 - Exame da avaliatividade.....</i>	107
3.3.2.2	<i>Etapa 4 - Análise da argumentação.....</i>	108
3.3.3	Análise do terceiro parágrafo .....	110
3.3.3.1	<i>Etapa 3 - Exame da avaliatividade.....</i>	110
3.3.3.2	<i>Etapa 4 - Análise da argumentação.....</i>	111
3.3.4	Análise do quarto parágrafo .....	113
3.3.4.1	<i>Etapa 3 - Exame da avaliatividade.....</i>	113
3.3.4.2	<i>Etapa 4 - Análise da argumentação.....</i>	114
3.3.5	Análise do quinto parágrafo .....	114
3.3.5.1	<i>Etapa 3 - Exame da avaliatividade.....</i>	114
3.3.5.2	<i>Etapa 4 - Análise da argumentação.....</i>	115
3.3.6	Análise do sexto parágrafo.....	117
3.3.6.1	<i>Etapa 3 - Exame da avaliatividade.....</i>	117
3.3.6.2	<i>Etapa 4 - Análise da argumentação.....</i>	118

3.3.7	Análise do sétimo parágrafo.....	120
3.3.7.1	<i>Etapa 3 - Exame da avaliatividade.....</i>	121
3.3.7.2	<i>Etapa 4 - Análise da argumentação.....</i>	122
<b>4</b>	<b>DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>124</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>128</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>129</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>141</b>

---

## OS RECURSOS PERSUASIVOS NO EDITORIAL DE JORNAL SOB A PERSPECTIVA DA LINGÜÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

### INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre o funcionamento de uma língua sempre me fascinou, talvez porque desde cedo tenha enfrentado a tarefa de aprender o japonês em casa e o português, na escola, duas línguas muito diferentes. O meu mestrado foi feito no Japão, na Osaka University of Foreign Studies, e, nesse país, pude constatar a dificuldade que me oferecia a linguagem formal de jornais e noticiários de TV. Tentei fazer, então, uma pesquisa comparativa entre o editorial japonês, do jornal *Asahi Shimbun*, e o da *Folha de S.Paulo*. Porém, talvez por pertencerem a culturas que são praticamente opostas uma em relação à outra e, também, porque essas duas línguas representam tipologias extremamente diferentes, tive à minha frente tantas questões a resolver que optei por iniciar a pesquisa através de um dos jornais, a *Folha de S.Paulo*.

O presente estudo, de caráter semiótico-social, na esteira da Lingüística Sistêmico-Funcional de Halliday (1985, 1994) e seus colaboradores, enfoca um texto, do gênero editorial jornalístico, publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, do ponto de vista da Análise Crítica do Discurso, examinando a persuasão explícita e implícita presentes na interação através da escrita. Para tanto, apoio-me em Lauerbach (2007), para quem a Teoria da Argumentação pode contribuir na análise do discurso, não somente na descrição dos tipos de argumentação encontrados nos dados do discurso, mas também na avaliação da validade dos argumentos. Nesse particular, Lauerbach traz a Teoria da Argumentação, de Toulmin (1958), para a análise do discurso, complementando com dois conceitos - o conceito de *falácia*, ou raciocínio falho, e o conceito de *entimema*, ou premissa implícita de um argumento, - e que a meu ver pode se constituir em um modo de construir a persuasão em um editorial.

O editorial será examinado na dimensão pragmática desse gênero, o que significa que a referida avaliação - ou seja, se o argumento apresentado pelo editorial é válido ou não -, depende de várias noções discursivas como a de



*enquadre (frame*<sup>1</sup>), um arcabouço que contém em si a questão do *intertexto* e conseqüentemente do *discurso relatado*; da *cripto-argumentação* ou argumentação secreta, que subjaz ao texto do editorial; o *alinhamento (footing*<sup>2</sup>), que o editor espera encontrar no leitor e que traz consigo o posicionamento do autor através do conceito de *avaliatividade (appraisal*<sup>3</sup>), que envolve a noção de *tokens*<sup>4</sup> de atitude (apud Macken-Horarik, 2003: 299) e que foram desenvolvidas por Lemke (1998) nas *sete dimensões avaliativas*.

A lingüística crítica fez-nos entender que a realidade não é construída apenas em termos do léxico usado (Fowler, 1987), mas que a nossa escolha das estruturas lingüísticas para representar (aspectos de) eventos, processos ou estados é extremamente significativa do ponto de vista das ideologias que eles refletem e assim os constituem. O ponto teórico principal na análise crítica que Fowler (1991) faz de editoriais é de que qualquer aspecto da estrutura lingüística carrega significação ideológica - seleção lexical, opção sintática etc. -, que todos têm sua razão de ser.

A meta de uma análise lingüística crítica de um texto é desemaranhar os significados ocultos em suas estruturas lexicais, semânticas e sintáticas conforme elas gradualmente mediam o significado geral, e ver como esses significados ajudam a construir o conteúdo ideológico, de tal forma que, em última instância, esse conteúdo seja não somente captado, mas também conquistado; como Fairclough (1989: 1) diz, “a consciência é o primeiro passo em direção da emancipação”. Em uma palavra, a contribuição que a análise lingüística crítica deseja fazer é a constatação de atos de apropriação (no duplo sentido de ‘controlar’ e ‘reprimir’).

Fowler (1991), um dos expoentes da lingüística crítica, caracteriza o editorial do jornal como tendo uma função simbólica importante, a de partilhar da ‘opinião’ do jornal, ao sustentar implicitamente a afirmação de que as demais seções, por contraste, sejam puros ‘fatos’ ou ‘reportagens’. O editorial difere no seu estilo ou

---

<sup>1</sup> Também tem sido traduzido por “moldura”.

<sup>2</sup> Neste trabalho será usado o termo ‘alinhamento’.

<sup>3</sup> O ‘*appraisal*’ (Martin, 2000: 145), denominação dada ao conjunto de recursos usado para negociar emoções, julgamentos, valores, juntamente com os recursos de amplificação e engajamento, será traduzido como *avaliatividade*.

<sup>4</sup> O termo *token* é traduzido no glossário da Lingüística Sistêmico-Funcional por ‘característica’. Porém, a tradução de ‘*token* de atitude’ por ‘característica de atitude’, não me parece adequada por não esclarecer o conceito proposto por Martin. Assim, adotarei o uso de *token* para me referir a *avaliatividade implícita*.

estratégias textuais e sugere uma ‘voz’ característica para um determinado jornal, segundo o autor. O que distingue o editorial não é a oferta de valores e crenças, mas o emprego de estratégias textuais que salientam o ato de fala de oferta de valores e crenças, continua ele. Há sempre modos diferentes de dizer a mesma coisa, e esses modos não são alternativas acidentais: diferenças em expressão trazem distinções ideológicas (e assim diferenças de representação).

Kitis & Milapides (1997), também falando a partir da lingüística crítica, afirmam que em uma análise multinivelada é a preponderância de certas suposições de natureza ideológica, que, embora não formem parte da estrutura formal do texto, são aspectos de interpretação sub-repticiamente insinuados no subtexto do texto. Significados não são entidades congeladas, mas são gerados e re-gerados na medida em que são imersos nos processos e estruturas que os constituem, de um lado, ao mesmo tempo em que são constituídos por eles, de outro lado.

Segundo esses autores, há uma diferença entre uma linguagem neutra e o que poderíamos chamar de linguagem emocionalmente carregada: esta apela mais para as nossas emoções do que para a nossa parte cognitiva. Para eles, essa linguagem desempenha um paradigma intertextual. Tal intertextualidade (ver Kristeva, 1986), ‘heteroglossia’ ou ‘dialogismo’ (ver Bakhtin, 1981), não precisa estar abertamente manifestada. Ela pode ser conservada sob cobertura, através da intimação de indivíduos como sujeitos de seu discurso, por formações ideológicas representadas na língua (Althusser, 1971), através da ativação de outros contextos e discursos, e pela mitologização, isto é, pela formação de mitos.

Assim, também, aspectos pressuposicionais do texto alertam o leitor para a existência de um texto já consumido ou lido, para um outro discurso prévio, para um intertexto que pode ou não ser localizado. Essa estratégia mostra a manipulação consciente da memória circular da leitura (Barthes, 1975). Segundo Kitis & Milapides (1997), esses instrumentos retóricos são empregados no nível interpessoal como veículos inoportunos para expressar um argumento no nível do ‘não-dito’, o nível da coerência subjacente do texto. Tais instrumentos ajudam a transformar o discurso do artigo analisado - na aparência uma narração mesclada a uma descrição - em uma sedutora cripto-argumentação, contribuindo assim para a construção geral da ideologia do texto.

Também contribuindo para a introdução implícita da persuasão, Coffin & O'Halloran (2006) citam a 'política do apito do cão' (*dog-whistle politics*), frase que foi cunhada recentemente para capturar uma forma de avaliação, ou posicionamento do escritor frente ao conteúdo apresentado. É aí que a comunicação política usa significados aparentemente neutros, mas que devem ser entendidos como uma 'determinada' mensagem, em geral negativa, pela comunidade-alvo (Manning, 2004).

A propósito da persuasão implícita, o trabalho de Bednarek (2005) é esclarecedor. Ela está interessada na relação entre enquadres e discurso, em particular, a função do enquadre na indução da coerência. Veremos que a aplicação de enquadres por parte do ouvinte é de importância crucial para lhe permitir a criação da coerência. Também Grivel (1973) e Vigner (1988) reconhecem o poder de cada gênero em regular a leitura, inscrevendo-a em uma trajetória previsível, o que permite saber muito sobre o texto antes de percorrê-lo.

O alinhamento representa a postura, a posição, a projeção do 'eu' de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção, segundo Goffman (1974). Essa noção é essencial para o exame que farei da persuasão no editorial, e acrescento a contribuição de Martin (2000), Lemke (1998) e White (2003), no sentido de explicitarem através do conceito de avaliatividade, como esse alinhamento se faz lingüisticamente.

Para tanto, apresento a teoria conhecida como Lingüística Sistêmico-Funcional que tem sido considerada como a abordagem teórico-metodológica mais adequada à análise crítica do discurso (Fowler, 1991; Fairclough, 1992a), pois, segundo Fowler (1991: 89), ela "*propõe que uma análise, usando instrumentos lingüísticos próprios e com referência a contextos históricos e sociais relevantes, pode trazer a ideologia, normalmente escondida através da habitualização do discurso, para a superfície para inspecção.*"

### **Justificativa da pesquisa**

Há duas questões primordiais que me guiaram a encetar esta pesquisa. A primeira, como já foi dito anteriormente, é a de entender o editorial de um jornal brasileiro, em sua estrutura e em sua linguagem, para em futuros vãos mais

ousados, examinar a complexidade que o envolve e dificulta a sua compreensão. Como diz Bonini (2003: 205), “*muito se fala dos gêneros da imprensa [...]. No entanto, ainda são pouco conhecidos, em termos acadêmicos, os mecanismos lingüísticos/sociais que caracterizam esses gêneros textuais.*”

A segunda é a de examinar as escolhas léxico-gramaticais de um editorial, para trazer à luz as crenças e valores codificados na linguagem – que estão subjacentes à mensagem e que são invisíveis para quem aceita o discurso como algo natural; nesse aspecto, o presente estudo envolve uma dimensão educacional, na medida em que contribui para conscientizar o leitor/estudante de que textos tratados como monológicos, são na verdade profundamente ‘endereçadores’ (Bakhtin, 1935 [1981]), o que poderá ajudá-lo a se posicionar criticamente diante desses textos.

### **Objetivo da pesquisa**

O objetivo desta pesquisa é examinar o discurso persuasivo em um editorial da *Folha de S.Paulo* que tratou das eleições presidenciais de 2006, para verificar a validade da argumentação nele contida.

### **Perguntas de pesquisa**

Para tanto, a pesquisa visa a responder:

- (a) Como é feita a persuasão no editorial da *Folha de S.Paulo* “Desmandos sem fim” que tratou das eleições presidenciais de 2006?
- (b) De que tipo de argumentação se vale o editorialista para a construção da persuasão?

### **Estrutura do trabalho**

Esta tese está assim constituída:

- (1) O Capítulo 1, de Apoio teórico, divide-se em nove itens, já entrevistados na Introdução, a saber: (a) a análise crítica do discurso; (b) a Lingüística

Sistêmico-Funcional – e em especial o gênero editorial e sua dimensão pragmática –; (c) a metafunção ideacional; (d) a metafunção interpessoal – com atenção especial ao sistema de avaliatividade e às Dimensões Avaliativas, de Lemke; (e) a metafunção textual; (f) o intertexto; (g) o alinhamento; (h) a cripto-argumentação e (i) a Teoria de Argumentação, de Toulmin.

- (2) O Capítulo 2, de Metodologia, divide-se em dois itens: (a) a apresentação dos dados e (b) o traçado dos procedimentos a serem seguidos na análise, assim como os recursos utilizados.
- (3) O Capítulo 3, de Análise, divide-se em quatro: (a) Apresentação do texto na íntegra; (b) Configuração Contextual; (c) Exame da Avaliatividade e (d) Aplicação da Teoria da Argumentação.
- (4) O Capítulo 4, de Discussão dos resultados.
- (5) O Capítulo 5, de Considerações finais.

## 1 APOIO TEÓRICO

Início este capítulo, dos pressupostos teóricos da minha pesquisa, referente à persuasão explícita e implícita contida no gênero editorial da *Folha de S.Paulo*, com a explicação da noção de análise crítica do discurso, em que sigo, em linhas gerais, as idéias de Fowler (1991). Examino, assim, a dimensão pragmática de gênero, através do conceito de enquadre (*frame*) que o leitor traz para o texto na sua interação com o seu conteúdo, o que contribui para a coerência do texto. Essa noção é importante no tratamento da persuasão implícita, já que é através desse enquadre que é possível inferi-la. Nesse contexto, refiro-me ao trabalho de Kitis & Milapides (1997) que trata da argumentação secreta, ou seja, da argumentação subjacente aos textos narrativo e descritivo. A propósito, é esclarecedora a pesquisa de Reynolds (2000), que trata justamente dessa fusão para o efeito argumentativo final. A argumentação pode também penetrar no texto através do que se convencionou chamar de jornalismo da ‘política do apito de cão’ (*dog whistle politics*), expressão cunhada com base no efeito do apito do cão, cujo som – de alta frequência – somente ele pode ouvir, que serve para captar a forma de avaliação implícita, aquela dirigida especificamente para determinados leitores de jornais. Nessa dimensão, inclui-se, em especial, a proposta de alinhamento (*footing*), através do qual o escritor se posiciona em relação tanto ao leitor quanto às pessoas envolvidas no editorial. As dimensões avaliativas, os *token* de atitude e a noção de avaliatividade (*appraisal*) também serão examinados, na medida em que serão utilizadas para rastrear a avaliação cumulativa no desenrolar do texto. Finalmente, apresento a Teoria da Argumentação, de Toulmin, que me ajudará a verificar a validade da argumentação contida no editorial.

### 1.1 A Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica do Discurso (doravante ACD) é, segundo Fairclough (1992b), uma orientação no estudo da linguagem que associa a análise do texto lingüístico a uma teoria social do funcionamento da linguagem. Embora Voloshinov tenha estabelecido, em fins dos anos vinte, os princípios para uma análise crítica, e Firth tenha sugerido por volta de 1935 que a linguagem é um modo de uma pessoa

se comportar, mas também de fazer os outros se comportarem, somente na década de 1980 a orientação crítica começou a se impor.

A abordagem crítica inclui a lingüística crítica de Fowler *et al.* (1979) e Fowler (1991), o trabalho de Fairclough sobre linguagem e poder (1989, 1992a, 1992b), a abordagem da análise do discurso desenvolvida por Pêcheux (1982), estudos culturais (Scanell, 1991) e trabalhos sobre linguagem e gênero (Cameron, 1985, 1990; Ventola, 1987; Martin, 1992, 1997; Eggins, 1994; Caldas-Couthard & Couthard, 1996, entre outros).

Sabe-se que a lingüística, segundo a ortodoxia predominante, é uma disciplina descritiva que não prescreve o uso da língua nem avalia negativamente a substância de seus questionamentos. Mas, para Fowler, na medida em que há, sempre, valores implicados no uso da língua, deve ser justificável praticar um tipo de lingüística direcionada para a compreensão de tais valores. Esse é o ramo que se tornou conhecido como lingüística crítica.

A lingüística crítica é uma abordagem que foi desenvolvida por um grupo da Universidade de East Anglia na década de 1970 (Fowler *et al.*, 1979, Kress & Hodge, 1979). Eles tentaram casar um método de análise lingüística textual com uma teoria social da linguagem em processos políticos e ideológicos, recorrendo à teoria lingüística funcionalista associada a Michael Halliday (1978, 1985) e conhecida como 'lingüística sistêmica'. Foi o antropólogo Bronislaw Malinowski (1923 [1946], 1935) que, trabalhando nas Ilhas Trobriand, verificou que a tradução da língua dos habitantes dessa ilha para o inglês requeria o conhecimento da sua cultura e das circunstâncias em que ocorriam as suas interlocuções. É dele o termo *contexto situacional*. Sabe-se que a língua varia de acordo com as situações de uso. John Rupert Firth (1935 [1957], 1950 [1957]), influenciado pelo trabalho de Malinowski, desenvolveu uma teoria geral do significado-em-contexto. Para ele, a descrição do contexto permite prever a língua que será usada e vice-versa. Mais tarde, Hymes (1964; 1972) explorou o modo como os contextos social e cultural atuam sobre a linguagem. É nesse contexto que se deve entender o trabalho de Halliday. Ele considera dois níveis de contexto: o cultural (mais abstrato) e o situacional, e está interessado em examinar como o contexto entra no texto.

Para Fowler, a posição padrão dos estudiosos da mídia é de que o jornal é um construto que deve ser entendido em termos sociais e semióticos. Todos

reconhecem a importância da linguagem nesse processo de construção, mas, na prática, a linguagem recebe um tratamento relativamente pequeno. Por isso, é seu objetivo dar à linguagem a devida importância, não somente como um instrumento de análise, mas também como um modo de expressar uma teoria geral da representação. Diz ele (1987: 67) “não há representação neutra da realidade”. Por outro lado, não temos como escapar de compreender a realidade ou o mundo se não for através da língua, porque a realidade é sempre estruturada ou reconstruída através da língua.

A análise crítica está interessada no questionamento das relações entre signo, significado e o contexto sócio-histórico que governam a estrutura semiótica do discurso, usando um tipo de análise lingüística. Ela procura, estudando detalhes da estrutura lingüística à luz da situação social e histórica de um texto, trazer para o nível da consciência os padrões de crenças e valores que estão codificados na linguagem – e que estão subjacentes à notícia, para quem aceita o discurso como natural. Não é um procedimento que automaticamente produz uma interpretação objetiva.

Posto que as instituições jornalísticas estão situadas social, econômica e politicamente, qualquer coisa que é dita ou escrita sobre o mundo é articulada de uma posição ideologicamente particular: a linguagem não é uma janela límpida, mas um meio de refração e de estruturação, e como conseqüência, a visão do mundo resultante será necessariamente parcial. Sabemos que diferentes jornais noticiam de modo diferente, tanto em termos de conteúdo quanto de apresentação.

O jornal e seus leitores partilham uma ‘competência discursiva’ comum, conhecem as afirmações toleráveis, as permissões e proibições de que fala Kress (1985) e negociam o significado de um texto em um modo de discurso sugerido para o leitor através de opções lingüísticas significativas.

Para Fowler (1991: 13), a mídia jornalística seleciona acontecimentos para noticiar de acordo com um conjunto complexo de critérios de noticiabilidade, e para se tornarem notícia, passam pelo processo jornalístico de criação. Esses critérios que são mais ou menos inconscientes na prática editorial são conhecidos pelos estudiosos da mídia como ‘valor notícia’, e exercem o papel de guardião, filtrando e restringindo a entrada de notícias. Uma análise do valor notícia amplamente aceita é a lista de fatores formulada por Galtung & Ruge (1973), que apresento no Quadro



1.1. Vale a pena refletir em que extensão esses fatores são ‘culturais’ e não ‘naturais’, diz Fowler.

(F1) frequência <sup>5</sup>	
(F2) intensidade:	(F2.1) intensidade absoluta
	(F2.2) aumento de intensidade
(F3) não-ambigüidade	
(F4) significância	(F4.1) proximidade cultural
	(F4.2) relevância
(F5) consonância <sup>6</sup> :	(F5.1) predizibilidade
	(F5.2) demanda
(F6) fato inesperado:	(F6.1) não-predizibilidade
	(F6.2) escassez
(F7) continuidade <sup>7</sup>	
(F8) composição (entre TV, rádio, jornal)	
(F9) referência a nações de elite	
(F10) referência a pessoas da elite	
(F11) referência a pessoas	
(F12) referência a algo negativo	

Quadro 1.1 - Critérios do Valor Notícia, de Galtung & Ruge (1973)

O F1 definirá que um dado evento é mais passível de ser noticiado se sua duração for próxima à frequência desse meio de notícia. Devido ao fato de jornais geralmente serem publicados uma vez ao dia, um evento único é mais passível de ser noticiado do que um de processo longo (e.g. a publicação de dados sobre o desemprego é mais noticiável do que o próprio fenômeno do desemprego, que é de longo prazo).

<sup>5</sup> Quanto mais recente o evento, maiores as chances de ser notícia.

<sup>6</sup> Eventos que as pessoas esperam ou querem que aconteçam.

<sup>7</sup> Uma vez que algo seja definido como notícia, ele continuará a sê-lo mesmo que o impacto diminua.

O F2, de intensidade, refere-se ao tamanho ou volume necessários para um evento tornar-se noticiável (e.g. um acidente de carro envolvendo dez veículos receberá mais atenção do que um envolvendo dois).

Os fatores F3 a F5 tratam da facilidade que leitores ou audiência encontram para que um evento faça sentido. Fowler (1991: 14) acrescenta que eventos misteriosos, assim como os evidentes, são noticiáveis se estiverem relacionados a estereótipos culturais. A proximidade cultural (F4.1) significa que, para a Grã-Bretanha, eventos tratando da França são mais noticiados do que os que tratam da Albânia, no entanto, a relevância pode cancelar esse fator (e.g. um acidente em uma fábrica química na Índia, apesar da distância geográfica e cultural, é relevante devido ao fato de haver riscos semelhantes em qualquer país industrializado).

Os dois subitens do fator F5, de consonância, referem-se às categorias de eventos em que as pessoas, ou têm expectativas de que aconteçam (e.g. brigas durante uma partida de futebol), ou esperam que aconteçam (e.g. casamentos de pessoas famosas). O fator F6 diz que um evento é mais noticiável se ele acontecer sem aviso prévio e/ou se for inesperado.

O fator F7, de continuidade, refere-se ao estado de, uma vez tendo sido manchete e ser ter definido como 'notícia', esse evento continuará a ser definido como notícia por um certo tempo, mesmo que a sua amplitude se reduza drasticamente.

O fator F8, de composição, refere-se ao equilíbrio ou à criação de um boletim de notícias: um acontecimento vai ser mais ou menos noticiável dependendo de o que mais estiver disponível para a inclusão em um boletim.

O fator F9 codifica a ideologia do domínio das superpotências (América do Norte, Japão, Europa e Rússia) no mundo político e cultural. Quanto às pessoas de elite, F10, Fowler apresenta o exemplo da obsessão da mídia com a Princesa Diana. O fator F11, segundo Fowler (1991: 15), muito comum na imprensa marrom, funciona para promover sentimentos de identificação, empatia ou desaprovação; para simplificar processos históricos ou institucionais complexos. Fowler afirma que o fator F12, de negatividade, é um valor, pois “[...] *não há razão natural para que desastres devam ser mais noticiáveis do que triunfos.*” (Fowler, 1991: 16)

Apresento a seguir alguns elementos que estão presentes nas notícias, de acordo com Fowler (1991), e que, embora sejam metas e efeitos da mídia, nem sempre são formulados conscientemente e planejados estrategicamente, porque sua implementação acontece *de* maneira automática, dadas a posição econômica e as práticas de trabalho da imprensa: homocentrismo, consenso, vozes acessadas e idioma público.

Homocentrismo (Fowler, 1991: 16) é a preocupação com países, sociedades e indivíduos, percebidos como sendo um de nós *versus* 'grupos' sentidos como diferentes de nós, estranhos, ameaçadores. 'Grupo' é um conceito ideológico central (no domínio do 'eles') e que se opõe a 'povo' (no domínio do 'nós').

Consenso (Fowler, 1991: 16) é a afirmação e a alegação de todos os partidos políticos, expresso no apelo por 'uma nação', por um povo 'irmanado' etc. Na imprensa, essa ideologia é a fonte do consensual 'nós', pronome que é usado freqüentemente em editoriais ingleses que clamam estar falando para 'o povo'. O modo como o 'nós' deve se comportar é exemplificado por histórias publicadas com regularidade, falando de qualidades como fortaleza, patriotismo, sentimento, esforço. E, embora consenso soe como uma teoria liberal, humana e generosa de ação e atitudes sociais, na prática, ele cria atitudes sectárias e alienantes, uma visão dicotômica entre 'nós' e 'eles'.

Vozes acessadas, como chamou Hartley (1982, *apud* Fowler, 1991: 22), são visões e estilos de um corpo privilegiado de políticos, servidores civis, diretores, gerentes, especialistas de vários tipos. O efeito político da divisão entre acessado e não-acessado não precisa ser lembrado: o desequilíbrio entre a representação do que é privilegiado de um lado e do que não é privilegiado de outro, com uma constante invocação da visão oficial, do poderoso e do rico para legitimar o *status quo*. Mas o desequilíbrio nas vozes acessadas vai muito além, diz Fowler. Muitas partes de um jornal que parecem não reproduzir a voz oficial, artigos assinados por escritores ou jornalistas que parecem assumir sua responsabilidade, estão imbuídas da ideologia oficial, porque são escritos em estilo autoritário utilizado por figuras acessadas como políticos e especialistas.

Idioma público (Hall, 1978) diz respeito ao estilo que codifica uma ideologia que já está incorporada na linguagem, implantada por práticas sociais e discursivas existentes. A familiaridade de um estilo habitual tem conseqüências ideológicas: ela

permite a expressão imperceptível de pensamentos familiares. O estabelecimento do estilo 'normal' é fundamental na construção do consenso, e tem sido identificado pelos analistas da mídia como central na prática ideológica dos jornais.

Hall menciona ainda que “[a] *linguagem empregada será a versão do jornal da linguagem do público para quem é endereçada*” (1978: 40, *apud* Fowler, 1991: 48). Padrões de vocabulário mapeiam os registros e seus usuários, enfatizam preocupações especiais, projetam valores sobre o assunto do discurso; a sintaxe analisa ações e estados, moldando as pessoas com papéis e atribuindo a elas responsabilidade; afirmam-se ou implicam-se temas recorrentes e generalizações. Se o leitor do jornal julgar que o modo coloquial de discurso é-lhe familiar e confortável, acaba considerando a ideologia que sua estrutura incorpora como de senso comum e a aceita.

Uma vez selecionada, a notícia é submetida a um processo de transformação ao ser codificada para publicação; as propriedades técnicas da mídia – TV, imprensa, por exemplo – e os modos como são usados são fortemente atuantes nessa transformação. Tanto a ‘seleção’ quanto a ‘transformação’ são guiadas por referência, geralmente inconsciente, a idéias e a crenças. A análise do produto revela proposições abstratas que não são necessariamente afirmadas e nem questionadas e tendem, segundo estudiosos da mídia, a estar em consonância com idéias de grupos controladores em uma sociedade industrial-capitalista, porque o jornal é uma indústria com seus próprios interesses comerciais. Assim, o jornal é uma prática: um discurso que, longe de refletir com neutralidade a realidade social e os fatos empíricos, intervém no que Berger & Luckmann (1976) chamaram de “a construção social da realidade”.

### 1.1.1 A lingüística crítica e a língua como semiótica social

Fowler (1991: 68) se confessa essencialmente eclético em relação à sua atitude aos instrumentos de análise. Mas, para ele, o melhor modelo para examinar a conexão entre estrutura lingüística e valores sociais é o modelo funcional desenvolvido por Halliday e seus pesquisadores a partir de Firth (1935 [1957], 1950 [1957]) e Hymes (1964; 1972). Porém, segundo o autor, Halliday escreve como se o uso da língua fosse uma questão de exercício individual de livre escolha: ‘o falante

incorpora sua experiência', 'estabelece relações', 'produz um texto' etc. Para a análise crítica, a dinâmica da interação através da língua é sujeita à determinação social: o conteúdo, falante/escritor, ouvinte/leitor são amplamente construídos pela língua, sem muito controle voluntário. Para Fowler, as metafunções ideacional, interpessoal e textual de Halliday são conjuntos de opções sociais, e não áreas de escolha pessoal privilegiada – esta ênfase social está de fato explícita nos escritos posteriores de Halliday (por exemplo, 1994).

Para Halliday (1985), primeiramente, a língua serve para a expressão de conteúdo: ela tem uma função representacional (ou ideacional). É por meio dela que o falante ou escritor estrutura em língua sua experiência dos fenômenos do mundo real. Em segundo, a função interpessoal viabiliza a introdução do falante no evento de discurso, isto é, a expressão de seus comentários, atitudes e avaliações, estabelecendo uma relação entre falante e ouvinte. Em terceiro, a função textual que é instrumental em relação às duas anteriores, diz respeito à criação de texto. É através dela que a língua constrói elos consigo mesma (através da coesão) e com a situação, fatos que tornam possível o discurso.

“Por que a linguagem tem as características que tem?” Segundo Fowler (1991: 32), Halliday (cuja teoria apresento no próximo item) fornece uma explicação funcionalista detalhada da estrutura lingüística em termos de configuração social:

A natureza da linguagem está intimamente relacionada com as exigências que fazemos para ela própria, as funções a que deve servir. Em termos mais concretos, essas funções são específicas da cultura. A forma particular assumida pelo sistema gramatical da língua está intimamente relacionada às necessidades sociais e pessoais para a qual a linguagem deve servir. (Halliday, 1970: 142, apud Fowler, 1991: 32)

As formas de expressão dentro de uma língua respondem, não apenas às circunstâncias social e econômica ou às características das situações de discurso etc., mas aos significados que uma cultura atribui a si própria e seus componentes. É isso que Halliday quer dizer quando utiliza o título *Language as Social Semiotic (Língua como Semiótica Social)*, de 1978. As formas da língua codificam uma representação socialmente construída do mundo.

A propósito, Fowler (1991: 25) diz que a representação, na imprensa como em todos os outros tipos de mídia e discurso, é uma prática construtiva. Os eventos

e as idéias não são comunicados de forma neutra em sua estrutura natural. Na realidade, não poderiam sê-lo. E isto se dá por uma simples razão: sua transmissão ocorre através de meios com características estruturais próprias, e estes já estão impregnados com valores sociais que criam uma perspectiva potencial em relação aos eventos.

Ao selecionar o estilo solicitado, o jornalista pára de ser um sujeito individual e se constitui em algo mais impessoal, um escritor. O princípio fundamental é este: o escritor é constituído pelo discurso. E o discurso, nesta acepção, está social e institucionalmente dando origem à ideologia, codificada em forma de linguagem.

O jornal e seus leitores compartilham de uma competência discursiva comum. Ambos negociam o significado do texto com relação às estipulações do discurso apropriado e o modo expresso por meio de opções lingüísticas significativas.

Fowler mostra que a estrutura de um texto jornalístico, sob pressão das circunstâncias sociais da comunicação, incorpora valores e crenças. Todos têm acesso a vários tipos de discurso dentro da própria língua materna, e isso se dá em virtude dos múltiplos papéis que representamos e das inúmeras situações e momentos em que nos encontramos.

Entretanto, os hábitos e a inércia inibem qualquer processo comparativo. As pessoas não estão muito conscientes da variedade lingüística, ou se estão, são normativas no que tange ao fato; em outras palavras: os falantes não estão propensos a aprenderem dessa pluralidade de diferentes vozes existentes ao redor. É importância salientar que essa limitada experiência em relação a essas vozes faz com que as pessoas fiquem restritas acerca dos modelos mentais em potencial presentes na sociedade.

Ao observarmos as manchetes, percebemos que são meramente exemplos de uma tendência geral no discurso da mídia. Os jornais tendem a oferecer versões da verdade às vezes opostas (embora freqüentemente harmonizadoras), cada uma das quais se baseia na reivindicação implícita e indefensável de que os eventos podem ser representados transparente e categoricamente e que a perspectiva pode ser universalizada. Esse mito sustenta o trabalho ideológico da mídia que oferece imagens e categorias para a realidade; posiciona e molda os sujeitos sociais e contribui principalmente para o controle e a reprodução social.

## 1.2 Lingüística Sistêmico-Funcional (LSF)

Na visão estruturalista saussureana ou bloomfieldiana (e mesmo na revolução chomskiana), a língua é considerada como um sistema abstrato autônomo, contido em si mesmo, auto-regulador e arbitrário em sua gênese e em suas relações com o mundo não-lingüístico. Não há lugar para ‘porquês’: a língua é exatamente o que é, e a tarefa do lingüista é descrevê-la sem fazer referência a fatores externos.

Contemporaneamente a esse estado de coisas, uma tradição lingüística alternativa, em contato com estudos sobre cultura, sociedade e pensamento sobreviveu. Refiro-me às idéias dos lingüistas americanos Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf e do lingüista britânico Michael Alexander Kirkwood Halliday, que afirmam existir uma relação causal entre a estrutura semântica e a cognição; que a linguagem influi no pensamento, no sentido de que sua estrutura canaliza a experiência mental do mundo.

A abordagem da Lingüística Sistêmico-Funcional (doravante LSF), proposta por Halliday (1985, 1994) e seus colaboradores, explica o modo como os significados são construídos nas interações lingüísticas do dia-a-dia. Por isso, requer a análise de produtos autênticos das interações sociais (textos orais ou escritos), levando em conta o contexto cultural e social em que ocorrem a fim de entender a qualidade dos textos: por que um texto significa o que significa, e por que ele é avaliado como o é. A LSF tem sido considerada como a abordagem teórico-metodológica mais adequada à análise crítica do discurso (Fowler, 1991; Fairclough, 1992; Lemke, 1998). Segundo Eggins (1994), o que distingue a lingüística sistêmica é que ela procura desenvolver uma teoria sobre a língua como um processo social e uma metodologia que permita uma descrição detalhada e sistemática dos padrões lingüísticos. Trago aqui o estudo de Eggins (1994) sobre a teoria de Halliday, uma vez que Eggins faz uma leitura que abrange vários textos do autor, de 1973 a 1985 e, assim, nos dá uma visão longitudinal e completa da LSF.

Segundo Eggins (1994), as características da abordagem sistêmico-funcional são:

- (a) o uso da língua é funcional;
- (b) a função da linguagem é construir simultaneamente três significados (metafunções): ideacional (experiencial + lógico), interpessoal e textual;
- (c) os significados sofrem a influência do contexto cultural (gênero) e situacional (registro); e
- (d) o processo envolvido no uso da língua é semiótico (construção do significado através de escolhas).

Assim, a LSF é funcional porque tem como meta responder às perguntas:

- O que fazemos com a língua? (que função tem a linguagem?)
- Como a linguagem está estruturada para ser usada? (como estão estruturados os textos e as outras unidades lingüísticas para construírem significados?)

### **O que fazemos com a língua?**

Para Halliday (1985), a linguagem está estruturada para construir três tipos de significados simultâneos: experiencial, interpessoal e textual. Essa fusão é possível porque a língua é um sistema semiótico, ou seja, um código convencionalizado organizado como um conjunto de escolhas.

Como faz a língua para manipular três tipos de significados simultaneamente? A língua possui um nível intermediário de codificação: a léxico-gramática. É esse nível que possibilita à língua construir três significados concomitantes, e eles entram no texto através das orações. Daí Halliday dizer que a descrição gramatical é essencial à análise textual.

Quando se faz uma escolha no sistema lingüístico, o que se escreve ou o que se diz adquire significado contra um fundo em que se encontram as escolhas que poderiam ter sido feitas. Essa abordagem permite, então, falar sobre as escolhas lingüísticas não como 'certas' ou 'erradas', mas como 'apropriadas' ou 'não-apropriadas'. Na lingüística funcional, a semântica está naturalmente (não arbitrariamente) relacionada à gramática.



### 1.2.1 Língua e contexto

Alguns fatos mostram que língua e contexto estão inter-relacionados: (a) somos capazes de deduzir o contexto de um texto (um texto carrega aspectos do contexto em que foi produzido); (b) somos capazes de prever a língua através de um contexto; (c) sem um contexto não somos capazes, em geral, de dizer que significado está sendo construído. Portanto, ao fazermos perguntas funcionais, não é suficiente enfocarmos somente a linguagem, mas a língua usada em um contexto.

Mas quais feições desse contexto afetam o uso da língua? Para responder a essa questão, os systemicistas lançam mão de dois conceitos: gênero (contexto cultural) e registro (contexto situacional imediato), que compõem o contexto social. Mencionam também o contexto ideológico: a ideologia ocupa um nível superior de contexto, o que tem chamado a atenção dos systemicistas, na medida em que, em qualquer registro, em qualquer gênero, o uso da língua será sempre influenciado pela nossa posição ideológica (nossos valores, nossas tendências, nossas perspectivas).

#### 1.2.1.1 O registro

Halliday (1978; 1985; 1994) sugere que os elementos de contexto que moldam o uso da língua sejam os do registro: (a) Campo (o assunto sobre o que a língua está sendo usada); (b) Relação (a relação entre os participantes); e (c) Modo (o papel que a língua exerce para a construção do texto). No entanto, Martin (1992) e Eggins (1994) incluem como contexto social tanto o registro (contexto situacional) quanto o gênero (contexto cultural).

##### 1.2.1.1.1 Como está estruturada a língua para ser usada?

Para a LSF, a língua e seu contexto são estratificados, com cada estrato sendo realizado por um estrato inferior. Nesse modelo, há níveis extralingüísticos de contexto teorizados como contextos de cultura e situação (Martin, 1992); os níveis lingüísticos de conteúdo consistindo de semântica (sistema de significados) e léxico-gramática (sistemas de palavras ou sistema de sinais); e o nível da expressão

composto de fonologia (sistema de sons), gestos e grafologia (sistemas de escrita) (Butt *et al.*, 2000: 7). Assim, o contexto é realizado na semântica; a semântica é realizada na léxico-gramática; a léxico-gramática é realizada por meio da fonologia, da grafologia e de gestos.

Os conceitos de gênero e registro servem para mapear o estrato extralingüístico de contexto: gênero está ligado a contexto de cultura; registro, a contexto de situação. O gênero fornece uma visão macro da estrutura do texto através de sua orientação sintagmática (i.e. é estabelecida de modo linear). O registro está ligado à seleção de Campo, Relação e Modo em uma orientação paradigmática (i.e. perpassa os estratos da semântica, da léxico-gramática, é uma expressão física).

Segundo Eggins (1994), a abordagem sistêmico-funcional oferece dois benefícios maiores para a análise das interações:

- (a) oferece um modelo de língua compreensivo e sistemático que possibilita padrões conversacionais serem descritos e quantificados em diferentes níveis e em diferentes graus de detalhe; e
- (b) teoriza os laços entre língua e vida social de modo que a conversa pode ser abordada como um modo de fazer a vida social. Por exemplo, a conversa casual pode ser analisada como envolvendo padrões lingüísticos diferentes, que tanto atuam quanto constroem dimensões da identidade social quanto das relações interpessoais.

São essas duas vantagens da lingüística sistêmica que são responsáveis pela sua aplicação em uma série de domínios, por exemplo, análise crítica do discurso, campo da educação (Christie, 1991a, b; Cape & Kalantzis, 1993; Martin, 1993, *apud* Eggins, 1994), lingüística computacional (e.g., Bateman & Paris, 1991; Matthiessen & Bateman, 1991, *apud* Eggins, 1994).

A relação entre as metafunções (ideacional, interpessoal e textual), que expressam significados sócio-semióticos, e o registro (Campo, Relações e Modo), que exprimem realizações lingüísticas, é estabelecida de maneira compreensível por Muntigl (2002). Vejamos no próximo subitem.

### 1.2.1.1.2 A relação entre gênero, registro e língua

Apresento a seguir um estudo – de Muntigl (2002) – que relaciona algumas noções básicas da LSF, pois julgo que esse autor esclarece o lugar que cada uma dessas noções ocupa dentro da teoria hallidayana bem como o modo como cada uma contribui para explicar as escolhas léxico-gramaticais feitas pelo autor do texto.

O autor define os termos-chave gênero, registro e língua. Sua interpretação de gênero é baseada em Ventola (1987) e Martin (1992, 1997), em que o gênero é definido como “*um processo social em etapas orientado para uma finalidade realizado através do registro*” (Martin, 1992: 505). Gêneros são processos sociais porque eles são realizados através da interação entre falantes e ouvintes ou entre escritores e leitores. Gêneros são orientados para uma finalidade porque as interações que realizam um gênero orientam-se para uma meta final. Finalmente, a estrutura em etapas de gêneros refere-se ao número de passos funcionais interativos necessários para a realização da meta final do gênero.

No arcabouço de Martin, gênero, registro e língua são interpretados como sistemas semióticos. Tomados juntos, o gênero e o registro são identificados como o contexto social. O gênero representa os processos sociais em etapas orientados para uma meta de uma dada cultura tais como a narrativa, uma anedota, uma reportagem, um relato, um procedimento etc., e, por isso, é, em geral, rotulado de contexto de cultura. O registro, por outro lado, refere-se ao contexto de situação (Martin, 1992). Na LSF, o registro é organizado pelas três variáveis contextuais: Campo, Relações e Modo. Geralmente, o Campo refere-se ao tipo de atividade social e ao assunto tratado pelo texto. O Campo pode referir-se a disciplinas como lingüística, psicologia, ciência e educação ou, em termos de planos de ação, emprego e desemprego. As Relações, por outro lado, envolvem as dimensões de status (i.e., igual X desigual), contato (envolvido X distante), e afeto (Martin, 1992: 526). Finalmente, o Modo refere-se à organização simbólica de um texto e é, em geral, organizado pelos padrões de informação temática e informação nova. De acordo com Martin (1992: 509), o modo intermedeia o espaço semiótico entre monólogo e diálogo e ação e reflexão.

As três variáveis contextuais de registro – Campo, Relações e Modo – são, por sua vez, organizadas pelas metafunções da linguagem ideacional, interpessoal e

textual (Halliday, 1978, 1994). A metafunção ideacional representa os eventos das orações em termos de fazer, sentir (processamento simbólico) ou ser. A metafunção interpessoal envolve as relações sociais com respeito à função da oração no diálogo e refere-se a dar ou pedir informação ou bens e serviços. Finalmente, a metafunção textual organiza os significados ideacional e interpessoal de uma oração retrabalhando os significados representados no início ou no final da oração. Cada variável de registro estabelece possibilidades de realizações na língua – Martin (1991: 125) refere-se a esse conjunto de probabilidades como a ‘colocação de significados em risco’. Mais especificamente, o Campo coloca os significados *ideacionais* em risco, as Relações põem os significados *interpessoais* em risco, e o Modo coloca os significados *textuais* em risco.

A relação entre os sistemas semióticos de gênero, registro e a língua é de realização. Assim, as escolhas lingüísticas (i.e., os significados ideacional, interpessoal e textual) realizam um contexto de situação (i.e., Campo, Relações e Modo). Além disso, um contexto de situação realizado pela língua realiza um gênero. A realização é também entendida como uma operação na direção oposta; isto é, o gênero é realizado pelos padrões das seleções de registro, e o registro, por sua vez, realizado por padrões de seleções lingüísticas. Os padrões de realização da língua para o gênero são considerados em termos de potencial. A seleção de padrões lingüísticos feita por um falante ou por um escritor tem o potencial de realizar um número infinito de contextos sociais. O movimento do gênero para a língua, contudo, é considerado em termos de restrições. Um gênero restringe os tipos de padrões de registro que podem realizar um gênero, e um registro restringe os tipos de padrões lingüísticos que podem realizar o registro. Deve-se enfatizar que a realização não constitui uma relação causal. Não é o caso de que um registro causa certos padrões lingüísticos ou que as seleções de língua causam um certo registro. Mas a realização refere-se a padrões de expressão em relação ao conteúdo (e.g., padrões de linguagem em relação ao registro) ou à probabilidade de que um certo conteúdo (e.g., registro) será interpretado através de padrões específicos de linguagem. Ela não determina essas seleções. A relação entre os sistemas semióticos de gênero, registro e língua sugerida por Martin (1992) pode ser vista na Figura 1.1 (as flechas significam ‘realizado por’).

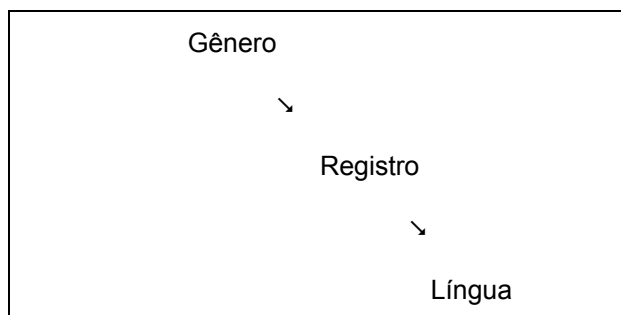


Figura 1.1 - Modelo de estratificação de gênero, registro e língua (Martin 1992: 495)

Antes de iniciarmos a apresentação das metafunções, abro parênteses para tratar do gênero – o contexto cultural, segundo a Lingüística Sistêmico-Funcional – noção que, segundo Vigner (1988: 33) “*regula a leitura sobre um sistema de expectativas, e a inscreve em uma trajetória previsível, a partir da apreensão de um certo número de sinais*”, e que por isso envolve o leitor em uma espécie de ‘armadilha’ coerente, que o faz aceitar as afirmações nele contidas.

### 1.2.1.2 O gênero

Bakhtin (1997: 279), define gêneros do discurso como sendo tipos relativamente estáveis de enunciados elaborados por cada esfera de utilização da língua. Incluem desde o diálogo cotidiano até a exposição científica. E com isso, gênero passa a ter um significado mais amplo do que o tradicionalmente aceito, saindo da área estritamente literária.

Essa definição recebe um tratamento, visando à sua operacionalização, na Lingüística Sistêmico-Funcional, através de Martin (1984: 25), que define gênero como uma atividade, organizada em estágios, orientada para uma finalidade na qual os falantes se envolvem como membros de uma determinada cultura.<sup>8</sup> Grande parte do choque cultural, diz ele, é de fato choque de gênero. Ele mesmo, menos

<sup>8</sup> Há vários tipos de gêneros:

- a) gêneros literários (conto, romance, novela, autobiografia, balada, soneto, fábula, tragédia, comédia)
- b) gênero popular (manual de instrução, artigo de jornal, reportagem de revista, receitas)
- c) gênero educativo (conferência, orientação, artigo para seminários, exame, livro-texto)
- d) gênero do dia-a-dia: compra, pedido de informação, fofoca, troca de opiniões, entrevista.

tecnicamente (Martin, 1985b: 248), diz que gêneros são como as coisas são feitas, quando a língua é usada para efetivá-las.

No arcabouço de Martin, gênero, registro e língua são interpretados como sistemas semióticos. Tomados juntos, o gênero e o registro são identificados como o contexto social. O gênero representa os processos sociais em etapas orientados para uma meta de uma dada cultura tais como a narrativa, uma anedota, uma reportagem, um relato, um procedimento, etc., e, por isso, são em geral rotulados de contexto de cultura.

Podemos pensar, diz Fairclough (1992) usando a terminologia da lingüística sistêmica, que os estilos variam ao longo de três parâmetros principais, de acordo com as Relações, o Modo e o modo retórico do texto. Primeiramente, o estilo varia de acordo com as Relações, isto é, de acordo com o tipo de relação que existe entre os participantes na interação. Assim, podemos classificar os estilos com termos como formal, informal, oficial, íntimo, casual, e assim por diante. Em segundo lugar, os estilos variam de acordo com o Modo, isto é, se os textos são escritos ou falados ou uma combinação dos dois (por exemplo, escrito-para-ser-falado, escrito-como-se-falado, falado-como-se-escrito). Podemos também usar termos que em parte refletem o Modo, mas em parte refletem as Relações, o gênero ou o discurso, como conversa, escrito formal, escrito informal, acadêmico, jornalístico, e assim por diante. Em terceiro lugar, os estilos variam de acordo com o modo retórico e podem ser classificados em termos como argumentativo, descritivo e expositivo.

Em termos mais gerais, a extensão em que outros textos figuram em um texto depende do gênero, assim como ocorre com as formas de intertextualidade manifesta que são usadas e com os modos pelos quais outros textos funcionam dentro de um texto.

É possível classificar, continua Fairclough (1992), os elementos que compõem os tipos de discurso, em termos de um pequeno número de tipos principais, cujas propriedades são vocabulário específico, sistemas de tomada de turno, e assim por diante e os termos amplamente usados para esses tipos incluem gênero, estilo, registro e discurso. Portanto, pode-se falar de 'gênero de entrevista', 'estilo de conversação', 'registro de livros de culinária' ou 'discurso médico-científico'.

Esses elementos são extremamente diversos, e não é de modo algum sempre fácil decidir se estamos tratando de gêneros, estilos, discursos, ou o que for. Um quadro analítico muito rígido pode nos levar a perder de vista as complexidades do discurso. Portanto, devemos usar esses termos cautelosamente, reconhecendo que cada um certamente cobre um domínio diverso e heterogêneo, diz Fairclough. Deveríamos também reconhecer, continua o autor, que não há, e não poderia haver, uma lista determinada de gêneros, estilos ou discursos, e que estamos constantemente encontrando o que freqüentemente parecem ser decisões bastante arbitrárias (influenciadas pelo ponto de partida de nossa análise) sobre se alguma coisa é ou não um exemplo diferente de um desses tipos.

#### 1.2.1.2.1 O editorial do jornal como um gênero

No capítulo intitulado “Liderando o povo: a autoridade do editorial”, Fowler (1991: 208-221) caracteriza o editorial do jornal como tendo uma função simbólica importante, de partilhar da opinião do jornal, ao sustentar implicitamente a asserção de que as demais seções, por contraste, sejam puros fatos ou reportagens. O simbolismo textual é salientado por uma disposição e uma tipografia, sendo o editorial geralmente impresso na mesma posição e na mesma página todos os dias, e, além disso, um tipo gráfico especialmente ‘visível’ pode ser usado, como no caso da *Folha de S.Paulo*. No caso deste jornal, o editorial ocupa sempre a primeira coluna da segunda página, ao lado de outros textos (chamados artigos de opinião), assinados, o que faz subentender que a opinião contida no editorial seja independente dos demais e que por *default*, seja a do jornal.

Também Reynolds (2000) diz que, contextualmente, o gênero editorial é reconhecível por ser freqüentemente colocado em uma página central interna (embora em alguns tablóides populares ingleses, possa estar na primeira página), proeminentemente marcado em relação aos demais, tais como cartas e artigos de destaque, e em geral encabeçado pelo logo do jornal e pela data. Tem um *layout* diferenciado e de rotina, desacompanhado de ilustrações (embora isso possa estar mudando), e – mais significativo que tudo – não é assinado.

O objetivo do editorial pode ser munir os leitores (os consumidores) de preconceitos, e assim contribuir para reter o hábito do leitor. É nesse ponto que a

ideologia entra no editorial, na medida em que, como parte de suas funções, atinge e confirma interesses, preocupações e pontos de vista do leitor. A ideologia aqui é, nas palavras de Thompson (1984: 1), “o pensamento dos outros” na medida em que é uma interpretação pelo jornal daquilo que o leitor quer ler.

Para Bonini (2003), fala-se sobre gêneros da imprensa como sendo essenciais para a atividade de ensino no Brasil, mas ainda são pouco conhecidos, em termos acadêmicos, os mecanismos lingüísticos/sociais que caracterizam esses gêneros textuais. Por esse motivo, ele desenvolve uma pesquisa (Bonini, 2002) com o objetivo de produzir um inventário inicial dos gêneros do jornal, determinar quantos e quais são os gêneros do jornal, como se constituem e como funcionam no jornal a partir da análise de textos teóricos e didáticos, dos manuais de estilo dos jornais e dos dicionários de comunicação.

O autor observa que, em termos gerais, os manuais de ensino de jornalismo (Amaral, 1978, 1982; Bahia, 1990; Erbolato, 1978; Sodré & Ferrari, 1986) são construídos como uma espécie de compêndio de sugestões, privilegiando mais os procedimentos práticos, e tratam os gêneros como parte da técnica jornalística. Os gêneros mais comumente citados são: a notícia, a reportagem, a entrevista e o editorial. Segundo Bonini (2003), esses manuais tratam o gênero como fixo, claramente delimitável e, por isso, passível de ser ensinado sendo comum que os autores privilegiem o ensino da técnica jornalística (coleta de informações, o trato com as fontes, organização das informações, relato, composição do jornal), tomando, como eixo da explicação, o gênero notícia. Não há, contudo, afirma o autor, o tratamento do gênero. O autor observa que mesmo dois gêneros como notícia e reportagem são por vezes tomados como o mesmo gênero ou um pelo outro por esses manuais. Ele ainda acrescenta que:

Os manuais de ensino de jornalismo, portanto, pouco podem nos informar sobre os vários gêneros que compõem o jornal, pois esta discussão não é feita, o conceito de gênero é empregado de modo intuitivo e a variedade abordada é pequena e sempre restrita aos textos mais típicos no meio.(Bonini, 2003: 212)



### 1.2.1.2.2 A estrutura de artigo de notícias

O artigo de Moore (2006), embora trate do gênero notícia em periódico, esclarece várias facetas de um editorial, em especial sobre a estrutura em estágios de um gênero. Para ele, o gênero pode ser visto como sendo um artefato cultural motivado pelo contexto, e tem (e é identificado por) uma estrutura esquemática. Ele lembra que estruturas esquemáticas genéricas têm elementos obrigatórios e, algumas vezes, opcionais, que podem ser notados de modo linear por declarações de Estruturas Potenciais Genéricas (doravante EPG) (Halliday & Hasan, 1989). A EPG é de fato determinada por meio de referência a padrões encontrados nas estruturas genéricas reais de textos, que coletivamente consistem no próprio potencial genérico.

Moore opta pela abordagem da EPG pelo fato de a noção da EPG ser desenvolvida dentro da Lingüística Sistemico-Funcional e, portanto, ser teoricamente consistente com a análise desenvolvida. Ele se preocupa particularmente em explorar a forma do texto em termos da logogênese (i.e., seu desdobramento), e o modelo de EPG parece-lhe acomodar essa visão de forma mais sucinta do que o modelo esquemático de notícia.

Continuando, Moore cita o trabalho de Gerot & Wignell (1994), que trata do gênero 'item de notícia', que serve a uma função social básica (i.e., informar), mas o faz por meio de uma estrutura que também serve a uma variedade de outras funções (e.g., recontar, prover pano de fundo e prover comentário). Essas funções são habilmente trançadas na estrutura genérica por meio de estratégias retóricas adotadas pelo escritor. Até certo ponto, prossegue Moore, a estrutura genérica pode ser vista como evidência para a realização de estratégias retóricas que o jornalismo impresso usa para gerenciar a mensagem de seus discursos.

Nesse sentido, Kress (2004) reflete sobre "extensões, misturas e híbridos" no discurso da mídia em termos de multimodalidade e de mídia em transformação. Porém, extensões, misturas e híbridos podem também ser encontrados em textos do discurso da mídia mais tradicional, tais como jornais e revistas. Reynolds (2000), por exemplo, mostra como editoriais não são compostos simplesmente de um argumento, mas sim de uma combinação de narrativa, descrição e argumento, em que o argumento predomina. Fairclough (1989) nota que na relação entre

“hibridação intertextual” e “heterogeneidade lingüística”, a primeira realiza a segunda. Assim, a mistura complexa do discurso da revista *The Economist* pode ser vista em parte como sendo resultado da combinação de duas funções: a função de relatar notícias e a de promover uma visão de mundo. De fato, os pontos de vista do *The Economist* parecem dominar seu discurso como um enquadre na qual notícias, outras vozes e o pano de fundo se situam.

O autor estuda o discurso do *The Economist*, uma revista de notícias, através de dezoito textos falando do Camboja em 1990. Ele observa que o ‘estilo da casa’ da revista *The Economist* difere do de outra revista de notícia, apesar de pertencerem ao mesmo macrogênero. Tendo codificado os dezoito artigos para notícias, considerações adicionais dos textos e seus componentes funcionais levaram o autor a analisar e a codificar os artigos distinguindo as seguintes partes:

- (i) *notícia*: informação resumida;
- (ii) *ponto de vista* do jornal: comentário, opinião de envolvidos e especialistas;
- (iii) *vozes e pensamento*: que não os do *The Economist*; e
- (iv) *pano de fundo*: fato ocorrido, participantes envolvidos, circunstância da ocorrência.

Mas a codificação dos textos para o componente história não foi nada simples, segundo Moore. Na verdade, a codificação foi problemática devido ao cruzamento de categorias (e.g., discurso relatado às vezes sendo considerado como notícia) e ambigüidades não antecipadas (e.g., pensamentos relatados talvez representando os pontos de vista do *The Economist*).

Embora de maneira grosseira (devido ao uso de instrumentos analíticos relativamente toscos), segundo Moore, um contorno genérico se revelou. Por exemplo, as análises do texto completo rapidamente mostram que a *notícia* aparece menos freqüentemente do que o *ponto de vista* do *The Economist* ou das vozes não-*The Economist*, e por vezes mesmo do que o *pano de fundo*. Assim, parece que nessa amostra de textos, o relato de notícias consiste primariamente da escrita de ‘não-notícias’.

Outro achado de Moore é de que o enquadre analítico usado não revela a estrutura genérica e estágios simples: por exemplo, não há alinhamento entre limites

de parágrafos e partes constituintes. Pelo contrário, as análises de constituintes revelam que cada artigo consiste em uma mistura aleatória de diversas instâncias de relatos de notícias, juntamente com o pano de fundo, outras vozes e o ponto de vista do *The Economist*. O padrão encontrado parece ser demasiado complexo e variável para possibilitar a determinação de qualquer seqüência genérica fixa e, assim, o relatório da estrutura genérica potencial que Moore distingue mostra esses elementos como variáveis em seqüência.

#### 1.2.1.2.3 *A dimensão pragmática do gênero*

Diz Toledo (2005) que o primeiro ponto a considerar é que o editorial de jornal é reconhecível como um gênero: isto é, etnometodologicamente, o reconhecimento por parte de membros, que é um aspecto Importância da realidade sócio-psicológico-retórico de gêneros. É reconhecível por motivos contextuais e textuais.

Na relação entre gênero e língua, Toledo (2005) cita Bazerman (1998: 401), que afirma:

As feições léxico-gramaticais são assim o traço dos textos que está menos ligado a um gênero e não formam parte de condições para a atribuição de um texto a uma categoria genérica específica.

Para Toledo, as abordagens mais recentes, influenciadas por teorias cognitivas, continuaram a reforçar a importância do contexto cognitivo e sócio-cultural para a definição e estabelecimento de tipos de gênero (Paltridge, 1994, 1995, 1997; Berkenkotter & Huckin, 1995; Huckin, 1997). O conceito de gênero (ou esquema retórico) permite solucionar o problema de como distinguir formas textuais aparentemente semelhantes, mas percebidas como diferentes pelos interlocutores, pelo apelo à dimensão contextual envolvida na perspectiva sócio-cultural, que possibilita estabelecer certos parâmetros para diferenciar tipos de gênero de um modo mais coerente e compreensivo.

A noção de gênero, segundo Toledo, traz a dimensão pragmática e incorpora a consideração de convenções sócio-culturais que existem ao redor dos textos ou unidades discursivas, e devem ser levadas em consideração na avaliação da compreensão em leitura. Não saberemos se o leitor entendeu a mensagem a menos

que possamos ter certeza sobre seu conhecimento das dimensões contextuais que restringem a compreensão em diferentes níveis.

A propósito, Vigner (1988) ressalta a importância do gênero em regular a leitura sobre um sistema de expectativas, inscrevê-la em uma trajetória previsível, a partir da apreensão de um certo número de sinais. Assim também, concorda Grivel (1973), para quem cada signo desencadeia uma lembrança e entra no quadro de uma longa experiência, o que permite saber o texto antes de percorrê-lo. Pode-se supor que esse 'poder' subjacente do gênero pode diminuir a capacidade de crítica por parte do leitor, já que, envolto pela expectativa, aceite o discurso sem a preocupação de avaliar seu conteúdo.

#### 1.2.1.2.4 O gênero e o enquadre na função persuasiva

Bednarek (2005) propõe entender a noção de gênero, como parte de um enquadre (*frame*). Diz a autora que a teoria de enquadre trata do conhecimento de mundo, e, em uma primeira definição, um enquadre pode ser considerado como uma estrutura mental de conhecimento que capta feições típicas do mundo. Desde a sua concepção, o conceito de enquadre tem interessado pesquisadores de vários campos e tradições (cf. Tannen, 1993a; 1993b). Os pioneiros vieram da filosofia e da psicologia (cf. Konecny, 1993), mas seus conceitos foram desenvolvidos e reinterpretados por pesquisadores da inteligência artificial (Minsky, 1975, 1977) e da sociologia (Goffman, 1974, 1981) para nomear apenas alguns campos e autores.

Segundo a autora, apesar do fato de não existir uma teoria de *enquadre unificada* com termos específicos e definições, a teoria de enquadre tem também, de um modo ou outro, conseguido aceitação ampla entre os lingüistas, que se concentram nos vários aspectos do fenômeno do enquadre: Raskin (1985) e Konecny (1993), por exemplo, estão interessados na lexicografia e a relação entre *enquadre* e significado. Na verdade, a semântica de enquadre exerce um papel importante na teoria do enquadre lingüístico. *The Round Table Discussion* dos semanticistas do enquadre (publicado no *Quaderni di Semantica* 1985 e 1986) conta entre seus participantes com pesquisadores consagrados como Fillmore, Hudson, Raskin & Tannen (ver Fillmore, 1985, 1986). O conceito de enquadre tem sido aplicado na análise do discurso (e.g. Brown & Yule, 1983; Miller, 1984; Chafe, 1977)

com a preocupação em enquadres e a verbalização, i.e. “*aqueles processos pelos quais o conhecimento não-verbal é transformado em língua*” (Chafe, 1977: 41) e Shanon (1981) trata dos “indicadores lingüísticos” (1981: 35) de enquadre.

Bednarek (2005) relaciona a noção de enquadre com a de coerência, afirmando que, ao invés de supor que essas conexões existam independentemente do falante ou do ouvinte, a coerência é claramente definida em relação à contribuição do ouvinte: “[...] *a coerência somente é mensurável em termos da avaliação do leitor*” (Hoey, 1991: 11). Assim, chega-se a uma simples distinção entre coerência e coesão: a coerência não é uma propriedade inerente ao texto; ela se refere a relações lógicas de um texto e é estabelecida pelos ouvintes. Em outras palavras, ela se refere à extensão pela qual os ouvintes julgam que um texto ‘está unido’ e constitui um todo unificado. A coesão, por outro lado, é uma propriedade inerente ao texto; ela se refere a meios textuais explícitos pelos quais as conexões lógicas potenciais são sinalizadas. Em outras palavras, ela se refere ao modo pelo qual as sentenças ligam-se no texto por meios lexicais e estruturais (ver Bublitz, 1999).

Assim, a autora supõe que são os ouvintes que estabelecem a coerência, e não os textos, embora os meios coesivos dos textos exercem um amplo papel ajudando os ouvintes a estabelecer a coerência. Em geral, operamos por princípio automático de coerência (ver Brown & Yule, 1983: 66; Bublitz & Lenk, 1999: 156), supondo que o texto seja coerente e que o falante obedeça aos princípios de cooperação (Grice, 1975) que são tacitamente aceitos na conversa. O que explica o esforço que fazemos para criar coerência, apoiando-nos em pistas possíveis.

Porém, como acontece com o conceito de enquadre, a coerência também é uma noção um tanto vaga na lingüística e não há ainda uma definição geralmente aceita ou uma teoria da coerência (ver Bublitz, 1999: 1). Bednarek não discute a noção em detalhe, restringindo-se a algumas observações referentes à diferença entre coesão e coerência. A coesão é uma propriedade de textos e refere-se aos meios lingüísticos para prover “textura” (i.e., liga as sentenças de um texto), tal como a referência, substituição, elipse, reiteração, colocação e conjunção, de Halliday & Hasan (1976), os padrões do léxico, de Hoey (1991) etc. A coerência, por outro lado, é mais bem descrita como conexão semântica, lógica ou cognitiva que está

subjacente ao texto (ver de Beaugrande & Dressler, 1981: 4; Bussmann, 1996: 80; Thompson & Zhou, 2000: 121).

Infelizmente, mas talvez inevitavelmente, continua a autora, o resultado dessa situação tem sido uma terminologia confusa: enquadre tornou-se um termo associado e ligado a fenômenos diferentes, embora relacionados. Ao mesmo tempo, uma série de outras expressões (*script*, *schema*, *scenario*) foi escolhida para referir-se a essas noções. Diz ela que os termos competidores (*scenario*, *schema*, *script*) parecem diferem apenas em ênfase e não podem ser facilmente distinguidos, e que, considerando os exemplos usados em sua elaboração, eles podem ser vistos como instâncias particulares de enquadres. Assim, a autora segue Fillmore, para quem enquadre é:

[...] um termo geral para um conjunto de conceitos conhecidos de maneira diversa, na literatura sobre a compreensão da linguagem natural, como *schema*, *script*, *scenario*, *ideational scaffolding*, *cognitive model*, ou *folk theory* (Fillmore, 1982: 111).

Apesar de suas raízes estarem na filosofia e na psicologia, a teoria do enquadre está em geral associada ao trabalho de Minsky na inteligência artificial (doravante IA). Em sua pesquisa, Minsky toma a noção introduzida pelo psicólogo Bartlett em 1932: “[...] *o passado opera mais como uma massa organizada do que um grupo de elementos cada um dos quais retém um caráter específico*” (Bartlett, 1932: 197). Sendo um pesquisador da IA, Minsky é, contudo, o primeiro a preocupar-se com a questão de como equipar computadores com o conhecimento de mundo que precisam para realizar certas tarefas impossíveis de outra maneira. Mas ele também afirma estar interessado em “uma teoria do pensamento humano” (Minsky, 1975: 215), e sua definição de enquadres é hoje muito conhecida e referência sempre citada em lingüística (e.g. Konerding, 1993: 24; Brown & Yule, 1983: 238):

Aqui está a essência da teoria de enquadre: Quando encontramos uma situação nova [...], selecionamos na memória uma estrutura chamada enquadre. Esta é uma estrutura lembrada para ser adaptada para ajustar à realidade através de mudanças de detalhes se necessário. Um enquadre é uma estrutura-de-dados para representar uma situação estereotipada como estar em uma certa sala ou indo para uma festa de criança. Ligados a cada enquadre há muitos tipos de

informações. [...] Alguns são sobre o que se pode esperar que aconteça a seguir. (Minsky, 1977: 355).

De acordo com Minsky, então, um enquadre pode ser considerado uma representação mental do nosso conhecimento de mundo, uma estrutura de dados que está localizada na memória humana e pode ser selecionada ou recuperada quando necessária. Um enquadre é considerado uma estrutura: é “uma rede de nós e relações” (Minsky, 1977: 355) que parece estar estruturada em diferentes níveis. Há os níveis fixos de topo, que possuem muitos terminais, “buracos” que precisam ser preenchidos por instâncias específicas de dados (Minsky, 1977: 355). Essas instâncias específicas, ou escolhas, podem ser sub-enquadres menores, e geralmente precisam preencher certas condições dadas pelos terminais através do que Minsky chama de marcadores.

Para Bednarek, um dos problemas com a teoria de enquadre de Minsky é a sua vaguidade. Isto é, na maioria das vezes, ele confia no poder de suas hipóteses bem como no poder do leitor de imaginar as ações cognitivas que ele propõe. Como o próprio Minsky admite, sua teoria está incompleta e fragmentada.

Apesar dessas dificuldades, o conceito de enquadre de Minsky permanece útil, se não se considerarem as especificidades. No todo, o conceito de enquadre derivado daquele que Minsky ajudou a desenvolver explica muitos fenômenos lingüísticos e prova ser um instrumento valioso na análise do discurso.

Como foi mencionado, Minsky considerou o enquadre um fenômeno cognitivo, uma estrutura que é estocada na mente. Na lingüística, foi primeiro considerado um conceito lingüístico por Fillmore, mas, com o passar dos anos, foi experienciado como uma reinterpretação cognitiva; atualmente, muitos lingüistas concordam na definição de enquadre como sendo um fenômeno mental, uma estrutura de conhecimento (e.g. Yule, 1996: 85; Tannen & Wallat, 1993: 60; Stubbs, 2001: 3). Tais estruturas de conhecimento não são inatas, mas adquiridas através da socialização, construída a partir da experiência (da nossa experiência ou relatos de experiência por outros etc.), e são, portanto, dependentes diacrônica e culturalmente. A importância da dependência cultural foi mostrada por Tannen (1993b) e Yule (1996: 87); quanto à dependência diacrônica, ela é uma das conseqüências lógicas da socialização (e.g., antes da invenção do computador e outras inovações técnicas, as pessoas não possuíam nenhum enquadre a eles associado). Uma vez

estabelecidos, os enquadres são bem estáveis (cf. Stubbs, 2001: 5), com alguns enquadres parecendo ser mais estáveis que outros, i.e., não tão propensos a mudar.

A socialização, diz Bednarek, é um fenômeno ao mesmo tempo individual e social. Experienciamos a vida individualmente e subjetivamente, mas também possuímos certos padrões de percepção inatos que usamos para interpretar o mundo, e temos mais ou menos as mesmas experiências sociais dependendo de nossa cultura (cf. Müller, 1984: 57). Tanto quanto eles são relevantes para a comunicação, os enquadres parecem ser convencionalizados e captam as feições prototípicas de uma situação.

#### 1.2.1.2.5 O papel do enquadre na criação de estereótipos

Apresento neste item, a partir da Análise Crítica do Discurso, a explicação de Folwer (1991:17) de como a noção de enquadre contribui para a classificação de pessoas e situações, criando o estereótipo. Diz ele, que, ao determinar o significado dos acontecimentos, o jornal e seus leitores fazem referência explícita ou implícita a enquadre. Esse princípio afirma que as pessoas trabalham com categorias mentais tácitas – os enquadres – na classificação da experiência. Um enquadre é um escaninho mental socialmente construído onde os eventos e as pessoas são classificados para fazer sentido: classifica-se mãe, patriota, executivo, vizinho em um grupo; fanático, terrorista, estranho em outro. É de importância fundamental, diz ele, notar que os enquadres são criativos: eles são categorias que projetamos sobre o mundo para que este faça sentido.

A formação de notícias e a de valor notícia, diz Fowler (1991: 17), “*são de fato processos recíprocos e dialéticos em que os estereótipos são a moeda de negociação.*” Ou seja, um evento chocante reforçará um estereótipo, e, ao mesmo tempo, quanto mais firme for o estereótipo, serão maiores as chances de um evento se tornar notícia.

Trago agora as explicações de Halliday a respeito dos significados – ou metafunções – que a língua realiza no discurso. Enfoco, em especial, a metafunção interpessoal, pois está mais diretamente ligada à questão da persuasão, e apresento as ampliações que tem recebido, a saber: a distinção entre função pessoal e função interacional (Thompson & Thelela, 1995); a ampliação da função pessoal por Martin



(2000; 2003) na noção de avaliatividade (*appraisal*) e White (2003), que explicitou a dimensão do compromisso, a seguir, o subsistema da Graduação; e finalmente apresento as sete Dimensões Avaliativas de Lemke (1998), que ampliou o sistema de avaliação.

### 1.3 A metafunção ideacional

Segundo Halliday (1994: 107), as línguas capacitam o ser humano a construir um quadro mental da realidade, para que ele entenda o que acontece ao seu redor e no seu interior. Aqui novamente a oração tem um papel central, porque ela incorpora um princípio geral de modelagem da experiência – ou seja, o princípio de que a realidade é feita de processos. Nossa impressão mais poderosa da experiência é de que ela consiste de ‘eventos’ – acontecer, fazer, sentir, significar, ser e tornar-se. Todos esses eventos estão distinguidos na gramática da oração. Na LSF, o sistema gramatical pelo qual isso é alcançado é o da transitividade.

O sistema da transitividade – que realiza a metafunção ideacional – é encarado pela LSF de uma forma muito mais ampla do que a gramática tradicional estruturalista (Thompson; 1996: 76), haja visto que cada oração transporta o conteúdo proposicional de uma mensagem e o propósito pretendido por um falante/escritor. Podemos expressar esse conteúdo das orações em termos dos processos envolvendo participantes em certas circunstâncias (Thompson, 2004).

A transitividade é um conceito semântico fundamental em Halliday (1994), segundo o qual, quando olhamos para a metafunção ideacional, estamos olhando para a gramática da oração-como-representação (a língua como representação do mundo). Uma oração baseia-se em um núcleo semântico constituído por um verbo obrigatório, que pode ser de: ação (sob controle de agente), processo (nem intencional, nem controlado) ou estado (nem mudança, nem desenvolvimento).

A gramática distingue bem claramente entre experiência externa, os processos do mundo exterior, e a experiência interna, os processos da consciência. As categorias gramaticais são as de processos *materiais* e processos *mentais*. Mas há um terceiro componente a considerar: os de classificação e identificação – são os chamados processos *relacionais*. Além desses processos, existem outras categorias

localizadas nos limites entre os três. No limite entre material e mental, estão os processos *comportamentais*: aqueles que representam manifestações exteriores de atividades internas, a externalização de processos da consciência e dos estados fisiológicos. No limite entre mental e relacional, está a categoria dos processos *verbais*: relações simbólicas construídas na consciência humana e efetivadas nas formas lingüísticas como 'dizer' e 'significar'. No limite entre relacional e material, estão os processos que se referem à existência, os *existenciais*, pelos quais fenômenos de todos os tipos são reconhecidos, tais como 'ser', 'existir' e 'acontecer'.

Em função dos diferentes processos, diferentes também serão os participantes em cada um deles, os quais podemos resumir no Quadro 1.2:

<b>Processo</b>	<b>Participantes</b>
Material	Ator, Meta, Extensão, Beneficiário
Comportamental	Comportante, Comportamento, Fenômeno
Mental	Experienciador, Fenômeno
Existencial	Existente
Relacional	Identificativo: Característica, Valor Atributivo: Portador, Atributo
Verbal	Dizente, Receptor, Verbiagem-receptor-alvo

Quadro 1.2 - Relação processos/participantes

Em relação às circunstâncias, realizadas por grupos adverbiais ou frases preposicionais, podem elas ser de extensão (temporal ou espacial), causa, localização (temporal ou espacial), assunto, modo (meio, qualidade, comparação), papel e acompanhamento (razão, propósito, meio).

A transitividade tem-se provado extremamente iluminadora na lingüística crítica, pois ela é a base da representação: é o modo pelo qual a oração é usada para analisar eventos e situações como sendo de certo tipo. A transitividade tem a facilidade de analisar o mesmo evento sob ângulos diferentes, o que é de grande interesse na análise dos jornais. Vejamos os exemplos, dados por Halliday (1994):

- (1) Ele está sorrindo porque Maria chegou. (comportamental)
- (2) Agrada-lhe que Maria tenha chegado. (mental)
- (3) Ele está feliz porque Maria chegou. (relacional)

Quando vemos alguma coisa, diz Halliday, percebêmo-la como uma peça inteira, mas se formos falar dessa mesma coisa, precisaremos analisá-la como uma configuração semântica – isto é, precisamos representá-la como uma estrutura de significado. Já que a transitividade possibilita fazer escolhas, estaremos também omitindo algumas delas, de tal forma que a escolha que fazemos – melhor, a escolha feita pelo discurso – indica o nosso ponto de vista e é, portanto, ideologicamente significativa.

Conforme já fiz ver, na relação que Muntigl (2002) faz entre língua e contexto, as metafunções ideacional, interpessoal e textual organizam as variáveis contextuais de registro – Campo, Relações e Modo, respectivamente. Assim, nesta exposição, que faço da Lingüística Sistêmico-Funcional, julguei importante fazer seguir cada metafunção pela variável de registro correspondente, na medida em que esta será utilizada na análise.

### 1.3.1 A variável do registro: Campo

O Campo realiza a metafunção ideacional, trata do ‘tópico’ da situação. Há diferença entre o texto de um especialista (taxonomia complexa ou profunda) e o de um iniciante (taxonomia rasa), embora o tópico seja o mesmo (campeão de tênis X leigo) (vocabulário técnico x vocabulário comum). O Campo de um texto pode ser associado à realização dos significados experienciais, os quais são realizados através de padrões de transitividade da gramática.

## 1.4 A metafunção interpessoal

Quando nos comunicamos, diz Halliday (1985, 1994), a estrutura significativa da oração está organizada como mensagem e como um evento interativo, isto é, a comunicação é também um evento interativo. Sendo assim, usamos a língua para construir significados interpessoais: significados sobre nossas relações com outras pessoas e nossas atitudes em relação a elas.

Em termos da metafunção interpessoal, a oração está organizada como um evento interativo, envolvendo falante (ou escritor), e audiência. Distinguem-se aqui o

*Mood* (Sujeito e Finito) e Resíduo. Os tipos fundamentais de papel de fala são apenas dois: (i) dar e (ii) pedir. Portanto, um 'ato' de fala é algo que poderia ser mais apropriadamente chamado de 'interação': é uma permuta, na qual dar implica receber e pedir implica dar em resposta. Juntamente com essa distinção básica está uma outra distinção, igualmente fundamental, que se relaciona com a natureza do produto que está sendo permutado.

Quando a língua é usada para permuta de informação, a oração tem a função semântica de 'proposição' e quando é usada para permuta de bens e serviços, a oração tem a função semântica de 'proposta'.

Quanto ao *Mood*, uma oração pode ser:

- (a) Declarativa (afirmativa ou negativa);
- (b) Interrogativa ((i) sim/não ou (ii) qu-);
- (c) Imperativa; e
- (d) Exclamativa

Sujeito e Finito estão intimamente ligados, e se combinam para formar um constituinte chamado de *Mood*. Ele tem sido chamado também de elemento 'Modal'; mas a dificuldade com esse termo é que *modal* é ambíguo, já que corresponde tanto a *Mood* quanto a *modalidade*. O resto da oração é chamado Resíduo.

O elemento Finito, como diz o seu nome, tem a função de tornar finita a proposição. Isto é, ele a circunscreve; ele traz a proposição para a realidade, de modo que ela possa ser objeto de discussão. Um modo de tornar algo discutível é dar-lhe um ponto de referência no 'aqui e agora'; e isso é o que o Finito faz. Ele liga a proposição ao seu contexto no evento da fala.

Isto pode ser feito de dois modos. Um é pela referência ao tempo da fala; o outro pela referência ao julgamento do falante. Um exemplo do primeiro é 'estava' em "um menino estava atravessando a rua"; o segundo, 'não pode' em "não pode ser verdade". Em termos gramaticais, o primeiro é o 'tempo primário', o segundo é a 'modalidade'.

#### 1.4.1 Polaridade e Modalidade

Mas há uma outra feição que é um concomitante essencial da finitude, e esta é a ‘polaridade’, que é a escolha entre positivo e negativo. Assim, além de expressar tempo primário ou modalidade, o elemento Finito também realiza a feição da polaridade.

Em termos de modalidade, devemos considerar:

- (a) Proposição – em uma proposição, entre o pólo positivo e o negativo, há possibilidades intermediárias, que chamaremos ‘modalização’:
  - (i) grau de probabilidade
  - (ii) graus de frequência
- (b) Proposta - ‘modulação’
  - (i) graus de obrigação
  - (ii) graus de inclinação (desejo)

#### 1.4.2 A função pessoal e a função interacional

Thompson & Thetela (1995), porém, julgam necessária uma distinção no interior da metafunção interpessoal, já que Halliday postula a *modalidade* como sendo envolvida pelo *modo* (*mood*), quando esses elementos têm, segundo os autores, funções distintas no enunciado: (i) pessoal, ou o posicionamento pessoal do escritor (modalidade) e (ii) interacional, a interação entre escritor e leitor (Modo), respectivamente.

Por outro lado, os autores, ao tratarem dos papéis projetados – a rotulação dos participantes, no modo –, dizem que é aí que o componente interpessoal se sobrepõe ao ideacional do modelo de Halliday, já que, se o escritor projeta os papéis, a pessoa sobre quem o papel é projetado é simultaneamente um participante no evento lingüístico e um participante na oração. Assim, esclarecem uma característica importante para a minha análise, qual seja, a da simultaneidade das duas metafunções, já prevista, mas não detalhada, por Halliday. Também Fowler (1991) afirma essa sobreposição, dizendo:

É da essência da representação ser sempre a representação de algum ponto de vista ideológico, conforme tratada pela inevitável força de estruturação da transitividade e da categorização lexical (Fowler, 1991: 85).

Nesse sentido, Martin (2000), ao afirmar que o significado interpessoal pode ser realizado através de configurações ideacionais, propõe a noção de *token* de atitude para denominar o modo pelo qual o significado ideacional pode ser “saturado” em termos avaliativos, ou seja, interpessoais. Dessa forma, enquanto os elementos de avaliatividade (*appraisal*) (Martin, 2000): *afeto*, *juízo* e *avaliação* – referentes ao posicionamento pessoal do autor do texto – são freqüentemente inscritos explícita e diretamente em um texto (através de léxico como: medo, covardemente ou significativo), o *token* de atitude é um termo que se refere à realização indireta de avaliação. Essa noção possibilita à teoria dar conta de uma palavra ou conjunto de palavras que é usado para disparar ou evocar um juízo por parte do leitor. Em outras palavras, ela explica o modo pelo qual o significado ideacional é explorado para efeitos interpessoais.

#### 1.4.3 A variável de registro: Relações

A Relação de um texto pode ser associada à realização dos significados interpessoais, os quais são realizados através de padrões do Modo da gramática. Não se fala com um bancário como se fala com o pai. O papel da Relação entre os interlocutores pode ser entendido como um complexo de três dimensões simultâneas:

- (a) poder (igual ou desigual: chefe e subordinado);
- (b) envolvimento afetivo (amigos e colegas de trabalho); e
- (c) contato (esposos e conhecidos)

Há, então, dois tipos de situação:

- (i) informal (poder igual/contato freqüente e alto envolvimento afetivo); e
- (ii) formal (poder desigual/pouco contato/baixo envolvimento afetivo)

Ou seja, uso de gíria, léxico de expressão da atitude do falante – tipo (i) – *versus* polidez, linguagem menos atitudinal e mais objetiva – tipo (ii). Outra área em que a relação influi na língua refere-se ao sistema gramatical de Modo e Modalidade.

#### 1.4.4 A função pessoal e a interacional

A função interativa da linguagem foi concebida inicialmente na modalidade falada (Coates, 1990; He, 1993, *apud* Thompson & Thetela, 1995) e aplicada em análise da modalidade (Cherry, 1998; Myers, 1989; Simpson, 1990, 1992, *apud* Thompson & Thetela, 1995) e *Mood* (Frank, 1989; May, 1989; McCarthy, 1992, *apud* Thompson & Thetela, 1995) em textos escritos. Thompson & Thetela (1995) mostram como a interação ocorre e é sinalizada na modalidade escrita, examinando a propaganda escrita. Assim, eles apresentam dois tipos de abordagem na investigação da interação na escrita:

- (a) orientada-para-informação (amigável ao leitor): são as necessidades do leitor que são levadas em consideração (Hoey, 1983, 1988; Widdowson, 1984, *apud* Thompson & Thetela, 1995);
- (b) orientada-para-função (não amigável ao leitor) (manipulativa): o escritor conduz a interação, atribuindo papéis (perguntador e respondedor) e se imiscuindo na mensagem através de comentários e avaliações (deriva da metafunção interpessoal de Halliday (1994)).

Thompson & Thetela (1995) afirmam que, para fins de análise, é necessário distinguir duas funções no interior da metafunção interpessoal, a saber: (i) pessoal - o que é visão do escritor (modalidade) e (ii) interacional – o que é orientada para os aspectos da informação escrita (Modo). Thompson & Thetela (1995) examinam:

- (a) papéis desempenhados realizados pelo ato de fala em si. O participante não pode não desempenhar papéis como o de perguntador ou de respondedor (discurso direto e indireto: “Sente-se!” *versus* “Por que você não descansa os ossos?”);
- (b) papéis projetados nos quais a questão é a nomeação feita de forma explícita no texto: falante/ouvinte (por exemplo, Senhores *versus* Caros participantes).

Considerando-se essa interação, os autores afirmam a simultaneidade das metafunções ideacional e interpessoal:

Esse é o ponto em que o componente interpessoal se sobrepõe ao ideacional no Modelo de Halliday, já que se o escritor projeta papéis, a pessoa sobre a qual o papel é projetado se torna simultaneamente um participante no evento lingüístico e um participante na oração. (Thompson & Thetela, 1995: 108)

#### (a) Papéis desempenhados

Segundo Thompson & Thetela (1995), os papéis desempenhados são as escolhas no elemento de Modo da oração para atribuir certos papéis aos participantes do evento lingüístico: o escritor, ao escolher uma declarativa ou interrogativa, age no papel de doador ou requerente da informação, colocando o leitor no papel complementar de aceitador ou provedor. Os tipos de papéis desempenhados analisados no texto escrito de propaganda são aqueles que pedem resposta da parte do leitor. São eles: (i) Perguntas e (ii) Ordens.

- (i) Perguntas: são de três tipos – (a) exige uma resposta mínima do leitor; (b) o leitor tem oportunidade de continuar ou interromper a interação e (c) funciona na interação como se fosse perguntada pelo leitor à procura de informação.
- (ii) Ordens: qualquer propaganda pode ser vista na essência como uma ordem: uma tentativa lingüística para influenciar o comportamento de outros participantes. Mas a maioria dessas ordens aparece suavizada através de referência a benefícios que o leitor usufruiria se elas fossem seguidas, apontando, por outro lado, para a responsabilidade dessa obediência.

#### (b) Papéis projetados

Os papéis projetados são atribuídos pelo escritor por meio de rótulos explícitos aos participantes no evento lingüístico e podem ser feitos através de: (i) nomeação e (ii) papéis atribuídos.

- (i) Nomeação: o modo mais comum de os escritores da propaganda se referirem a si mesmos é por meio do pronome nós ou do nome da companhia.



- (ii) Papéis atribuídos: os papéis atribuídos são os papéis dos participantes no sistema da transitividade. Um dos papéis projetados no leitor-no-texto é bem previsível: o de Beneficiário ('aquele para quem o processo acontece', Halliday, 1985: 132).

#### 1.4.5 A avaliatividade (appraisal)

Em 1989, a revista *Text* publicou um volume especial sobre a semântica do afeto, editado por Elinor Ochs, referente ao “potencial da língua para expressar diferentes emoções e graus de intensidade emocional” (Ochs, 1989: 1). Nessa época, lingüistas funcionalistas de Sydney começaram a desenvolver um arcabouço para analisar a avaliação no discurso, com base em trabalhos de Labov (Labov & Walesky, 1967; Labov, 1972, 1981, 1984), Rothery & Stenglin (1997, 2000), Coffin (1997), White (1997, 2000), Fuller (1998), Eggins & Slade (1997) etc.

Tanto Martin (2003), assim como Ochs (1989), estavam interessados em uma série ampla de recursos interpessoais e adotaram o termo *appraisal*, ou avaliatividade, para esse estudo. O grupo também estava interessado na função social desses recursos, não simplesmente para expressar sentimentos, mas em termos de sua habilidade em construir comunidades – para alinhar pessoas na negociação em curso na vida em comunidade. Como lingüistas funcionais e analistas do discurso, eles estavam especialmente preocupados com o desenvolvimento de técnicas que pudessem ser aplicadas sistematicamente a textos inteiros de qualquer registro, trabalhando dentro do enquadre geral da LSF (Halliday, 1967, 1985 [1994]; Martin, 1992a). Uma grande parte do ímpeto político e da ajuda financeira para esse trabalho veio do campo da lingüística educacional e do desenvolvimento de programa de letramento baseado-em-gênero da Austrália (Martin, 1993, 1997a, 2000b).

Um problema que existia na mente de todos era a questão da sistematicidade, que Biber resumiu em 1998 na metáfora de “andar em um pântano”; na abordagem seja na LSF, seja na análise baseada-em-corpus, sentia-se que o raciocínio baseado-em-critério, herdado da gramática formal e que era usado para informar a análise computacional automática, não servia para analisar a linguagem avaliativa. Ao mesmo tempo, nenhum grupo queria ignorar a avaliação mesmo

esbarrando no problema da intratabilidade analítica. Biber (1998) trabalhou com a análise automática para tratar de grande quantidade de dados; ao mesmo tempo, o grupo de Sydney estava concentrado em análise qualitativa de textos representativos (Lemke, Martin, Martin & White, Poynton, Thibault, Tucker, Ventola etc.).

A questão atinge um ponto crítico no trabalho de Sydney em relação à avaliação direta e implícita. Quando a avaliação está explicitamente realizada, é possível a análise da atitude em positiva ou negativa em relação a algum evento, vejamos alguns exemplos (Martin 2003):

(4) Felizmente, o Brasil peitou os EUA na ALCA.

(5) Infelizmente, o Brasil peitou os EUA na ALCA.

Mas o que fazer em casos nos quais a avaliação não está inscrita explicitamente, como em:

(6) O Brasil peitou os EUA na ALCA.

Falando em termos conservadores, diríamos que não há necessidade de analisar a avaliação aqui. Porém, dependendo do contexto, pode haver avaliação nítida em (6). Como nos sentimos sobre o que acontece depende, é claro, da nossa posição de leitura. O problema aqui é que a avaliação está implícita mesmo onde ela não está realizada e isso cria algo como um pesadelo de codificação, especialmente para o analista qualitativo. Caso haja apego a categorias explícitas, significa que uma grande quantidade de atitude implícita pelos textos será perdida.

Macken-Horarik (2003) trata dessa questão em seus artigos, demonstrando dois pontos Importâncias. Um é que a avaliação é realizada prosodicamente, de tal forma que as realizações diretas tendem a colorir o discurso e assim fornecer alguma confirmação das avaliações implícitas. O outro é que os textos podem ser entendidos como naturalizações de posições de leitura para um leitor 'ideal', e se pudermos acessar essa posição através de etnografia apropriada, então estaremos em posição mais forte para conseguir acordo sobre avaliações implícitas – lendo de uma posição ideal.

Martin (2000) sugere que cada tipo de atitude envolve sentimentos positivos e negativos e que Julgamento e Apreciação podem ser interpretados como

institucionalizações de Afeto que evoluiu para socializar os indivíduos em vários sentidos incomuns de comunidades de sentimento – julgamento como um afeto recontextualizado para controlar o comportamento (o que devemos ou não fazer), apreciação como um afeto recontextualizado para dirigir o gosto (que coisas são dignas). Vejamos esquema a seguir, baseado em Martin (2000: 147):

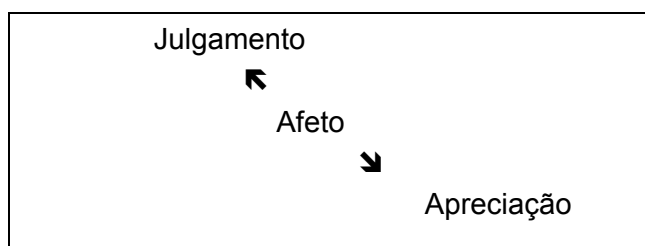


Figura 1.2 - Esquema simplificado da Avaliatividade

Na essência, a avaliatividade é um enquadre localizado na LSF que mapeia os recursos que usamos para avaliar a experiência social (Martin, 2000; Martin & White, 2005; White, 2003). Esses recursos podem se realizar através de várias estruturas gramaticais e do léxico. A análise da avaliatividade é um modo de capturar de maneira compreensiva e sistemática os padrões avaliativos globais que ocorrem em um texto, conjunto de textos ou discursos institucionais.

Segundo Martin (2000), o sistema de avaliatividade inclui:

- (1) o subsistema de *Atitude*, que inclui: (a) recursos para a construção de respostas emocionais – Afeto; (b) recursos para julgar comportamentos em termos “éticos” – Julgamento; e (c) recursos para avaliar textos e produtos em vez de comportamentos – Apreciação;
- (2) o subsistema de *Graduação*, que gradua os significados ao longo de dois possíveis parâmetros, aumentando ou diminuindo a intensidade – Força, ou intensificando e suavizando – Foco; e
- (3) o subsistema de *Compromisso*, que é um conjunto de recursos através do qual o escritor (ou o falante) se posiciona, construindo a audiência como partilhando a mesma visão de mundo – Monoglóssico ou, por outro lado, adota uma posição que explicitamente mostra diversidade com implicação de conflito e luta entre as vozes – Heteroglóssico.

Veja na Figura 1.3 um esquema do sistema da avaliatividade:

Avaliatividade ( <i>appraisal</i> )	Compromisso	Monoglósico
		Heteroglósico
	Atitude	Afeto
		Julgamento
		Apreciação: Avaliação Social
	Graduação	Força
		Foco

Figura 1.3 - Recursos da avaliatividade

A avaliatividade não somente permite expressões de significado avaliativo direto ou indireto, mas também explica os modos pelos quais padrões de significado avaliativo se acumulam dinamicamente através do texto. Os vários autores apontam para uma dimensão importante da avaliatividade que é o de mapear um conjunto de recursos que, em vez de ser visto como meios para o falante ou o escritor fazer comentários pessoais acerca do mundo, é visto como um conjunto de ferramentas para desenvolver a solidariedade entre um falante/escritor e sua audiência.

#### 1.4.5.1 O compromisso

White (2003) propõe uma análise de recursos lingüísticos referentes ao posicionamento intersubjetivo (que têm sido tratados como modalidade, polaridade, evidencialidade, mitigação, intensificação, atribuição, concessão e conseqüência). Inspirando-se na noção de perspectiva dialógica de Voloshinov (1973), ele tenta mostrar que recursos léxico-gramaticais podem ser reunidos em termos da semântica discursiva ou retórica, fornecendo meios para o falante/escritor posicionar-se em relação a pontos de vista ou posições sociais referenciados pelo texto e, por conseguinte, alinhar-se ou não em relação a outros sujeitos sociais. Como já vimos, para Bakhtin/Voloshinov, toda comunicação verbal, escrita ou falada, é 'dialógica', ou seja, falar ou escrever é referir-se àquilo que foi dito/escrito antes, e simultaneamente, antecipar respostas potenciais ou imaginadas dos ouvintes/leitores.

White (2003) inspira-se em Martin (1992, 1997) (veja Figura 1.3), cuja categoria de Compromisso ele desenvolve, e em Stubbs (1996), que estende a categoria de 'modalidade' para além dos verbos modais, incluindo todas as palavras com as quais os escritores modulam sua adesão ou oposição à proposição.

Para examinar e descrever adequadamente a funcionalidade comunicativa desses recursos léxico-gramaticais, é necessário vê-los como fundamentalmente dialógicos ou interativos, diz ele (White, 2003: 260). Ou seja, essa descrição é possível pelo uso de palavras como *talvez, tem sido afirmado que, naturalmente, eu acho*, a voz textual age, antes de mais nada, para reconhecer, comprometer-se ou alinhar-se com posições que podem ser alternativas àquilo que está sendo dito no texto.

A abordagem refere-se a questões sempre levantadas na análise da semântica do discurso – as relações de estatuto, poder, contato social e solidariedade construídas no texto, e por quais padrões de escolhas léxico-gramaticais são construídos dos diferentes tipos de *personae* do autor, e por que meios os textos constroem para si os leitores pretendidos, ideais e modelares. White (2003: 261) propõe uma taxonomia que oferece meios para evidenciar como as vozes textuais se engajam com vozes alternativas e ativamente representam o contexto comunicativo como sendo de diversidade heteroglóssica.

O termo 'compromisso heteroglóssico' é usado por White (2003) como uma denominação geral para os referidos recursos, que podem ser divididos em duas amplas categorias: dialogicamente expansivo (possibilitam alternativas) ou dialogicamente contrátil (restringem as possibilidades).

Em termos amplos, White (2003) distingue entre enunciados heteroglóssicos ou dialogísticos (nos quais se sinaliza algum compromisso com posições alternativas/vozes) e enunciados monoglóssicos (afirmações não-dialogizadas).

#### 1.4.5.1.1 O compromisso monoglóssico

White (2003) apresenta o primeiro parágrafo de um editorial extraído do jornal britânico *Spectator* (2003: 262, original em inglês):

(7) Há poucas visões mais nauseantes que a de um líder sindicalista tentando dizer, “Eu bem que disse”.

Segundo o autor, a avaliação “nauseante” é introduzida no texto através de afirmação pura e simples, não há possibilidades de posições alternativas; a proposição é declarada de maneira absoluta (White, 2003: 263). Do ponto de vista da perspectiva bakhtiniana, esse tipo de afirmação é ‘monoglóssico’ ou ‘não-dialógico’ (Bakhtin, 1935 [1981]: 427).

O que isso significa em termos da retórica ou posição intersubjetiva? White considera os contextos em que tais afirmações operam. Embora muita pesquisa baseada em *corpus* seja ainda necessária, diz White (2003: 263), pode-se dizer que essas afirmações estão associadas a ‘conhecimento’ consensual, versões-de-eventos que são vistos como ‘fatos’ – isto é, as proposições são consideradas não problemáticas e geralmente ‘conhecidas’ ou ‘aceitas’ no contexto comunicativo corrente. São comuns em termos ontológicos, epistêmicos e axiológicos entre a voz textual e a audiência, em que essa opera supostamente com o mesmo conhecimento, crenças e valores emitidos pelas proposições. Myers (1990, *apud* White, 2003: 263) observa que as *afirmações simples* (não mitigadas) no discurso científico “não são afirmações sobre conhecimentos novos” mas, ao contrário, afirmações sobre “fatos” e conhecimento estabelecido e elas são apresentadas como dialogicamente inertes mesmo em contextos sociais em que poderiam ser contestadas, caso em que se recorre a afirmações como “Eu firmemente acredito”.

#### 1.4.5.1.2 O compromisso heteroglóssico

White (2003) ilustra sua proposta com a abertura de um debate intitulado “O Caso Contra” (*The Case Against*), publicado no jornal australiano *Courier-Mail* (White, 2003:265):

- (a) O primeiro-ministro Peter Beattie quer que pensemos em que tipo de anti-racista ele é?
- (b) Ou quer mostrar tolerância, que é uma característica importante da sociedade australiana?

Como um membro da sociedade australiana que conhece a política de seu país, White (2003) fica com a opção (b), ou seja, ele sabe que compartilha da opinião do escritor e essa pergunta é o que ele chama de contração dialógica. Vejamos por que.

Segundo White (2003: 267), perguntas-retóricas (perguntas unilaterais, texto escrito) podem ser vistas como dialógicas porque simulam uma troca de turno interativa da comunicação e também são dialógicas porque desempenham duas funções:

- (a) apresentam uma proposição como sendo uma dentre outras possibilidades; e
- (b) apresentam a proposição como sendo auto-evidente, tal que nem precisaria ser afirmada pela voz textual.

Vejamos a seguir os três modos de compromisso heteroglóssico – *expansão dialógica*, *contração dialógica* e *justificação* – propostos por White (2003) e exemplos para ilustrá-los.

(a) Expansão dialógica

(8) O homem à direita está no topo da lista dos mais procurados pelo FBI. A morte de Ramon Arellano Felix significaria o fim do cartel de drogas mais mortal do mundo? (White, 2003: 267)

Na expansão dialógica, uma pergunta é introduzida como uma simples possibilidade, como uma posição que deve ser considerada, mas com a qual o escritor não se compromete. A voz textual indica que alternativas são possíveis. São dois os modos de expansão dialógica: *acolhida* e *atribuição*.

- *acolhida*: avaliação dialógica em que a voz textual é representada como acolhendo posições alternativas a outras referidas.

(9) Se estamos realmente testemunhando um aumento na intolerância racial; talvez seja hora de perguntarmos se todo o aparato anti-racista que cresceu nas últimas décadas é contra-produtivo... (White, 2003: 274)

- *atribuição*: avaliação dialógica em que a voz textual recorre a atribuição/discurso indireto para apoiar o ponto de vista na subjetividade de alguma voz externa. White (2003: 273) apresenta duas formulações de atribuição:

(i) reconhecimento: recorre-se a uma voz como autoridade.

(10) O primeiro-ministro afirmou que leis anti-racistas mais duras. (White, 2003: 274)

(ii) distanciamento: distancia-se de afirmações para pô-las em dúvida e abre mais lugar a alternativas.

(11) O Comissariado Anti-Discriminação de Queensland e seus correligionários afirmam... (White, 2003: 274)

(b) Contração dialógica

(12) [sobre a guerra do Iraque, com foto de crianças acenando com flores]  
Devemos ir à guerra contra essas crianças? (White, 2003: 267)

Segundo White, a pergunta de contração dialógica leva o leitor a uma resposta 'óbvia'. A voz textual reveste-se de um ponto de vista 'de senso comum', o ponto de vista do leitor. São dois os modos de contração dialógica: *proclamação* e *rejeição*.

▪ *proclamação*: significados dialogicamente contraídos em que a voz textual expressa um investimento pessoal elevado pelo ponto de vista exposto, contrariando, pois, alternativas opostas. White (2003: 269) apresenta três modos de proclamação:

(i) acordo: a voz textual explícita e ativamente apresenta-se alinhada ao leitor construído, como tendo a mesma crença, atitude ou 'conhecimento' (exemplos de expressões que expressam acordo: 'naturalmente', 'é claro').

(13) O primeiro-ministro, é claro, quer que pensemos que ... (White, 2003: 272)

(ii) pronunciamento: a voz textual trata da intensificação, ênfase autoral ou intervenção autoral explícita. Assim, a voz textual transmite elevado investimento e, portanto, confronta uma posição contrária.

(14) Eu contestaria que esse nível de tolerância invejável seja resultado de leis e intervenções governamentais diretas. (White, 2003: 269)

(iii) endosso: destaca a voz textual, porém a subjetividade em destaque é a que uma fonte externa introduz no texto por atribuição. Por meio de verbos, tais como 'demonstrar' ou 'mostrar', ou formulações avaliativas como 'defendido convincentemente', 'explicado com sucesso', a voz textual indica seu



endosso acerca de um ponto de vista, indica que se posiciona com a fonte a respeito da proposição.

(15) Como Hastie (um inglês com sua própria persuasão política) afirmou de maneira tão convincente... (White, 2003: 272)

- rejeição: é o modo de contração dialógica mais contrátil e transmite rejeição direta ou oposição a uma posição dialogicamente contrária. São dois os modos de rejeição: negação e oposição.

### (c) Justificação

A justificação é o terceiro modo de compromisso heteroglóstico proposto por White (2003: 274), cuja denominação 'justificação' provém da teoria da estrutura retórica (Mann & Thompson, 1993) para o subtipo da conseqüencialidade que foi denominado de 'epistêmico' ou 'modal interno' (Davies, 1979; Sweetser, 1990; e Verstraete, 1998, *apud* White, 2003: 274) e que pode ser localizado dentro do escopo do que Halliday & Hasan (1976) e Martin (1992a) chamam de 'conjunção interna'. As formulações de justificação são dialógicas, diz White (2003: 274) citando Verstraete (1998: 201), pois elas representam a voz textual em uma posição 'argumentativa' – elas constroem a voz textual engajada na persuasão – e outro participante endereçado no papel de 'persuadido' que possui um ponto de vista que de alguma forma é diferente do da voz textual e contra a qual a voz textual precisa construir um argumento. Voz textual que toma uma 'posição argumentativa', em geral para justificar, substanciar proposições 'não-fatuais' (avaliação atitudinal, recomendações, previsões). Assim, quando a relação é sinalizada explicitamente (embora geralmente seja implícita), é codificada por meio de conectivos e conjunções tais como *por conseguinte, assim, de acordo com, porque, por esta razão, eis por que*.

Vejamos um trecho que White (2003) apresenta para ilustrar a justificativa:

(16) I.4 Esse pânico [moral] é invariavelmente fundamentado em bases questionáveis.

I.5 Ou algumas afirmações ou incidentes estão sendo anunciados em proporções alarmantes, ou a definição de racismo foi ampliada de forma a acomodar uma série de novas transgressões. (White, 2003: 275)

No exemplo (16), em I.4 a proposição avaliativa antecipada é provida de justificação, com apoio argumentativo em I.5.

A proposta de Compromisso de White (2003) apresentada neste sub-item possibilita que descrevamos a funcionalidade comunicativa de recursos léxico-gramaticais na interação, como a voz textual do editorial age, e assim, verifiquemos como o editorial se comprometer ou se alinhar com posições, tanto as defendidas por ele quanto às alternativas àquilo que está sendo dito no texto.

#### 1.4.5.2 Graduação

A Graduação envolve um conjunto de recursos para aumentar ou diminuir a intensidade da avaliação. São dois os parâmetros do subsistema da Graduação:

- (i) Força: sua realização inclui intensificação, morfologia comparativa e superlativa, repetição e vários traços grafológicos e sonoros (além do uso de léxico intensificado – *sprint* em vez de *run fast*). Parece haver mais recursos para aumentar do que para diminuir o volume de avaliação:
  - (a) aumentado: realmente chateado, completamente devastado; e
  - (b) diminuído: um pouco chateado, ligeiramente aborrecido.
  
- (ii) Foco: no contexto de recursos não-graduáveis, a Graduação tem o efeito de ajustar a força dos limites entre categorias, construindo tipos de coisa nucleares e marginais; este sistema se chama Foco:
  - (a) intensificado: um policial de verdade, exatamente quatro; e
  - (b) suavizado: tipo de policial, cerca de quatro.

#### 1.4.6 Dimensões Avaliativas de Lemke

Lemke (1998) apresenta sete dimensões da orientação avaliativa acerca dos recursos léxico-gramaticais – que expressam a atitude do falante não somente em relação ao interlocutor, mas também em relação ao conteúdo ideacional de suas proposições e propostas – em relação à semântica do texto e compara-as à modalidade da oração (Halliday, 1994).

Lemke chama de realização prosódica a esse significado atitudinal que se estende pelo texto e que inclui: a coesão avaliativa, a propagação sintática, a avaliação projetiva, a avaliação prospectiva e retrospectiva, e sugere que esses significados avaliativos têm um papel importante na análise do discurso da heteroglossia social e da identidade individual e coletiva. O autor examina um *corpus* constituído de editoriais de três jornais.

Uma das funções básicas da língua é a criação de relações interpessoais entre falante e ouvinte através do modo pelo qual um texto é expresso (escolhas léxico-gramaticais). Os atos de fala indicam se o falante está oferecendo, pedindo, ajudando ou atacando, criando solidariedade ou distância social. Mas, qualquer coisa que digamos sobre o mundo incluirá também o nosso ponto de vista sobre a coisa declarada: se acreditamos nela, se ela é provável, desejável, importante, permitida, surpreendente, séria ou compreensível.

Bakhtin (1935) chamou atenção aos modos pelos quais uma comunidade social incorpora um grande número de diferentes vozes discursivas, cada qual apresentando características de alguma subcomunidade de falantes, e em relação semântica complexa com muitas outras, fenômeno ao qual Lemke (1995a) chama de 'formações discursivas'. Bakhtin caracteriza essas vozes discursivas através de pontos de vista, que diferem em seu conteúdo ideológico (ou ideacional, segundo Lemke) e em sua avaliação 'axiológica' (valor) em relação ao conteúdo e a outras vozes, fenômeno chamado por ele de 'heteroglossia'.

A abordagem da *teoria do registro* (Gregory, 1967; Halliday, 1977) também pode caracterizar a diferença de vozes em dois textos, através da frequência de opções no sistema da transitividade. Mas, para caracterizar as relações 'axiológicas', não basta o apoio do sistema da metafunção interpessoal (Halliday, 1985), pois, quando falamos, não apenas criamos relações de oferta e demanda, solidariedade e distância, domínio e subordinação etc. com os interlocutores, mas também construímos atitudes e avaliações em relação ao nosso próprio discurso e ao de outros.

Lemke apresenta sete dimensões avaliativas, que são bipolares (para cada atributo positivo, existe uma negativa complementar). O Quadro 1.3, apresenta essas dimensões, com as equivalências da modalidade de Halliday (1994: 355-363), conforme Lemke:

<b>Dimensão Avaliativa (Lemke,1998)</b>	<b>Modalidade (Halliday, 1994)</b>
1. (D) DESEJABILIDADE/ (I) INCLINAÇÃO É simplesmente maravilhoso que João venha. É realmente péssimo que João venha.	Inclinação
2. (G) GARANTIA/ (P) PROBABILIDADE É bem possível que o João venha. É muito duvidoso que o João venha.	Probabilidade
3. (N) NECESSIDADE/ (A) ADEQUAÇÃO É muito Necessidade que o João venha. É inteiramente adequado que o João venha.	Normatividade, Obrigação
4. (F) FREQUÊNCIA/ (E) EXPECTABILIDADE É bem normal que o João venha. É altamente surpreendente que o João venha.	Frequência
5. (I) IMPORTÂNCIA/ (S) SIGNIFICÂNCIA É muito Importância que o João venha. É realmente comum o João venha.	
6. (C) COMPREENSIBILIDADE/ (O) OBVIEDADE É perfeitamente compreensível que o João venha. É bem misterioso que o João venha.	
7. (H) HUMOR/ (S) SERIEDADE É simplesmente hilário que o João venha. É muito sério que o João venha.	

Quadro 1.3 - Orientações avaliativas: dimensões semânticas (Lemke, 1998: 37)

Lemke observa que cada dimensão avaliativa pode apresentar um conjunto de epítetos avaliativos semanticamente relacionados, dos quais trago algumas das possibilidades apresentadas pelo autor:

- (1) DESEJABILIDADE/ INCLINAÇÃO - avaliação de bondade, desejabilidade, beleza, feiúra etc. Analisando o texto, geralmente é preciso do co-texto ou intertexto para estabelecer as orientações avaliativas globais, em oposição às explicitadas localmente em uma parte específica do texto. Alguns exemplos desta dimensão são: seria melhor tratar, não é preciso se preocupar, uma história bonita, dizer algo inteligente, algo que a maioria das empresas adoraria.
- (2) GARANTIA/ PROBABILIDADE: avaliação de verdade, certeza, probabilidade, dúvida, incerteza etc de um estado das coisas. Refere-se a o que nós acreditamos ser verdade ou provável, é próxima à dimensão da frequência, que

trata do que nós acreditamos ser normal, comum, ou não. Garantia está presente sempre que tratamos de assuntos em evidência ou de meios de enfatizar persuasão ou para questionar a credibilidade. Muitos intensificadores no texto contribuem para a garantia. São exemplos de garantia: os lugares mais óbvios; é totalmente; disse para o *Newsweek* etc.

- (3) NECESSIDADE/ ADEQUAÇÃO - avaliação de quanto algo é necessário, apropriado, responsável, admissível, proibido, inapropriado. Esta dimensão é semanticamente próxima da desejabilidade: o que é bom geralmente também é algo que “deve ser”, e vice-versa, e refere-se a atitudes do que “deve ser” ou “deveria ser”, o que “não deve ser” ou “não deveria ser”, o que é permitido e o que é proibido. São exemplos de necessidade: não precisa se preocupar; nunca aceitaria a permissão etc.
- (4) FREQUÊNCIA/ EXPECTABILIDADE: avaliação de frequência, tipicidade, expectativa, valor-surpresa ou choque de um estado de coisas. O uso do tempo presente também implica em frequência. São exemplos de frequência: em todos os catálogos, luta por um longo período, nunca aceito; grande maioria etc.
- (5) IMPORTÂNCIA/ SIGNIFICÂNCIA: avaliação da significância, importância, trivialidade de algo. É onde as prioridades são reveladas, o que importa para nós e o que não, o que é saliente e sobressai para nós, chama a nossa atenção. Distingue-se da não-frequência no sentido de que algo pode ser surpreendente e ainda assim não ser Importância para nós.
- (6) COMPREENSIBILIDADE/ OBVIIDADE: avaliação de quanto uma coisa é compreensível ou misteriosa. Segundo Lemke, é uma dimensão rara em editoriais; é usada quando as pessoas estão falando sobre algo que eles não entendem, porém não é quando tenta-se convencer o outro do que fazem.
- (7) HUMOR/ SERIEDADE: avaliação de quanto algo é engraçado, irônico, sério ou cômico. É outra dimensão rara em editoriais e outros textos expositórios sérios, exceto pelo uso de ironia. Um exemplo é o advérbio ‘ironicamente’.

Lemke (1998) diz que, como Martin (1992: 553-559) e outros notaram, as realizações de significados interpessoais, incluindo modalidades e atitudes, tendem a ser mais ‘prosódicas’ que as realizações mais segmentáveis e localizadas dos

significados ideacionais. Podemos interpretar esse fato, dizendo que componentes redundantes, qualificadores e amplificadores ou restritivos, daquilo que é funcionalmente uma única avaliação, espalham-se através da oração, ou da oração complexa ou mesmo de longos trechos de um texto. Quando isso acontece, eles se sobrepõem a outros significados avaliativos, e os escritores experientes encontram meios de integrar suavemente os resultados através de delicadas escolhas lexicais e interdependências gramaticais. Ficará claro também que as avaliações de proposições e propostas não são independentes, em longos textos, da avaliação de participantes, processos e circunstâncias incluídos em proposições e propostas.

Devido à existência de vários tipos de nominalização em certos registros, uma proposição em um ponto do texto pode tornar-se ‘condensado’ (Lemke, 1990) como um participante em outro trecho, e participantes (especialmente nomes abstratos) podem ser ‘expandidos’ pelo leitor em proposições implícitas através da referência a algum intertexto, ou ao co-texto imediato.

#### *1.4.6.1 A avaliação e a semântica do texto*

Diz Lemke (1998: 47) que quando consideramos os significados de textos extensos e coesos, e não em orações individuais, encontramos fenômenos da língua que revelam novos recursos semânticos ao nível do texto. Isso é verdadeiro para a semântica da avaliação devido à sua tendência para realizações ‘prosódicas’, i.e., realizações que tendem a ser distribuídas através da oração e através dos limites da oração e da sentença.

#### *1.4.6.2 O fenômeno da propagação avaliativa*

Se considerarmos os avaliadores como operadores semânticos, diz Lemke (1998: 49), e perguntarmos o seu escopo, i.e. até onde precisamente a avaliação se estende – veremos que em geral os avaliadores se propagam ou se ramificam através do texto, seguindo elos gramaticais e lógicos que o organizam como um texto estruturado e coesivo, em oposição a uma mera seqüência de palavras e orações desconectadas.

Como já disse Hasan (1984, 1989), os textos são organizados por dois princípios complementares, que ela chamou de 'estrutura' e 'textura'. No primeiro caso, encontramos padrões multivariados em que a justaposição de partes funcionalmente (e às vezes formalmente) diferenciadas A-B-C-D constituem um todo. É o caso da estrutura funcional e sintática de oração e grupos nominais. No caso da textura, certos elementos, isolados, são ligados através do texto para formar uma 'cadeia' devido a suas relações semânticas. Como veremos, as avaliações podem se propagar de um elemento a outro da estrutura, bem como ao longo de cadeias coesivas, mas elas podem também criar cadeias coesivas.

#### 1.4.6.3 Propagação sintática

Dentro da oração, a avaliação em relação a um elemento estrutural (participante, processo, circunstância) pode-se transferir para outro elemento. Se excluirmos os avaliadores explícitos que trabalham desse modo (Atributos atitudinais/Epítetos que avaliam seu Portador/Coisas, auxiliares que modalizam seu verbo principal, e nomes-processos derivados de verbos de avaliação explícita), há ainda vários outros fenômenos. É interessante que a Polaridade dessas avaliações pode ser revertida durante a propagação (o Grau normalmente se propaga sem mudanças) por meio de várias locuções.

#### 1.4.6.4 Avaliação projetiva

Lemke apresenta um exemplo com a dimensão de Garantia, a visão do autor sobre a probabilidade de algo que alguém está dizendo. Por exemplo, lexicalmente *predizer é um processo projetante (verbum dicendi, cf. Halliday 1994, p.219-221)* que tem uma garantia relativamente baixa; supomos que predizer o futuro seja um assunto incerto.

Avaliações projetadas podem transportar-se por diversas orações ou sentenças, mas também há propagação de avaliação através de textos longos.

### 1.4.7 A Avaliação e a Teoria da Relevância

Goatly (1997) diz que os tipos mais ativos de linguagem figurada exigem trabalho considerável de interpretação além da decodificação de sua semântica, fato que, acredito, está ligado à compreensão de qualquer texto, assim esse estudo será apresentado aqui em termos de aplicação para textos em geral. O autor afirma que a compreensão textual depende de processos e princípios envolvidos na interação entre (1), (2) e (3):

- |  |
|--|
| (1) Conhecimento do sistema lingüístico<br>(2) Conhecimento do contexto: situação e co-texto<br>(3) Conhecimento esquemático de experiência:<br>fatural e sócio-cultural |
|--|

Quadro 1.4 - Fontes de conhecimento na Interpretação de texto (Goatly, 1997: 137)

Nessa interação de fontes, em (1), o conhecimento da língua, dará o produto da decodificação. Além disso, utiliza-se o conhecimento adquirido de (2), o texto adjacente e a situação física e social em que o texto é produzido. A fonte (3) leva em conta o conhecimento de mundo e a sociedade de uma comunidade lingüística. Goatly observa que a área da lingüística que diz respeito aos processos e princípios inferenciais necessárias para complementar a decodificação é a Pragmática, e que para seu estudo, a Teoria da Relevância (Sperber & Wilson, 1986) fornece uma explicação geral coerente da interpretação metafórica.

Trago essa questão aqui para explicar ou justificar a atribuição de uma avaliação positiva ou negativa a determinada escolha léxico-gramatical. Diante de um texto de editorial, a pergunta que precisa ser respondida é sobre o motivo que leva o leitor a avaliar certas escolhas do autor como tendo carga avaliativa positiva ou negativa. Uma proposta que pode esclarecer a questão vem de Goatly, que apresentamos a seguir.

Goatly (1997) propõe integrar as noções hallidayanas de contexto social e a teoria da pragmática com a da Relevância em um modelo de comunicação. Segundo ele, o único modelo que tenta esta integração é o de Fairclough, exposto em seu livro *Language and Power* (1989). O Quadro 1.5 mostra seu reconhecimento a Halliday.



Na parte superior dos tipos de discurso, Fairclough (1989) indica sua visão da atividade humana que é dividida e estruturada em diferentes espaços sociais ou ordens sociais. Essas ordens são geralmente estruturadas institucionalmente, e as instituições possuem conceitos bem definidos dos tipos de situações e atividades que podem ocorrer dentro delas.

Ordem social: societal Determinação do ambiente institucional Ordem social: institucional Determinação do ambiente situacional	
<b>Situação</b>	<b>Tipo de Discurso</b>
O que está acontecendo? (atividade, tópico, propósito) CAMPO/EXPERIENCIAL	Conteúdos
Quem está envolvido?	Sujeitos
Em que relações? RELAÇÕES/INTERPESSOAL	Relações
Qual o papel da língua no que está acontecendo? MODO/TEXTUAL	Conexões

Quadro 1.5 - Tipo de discurso e contexto social (Fairclough, 1989: 146)

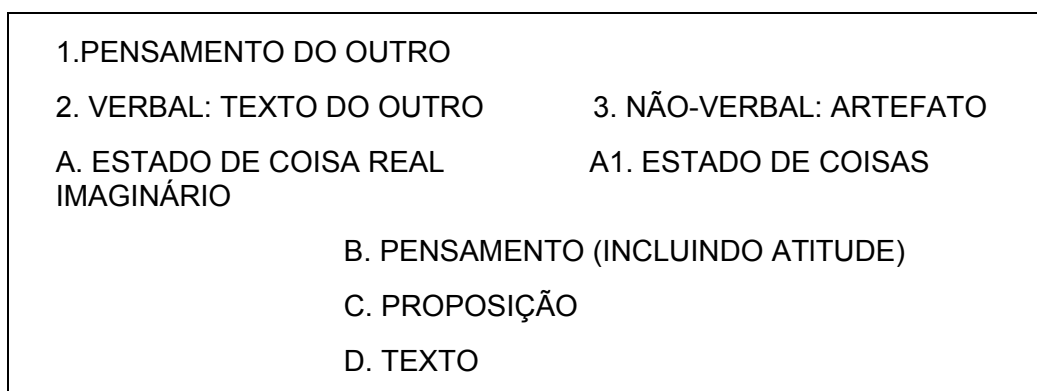
Segundo Fairclough (1989), no caso de um estudante universitário, o espaço social poderia ser dividido em: trabalho de meio-período; família; esporte; namoro. A maioria delas, estará literalmente associada a um lugar ou prédio, e estará mais ou menos institucionalizada. A educação vai estar ligada a uma instituição universitária onde essa pessoa é estudante. E uma universidade terá várias situações distintas de discurso abertas aos estudantes, que operam dentro dela, e.g., a orientação, o seminário, a aula, o estudo particular em biblioteca, a conversa em salão de estudantes etc.

Descendo para a parte inferior, à direita do diagrama, os quatro aspectos de Tipo de Discurso – Conteúdo, Sujeitos e Relações, e Conexões – correspondem às características da situação à esquerda, que são modificações das categorias de Campo, Relações e Modo, respectivamente, de Halliday (1994).

O Campo diz respeito às diferentes situações com diferentes propósitos: por exemplo, uma aula pode ter os objetivos de dar informação, de explicar uma teoria, de oferecer um resumo de tópico, de estimular interesse/entretenimento, de

demonstrar análise; ao passo que, a orientação exige o processamento de informação e teoria, permitindo assim a solução de problemas, a aplicação de uma teoria aos dados, o questionamento e a análise de idéias e teoria, a discussão e a argumentação etc.

Em relação ao nível interpessoal de Sujeitos e Relações, os papéis dos participantes são muito diferentes em situação de aula e de orientação. Em suas posições de Sujeito, quando estão em aula, os estudantes são obrigados a se manterem em silêncio por grande parte do tempo, mas como orientandos, espera-se que falem. Os professores têm direito a longos monólogos, mas os orientadores devem se manter comparativamente mais calados. As orientações são eventos com maior proximidade do que as aulas e as Relações podem se tornar mais amigáveis e íntimas, ou mais explicitamente hostis e antagônicas, do que na aula semipública.



Quadro 1.6 – Modelo de comunicação lingüística (Goatly, 1997: 293)

Goatly delinea um possível enquadre teórico para integrar a sócio-lingüística hallidayana e a Teoria da Relevância, mostrando mais especificamente como as variáveis contextuais da situação social (ou registro, nos termos da Lingüística Sistêmico-Funcional), que são Campo (o que está se passando), Relações (quem está envolvido em quais relações) e Modo (o papel da linguagem), afetam a interpretação de um texto metáfora, que julgo poder ser aplicado à interpretação de um texto.

Ele inicia o exame com uma tentativa de descrever a Configuração Contextual de Campo, Relações e Modo para cada um dos tipos. Vejamos a título de ilustração, um exemplo sobre conversa apresentado por ele:

- (i) Campo: interação social, conversa (se subordinado a outros propósitos deixa de ser conversa);

- (ii) Relação: (função fática, que a sobrepõe ao Campo) interlocutores; próximo a igual; distância social: média à íntima;
- (iii) Modo: papel da linguagem: constitutiva; canal: fônico; mídia: falada com contato visual/*feedback*; pequeno grupo ou diádico; tempo de processamento próximo ao idêntico para falantes e ouvintes; retoricamente multifuncional.

Uma hipótese colocada por Goatly é que a detecção (desambigüização) de um significado metafórico em oposição ao significado literal depende do princípio de Relevância em relação aos Conteúdos associados ao Campo.

Outro exemplo apresentado por ele é a frase *shot an eagle* (atirou em uma águia), que se proferida no final de uma expedição de caça, provavelmente terá seu significado literal. Na sede do clube após uma rodada de golfe, é mais provável que a mesma sentença tenha um significado metafórico ('dois abaixo do esperado'). Assim, poder-se-ia sugerir que a influência do Campo é tão forte que a ambigüidade não se manifesta e a escolha desse significado é automática. Em outros termos, as ambigüidades no código são anuladas pelo potencial de significado do contexto social.

## 1.5 A metafunção textual

Segundo Matthiessen (1995), a metafunção textual constrói os significados ideacionais e interpessoais, para que a informação possa ser compartilhada pelo falante e seu interlocutor, proporcionando os recursos para guiar a permuta dos significados no texto.

Para Matthiessen, um sistema por escolhas é um sistema criado por escolhas no sistema (léxico-gramatical) geral conforme o texto se desenrola; é o produto da *logogênese* – a criação de significados através de escolhas no sistema no texto. Do ponto de vista do falante, um sistema por escolhas é o sistema de seleção que ele tem de fazer ao produzir o texto; do ponto de vista do ouvinte, um sistema por escolhas é o sistema que ele pode criar baseado na interpretação do texto em desenvolvimento. Um sistema por escolhas é parcialmente uma “cópia” de parte do sistema geral, mas ele também incorpora novas configurações de significados. Sistemas por escolhas desenvolvem-se dentro das três metafunções..

Se agora interpretarmos essa situação à luz da expansão da logogênese dos sistemas ideacionais por escolhas, diz o autor, podemos observar que, através do Tema, a metafunção textual valoriza algum termo do sistema, como sendo o ponto atual de expansão ou crescimento.

A seguir, apresentamos a noção de Tema, segundo Halliday (1994), que, em termos gerais tem sido seguida até hoje na LSF, complementada, contudo, com algumas ressalvas, nos casos conflitantes ou nos não previstos pelo autor.

Segundo Halliday (1994), das várias estruturas que constroem uma oração, há uma que lhe dá o caráter de mensagem, conhecida como estrutura temática. Pode-se supor, então, que em todas as línguas a oração tenha caráter de mensagem: ela tem uma forma de organização que lhe dá o status de um evento comunicativo, que pode ser atingido através de diferentes modos. Em muitas línguas, a oração é organizada como uma mensagem porque tem um status especial atribuído a uma de suas partes: um elemento da oração é enunciado como Tema; este, então, combina-se com o resto da oração de tal modo que as duas partes juntas constituem uma mensagem.

## 1.6 O intertexto

Fairclough (1992a) cita Foucault que diz: “Não pode haver enunciado que, de uma maneira ou de outra, não reatualize outros”. O termo ‘intertextualidade’ foi cunhado por Kristeva no final dos anos 1960, no contexto de suas influentes apresentações para audiências ocidentais do trabalho de Bakhtin (1966). Embora o termo não seja de Bakhtin, o desenvolvimento de uma abordagem intertextual (ou em seus próprios termos ‘translingüística’) para a análise de textos era o maior tema de seu trabalho ao longo de sua carreira acadêmica e estava estreitamente ligado a outras questões Importâncias, incluindo sua teoria do gênero.

Bakhtin destaca a omissão relativa das funções comunicativas da linguagem pelos ramos principais da lingüística e mais especificamente a omissão do fato de os textos e os enunciados serem moldados por textos anteriores aos quais eles estão “respondendo” e (moldados) por textos subseqüentes que eles “antecipam”. Para Bakhtin, todos os enunciados, tanto na forma oral quanto na escrita, do mais breve

turno em uma conversa a um artigo científico ou romance, são demarcados por uma mudança de falante (ou de quem escreve) e são orientados retrospectivamente para enunciados de falantes anteriores (sejam eles turnos, artigos científicos ou romances) e prospectivamente para enunciados antecipados de falantes seguintes. Desse modo, “cada enunciado é um elo na cadeia da comunicação”. Todos os enunciados são povoados e, na verdade, constituídos por pedaços de enunciados de outros, mais ou menos explícitos ou completos.

Kristeva observa que intertextualidade implica “a inserção da história (sociedade) em um texto e deste texto na história” (1986: 39). Por “a inserção da história em um texto”, ela quer dizer que o texto absorve e é construído de textos do passado (sendo os textos os maiores artefatos que constituem a história).

A intertextualidade é a fonte de muita da ambivalência dos textos. Se a superfície de um texto pode ser multiplamente determinada pelos vários textos que entram em sua composição, então tal mistura de elementos pode tornar seu sentido ambivalente: diferentes sentidos podem coexistir, e pode não ser possível determinar “o” sentido.

Fairclough (1992: 152) distingue entre a intertextualidade manifesta e a intertextualidade constitutiva. Na intertextualidade manifesta, pode-se distinguir:

- (a) *intertextualidade seqüencial* em que diferentes textos ou tipos de discurso se alternam em um texto;
- (b) *intertextualidade encaixada* em que um texto ou tipo de discurso está claramente contido dentro da matriz de um outro. Essa é a relação entre os ‘estilos’ distinguidos por Labov e Fanshel para o discurso terapêutico; e
- (c) *intertextualidade mista* em que textos ou tipos de discurso estão fundidos de forma mais complexa e menos facilmente separável.

Práticas particulares dentro e por meio de instituições têm associado a elas “cadeias intertextuais” particulares, séries de tipos de textos que são transformacionalmente relacionadas umas às outras, no sentido que cada membro das séries é transformado em um outro ou mais, de forma regular e previsível.

Fairclough (1992a: 25) nota que há textos sobre a prevenção da saúde, a educação, os serviços sociais etc. que estão sendo colonizados com significados

associados à cultura empresarial de centros, investidos com ideologias da empresa e com estratégias políticas. As linhas e os canais existentes nas cadeias intertextuais estão sendo usados com propósitos estratégicos.

A intertextualidade tem importantes implicações para uma questão de interesse central para Fairclough (1992a: 152): a constituição de sujeitos nos textos e a contribuição de práticas discursivas em processo de transformação para mudanças na identidade social. A intertextualidade complica substancialmente os processos de interpretação textual discutidos anteriormente, pois, para que os textos façam sentido, os intérpretes têm de achar modos de combinar os diversos elementos do texto em um todo coerente, embora não necessariamente unitário, determinado ou univalente.

A posição adotada aqui é de que a intertextualidade e as relações intertextuais constantemente mutáveis no discurso são centrais para a compreensão dos processos de constituição do sujeito. Isso é assim em uma escala de tempo biográfica, durante a vida de um indivíduo, e para a constituição e a reconstituição de grupos sociais e comunidades.

Não se deve entender com isso que os intérpretes podem sempre resolver plenamente as contradições dos textos. Os intérpretes podem gerar interpretações resistentes, mas é possível chegarem a uma reconciliação parcial ou a uma resolução das contradições que seja adequada para seus propósitos imediatos.

Fairclough (1992) ainda discute a intertextualidade manifesta em relação a: *pressuposição, negação, metadiscurso, ironia e representação do discurso*, dos quais trato da pressuposição e da representação do discurso a seguir.

### 1.6.1 A pressuposição

Segundo Fairclough (1992), pressuposições são proposições que são tomadas pelo autor do texto como já estabelecidas ou 'dadas' (embora haja a questão sobre para quem elas são dadas), e há várias pistas formais na organização de superfície do texto para mostrar esse fato. Por exemplo, a proposição em uma oração introduzida pela conjunção 'que' pressupostamente segue verbos tais como "esquecer", "lamentar" e "perceber" e os artigos definidos indicam proposições que

têm significados “existenciais” (por exemplo, “a ameaça soviética” pressupõe que há uma ameaça soviética; “a chuva”, que está/estava chovendo).

Alguns estudos sobre pressuposições tratam delas de forma não-intertextual, como meramente proposições que são dadas e tomadas como tácitas pelos tradutores do texto. Mas há problemas nessa posição: ela poderia implicar que, por exemplo, a frase “a ameaça soviética é um mito” seja semanticamente contraditória, porque o autor do texto estaria simultaneamente tomando como tácito que há uma ameaça soviética e afirmando que não há tal ameaça. Se, por outro lado, temos uma visão intertextual da pressuposição e assumimos que as proposições pressupostas são uma forma de incorporar os textos de outros, não há contradição neste caso: a expressão “a ameaça soviética” e a pressuposição que ela sugere vem de um outro (“alheio”, como Bakhtin denomina) texto que é aqui contestado. Deveria ser acrescentado que, em muitos casos de pressuposição, o “outro texto” não é um outro texto especificado ou identificável, mas um “texto” mais nebuloso correspondendo à opinião geral (o que as pessoas tendem a dizer, experiência textual acumulada). A expressão “a ameaça soviética”, nesse caso, pode ser reconhecida por todos nós como uma fórmula amplamente usada, nos termos de Pêcheux, uma expressão “pré-construída” que circula em uma forma já pronta.

Dentro de uma perspectiva intertextual da pressuposição, o caso em que a proposição pressuposta constitui realmente algo tomado como tácito pelo autor do texto pode ser interpretado em termos de relações intertextuais como textos prévios desse autor.

As pressuposições são formas efetivas de manipular pessoas, porque elas são freqüentemente difíceis de desafiar.

### 1.6.2 A representação do discurso

Fairclough (1992a) usa o termo “representação de discurso” em lugar do termo tradicional “discurso relatado” por (1) ele captar melhor a idéia de que, quando se “relata” o discurso, necessariamente se escolhe representá-lo de um modo em vez de outro; e (2) o que estão representados – e não é apenas na fala, mas também na escrita – não são somente seus aspectos gramaticais, mas também sua

organização discursiva, assim como vários outros aspectos do evento discursivo – suas circunstâncias, o tom no qual as coisas foram ditas etc.

Voloshinov (1973) acentua a relação dinâmica entre as “vozes” do discurso representado e representador. Novamente, há uma considerável variação entre os tipos de discurso, o que pode ser explicado em termos de duas escalas que se sobrepõem: (1) em que extensão os limites entre o discurso representador e o representado estão explícita e claramente marcados; e (2) em que extensão o discurso representado é traduzido na voz do discurso representador.

“Discurso indireto” e “discurso direto” são termos familiares na gramática, contudo, diz Thompson (1996), qualquer levantamento em textos reais mostra a justeza da observação de Voloshinov (1973: 128) sobre “o divórcio metodológico pernicioso entre gramática e estilística” nessa área. Segundo Thompson (1996), há muitos mais casos que envolvem o relato das palavras de outros que não se enquadram nas categorias tradicionais, na medida em que não envolvem verbos ‘dicendi’, como os exemplos (a) a (e):

- (a) É um caso de “reformular ou morrer”, segundo Jasper Becker.
- (b) O rei parabenizou-o novamente por seu patriotismo e lealdade.
- (c) Em Paris você deve, aparentemente, ter um amante ou um cão.
- (d) Jackie Mann, diz sua esposa, não tem estado ótimo ultimamente.
- (e) Ele fez dezoito anos nesse ano, por isso podia votar. Ele votaria para o partido dos trabalhadores, ele não gostava da Sra. Thatcher.

Segundo Voloshinov (1973), qualquer tentativa de tratar o discurso indireto em termos de transformação mecânica está fadada a distorcer o quadro. Thompson (1996) propõe tratar o assunto do ponto de vista funcional, embora seja desejável – tanto quanto possível – a elaboração de uma lista de feições estruturais e lexicais que são usadas para sinalizar relatos.

O relato constitui uma das “difusões semânticas” ou “motivos semânticos” que Martin (1992: 16) afirma “permeiar a gramática” – outros exemplos sendo a modalidade e a causalidade. Cada motivo semântico é construído por um grupo de significados que estão semanticamente relacionados, mas que podem ser realizados por formas estruturais muito diferentes. Assim sendo é difícil mostrar que estejam relacionados a menos que sejam abordados por cima (discurso) ao invés de o serem



por baixo (estrutura). Thompson (1996) cita Halliday (1994) que restringe sua descrição de “projeção” a casos em que há uma oração projetada separada, mas ele faz uma distinção útil entre relato de proposição (afirmações e questões) – em geral realizados por oração-que e oração-qu, e o relato de propostas (ordens e ofertas) – em geral realizados por orações infinitivas. Halliday inclui as projeções encaixadas, em que a oração projetada é “*rank-shifted*” para funcionar dentro de um grupo nominal, que ele denomina “fato”: *Que César estivesse morto* era totalmente óbvio.

Há três áreas da análise do discurso em que a linguagem do relato tem recebido atenção: citação acadêmica, literatura e notícia jornalística.

A fim de tratar de itens surgidos no tratamento dessas três áreas (e outras, como o estudo de narrativas orais), Thompson se apóia no conceito de Bakhtin (1981) “heteroglossia”. Para este autor, a idéia de que a língua seja inerentemente “unitária” ou “homogênea” (tal como está implícito no conceito saussuriano de *‘langue’*) é falha: cada grupo sócio-ideológico de uma sociedade tem sua própria linguagem – linguagens de grupos sociais, de profissionais ou genéricas, ou de gerações – assim criando um pano e fundo de heteroglossia contra o qual forças unificadoras e centralizadoras da sociedade tentam estabelecer homogeneidade. Um texto traz essas diferentes linguagens, que parecem ser mais ou menos vozes distintas, identificáveis. Kristeva interpreta a abordagem de Bakhtin desenvolvendo o conceito de “intertextualidade” (Fairclough, 1992): a idéia de que nenhum enunciado é novo, mas cada enunciado responde a, constrói sobre, e retrabalha enunciados passados (e é ele mesmo disponível deste mesmo modo para futuros enunciados). Fairclough (1992: 104) mostra que isso pode acontecer de dois modos: como intertextualidade “manifesta” (outros textos estão explicitamente presentes) ou como “constitutiva” (é a configuração de convenções discursivas que estão na sua produção).

Thompson (1996) focaliza a linguagem do relato na intertextualidade manifesta, chamando essa linguagem de “vozes sinalizadas no texto”, que incluem a linguagem de relato em que o falante ou o escritor sinalizam de alguma forma que uma outra voz está entrando no texto, mesmo de modo abafado ou ambíguo.

Em termos de Sinclair (1988), a escolha acontece entre afirmação e atribuição; o texto é considerado como de afirmação se não estiver sendo especificamente atribuído a outra fonte. O caso da atribuição seria a opção marcada,

e leva à investigação dos motivos dessa escolha pelo falante. A pressão para essa escolha pode se mais ou menos forte: no discurso acadêmico, a não-atribuição de algo conhecido como sendo atribuível a alguém pode sinalizar ignorância ou plágio, mas ela é aceita como norma em livros-texto.

Convencionalmente, segundo Waugh (1995), o discurso direto é interpretado pelo leitor como uma reprodução autêntica, palavra-por-palavra, precisa do que foi originalmente falado. Ao passo que o discurso indireto é reconhecido como sendo a paráfrase do texto original. O terceiro tipo é o estilo indireto livre que engloba muitas variedades de discurso. Só algumas ocorrem no jornalismo. Os jornais considerados de qualidade evitam a possibilidade de ambigüidade entre discurso direto e o artigo do jornalista, entre sua voz e a do outro. Em relação a textos jornalísticos, o discurso indireto desenvolveu sua própria natureza funcional.

Continuando, Waugh diz que, no jornalismo, o texto é informativo, e passar a informação é algo importante. Em sendo assim, a função principal dos jornais é referencial e epistêmica. Jornalistas constroem textos utilizando suas próprias anotações, relatos de outros, registros feitos em entrevistas e coletivas. O produto disto é um texto altamente escrito (e reescrito), um tanto formal, que segue normas.

O discurso indireto objetiva afirmar a realidade do mundo-real do original criando um texto paralelo. Ao buscar apenas alguns aspectos do significado, distancia-se do texto original. O discurso indireto é variavelmente intertextual: ele traduz um texto (algumas vezes vários textos) no meio de outro texto, fazendo uso de palavras que podem ter sua base em uma miríade de textos anteriores e concorrentes. Talvez o mais importante fato sobre o discurso indireto para o jornalismo seja sua possibilidade de parafrasear e condensar o original.

Waugh (1995) afirma que discurso relatado, no jornalismo, funciona de modo diferente se comparado com, por exemplo, a narrativa ficcional e a conversa. E isso se deve ao fato de o jornalismo procurar a transmissão de informação, bem como as questões de referencialidade, verdade, confiabilidade e responsabilidade – os quais não afetam a ficção e a conversa.

### 1.6.2.1 Vozeamento e ventriloquismo

Segundo Wortham & Locher (1996), os falantes – assim como jornalistas – avaliam os outros, implicitamente, enquanto falam de modo aparentemente neutro. A fala comunica muito mais do que apenas um conteúdo denotacional. Um romancista, por exemplo, não só representa mundos sociais; ele justapõe certas vozes de modo a expressar uma avaliação sobre eles. Os autores citam Goffman (1959, 1974) que, como outros autores, mostra que os falantes adotam inevitavelmente posições interacionais mesmo em enunciados dos mais comuns e revela camadas subjacentes carregadas eticamente dos enunciados cotidianos.

Wortham & Locher (1996), apoiando-se nos conceitos de *vozeamento* (*voicing*) e *ventriloquismo* (*ventriloquation*), de Bakhtin (1981[1935]), sistematizam tais conceitos, propondo cinco instrumentos utilizados pelos falantes para expressar avaliações implícitas, e examinando a fala, e analisam as transmissões de três canais de TV a respeito das eleições norte-americanas.

Nessa proposta, destacam o conceito de *voz*, que segundo Bakhtin, é “*um papel ou posição social identificável que uma personagem toma*” (*apud* Wortham & Locher, 1996: 558). Citam o exemplo de um romancista que retrata suas personagens “falando com vozes diferentes”, quando as descrevem colocando certas palavras em suas bocas – as palavras de um mordomo, um político etc. Assim, falar com uma *voz* é usar palavras que nos identificam como vindos de um local socialmente reconhecível. Já o *vozeamento* é o processo de misturar várias vozes em uma interação coerente, para o qual Bakhtin usa uma metáfora musical: as vozes são orquestradas em um todo coerente. O que torna um romance coerente não é apenas a estrutura do enredo ou tema, mas o modo como o autor representa as vozes reconhecíveis e as coloca em uma interação imaginada.

Porém, afirmam Wortham & Locher (1996), essa representação e justaposição de vozes não é objetiva. A *voz* do autor sempre se move e avalia as várias vozes do romance. Ou seja, o autor “*fala, como se fosse, através da linguagem, uma linguagem que de alguma forma mais ou menos se materializou, tornou-se objetivada, e que ele meramente ventriloquiza*” (Bakhtin, 1981 [1935]: 299, *apud* Wortham & Locher, 1996: 559).

Assim, ventriloquismo é um autor “falando através” de uma personagem, alinhando-se ou distanciando-se dessa personagem. O romancista ventriloquiza suas personagens quando “a voz do autor” entra e toma uma posição com relação à personagem. Bakhtin diz que, quando um autor apresenta a voz de outro, ele inevitavelmente toma uma posição avaliativa em relação a esse outro. O autor comunica sua posição social e ética falando como um ventríloquo pelas personagens – usando a fala delas para expressar sua própria posição.

Para Wortham & Locher (1996), a teoria de Bakhtin pode ser aplicada não somente a romances, mas também a qualquer falante ou autor que representa a fala de outro (também Besnier, 1992; Parmentier, 1993). Qualquer jornalista, falando sobre outros, ocupa uma posição análoga à do romancista. Quando representa a fala de outros, coloca-os em uma posição social específica, retratando as pessoas que falam com vozes identificáveis. Eles falam através dessas vozes e avaliam aqueles de quem falam.

De acordo com essa teoria de uso da língua, cada palavra vem com uma certa localização social associada a ela. A língua refere-se ao mundo e também aos pensamentos e sentimentos do falante, e assim fazendo ela localiza o falante e o assunto sobre o qual ele fala em algum espaço do mundo social. O falante é aquele que usa essas palavras, e o ouvinte é aquele para quem se fala dessa maneira. Por exemplo, apenas certo tipo de pessoa fala em “danos colaterais” para referir-se a feridos e mortos de uma guerra: os militares (mas nunca um ativista pacifista).

Bakhtin chama as palavras e construções que acompanham cada localização de “gênero da fala”:

Cada esfera na qual a língua é usada desenvolve seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados. Esses podem ser chamados de gêneros da fala. A riqueza e diversidade dos gêneros da fala são infinitas porque as várias possibilidades da atividade humana são inesgotáveis. (Bakhtin, 1986 [1953]: 60).

Toda fala “tem o gosto” de um ou mais gêneros de fala. Ou, em outra metáfora bakhtiniana, cada uso de língua reflete “ecos” de um papel, um tipo de pessoa, uma instituição.

A descrição de uma interação verbal relaciona dois eventos de uso de língua, o *narrando* e o *narrado* (Jakobson, 1971[1957]). Muitas análises de uso de língua

têm mostrado a utilidade dessa distinção (e.g. Schiffrin, 1990; Silverstein, 1976; Verschueren, 1985). Uma difusão de notícia é um evento *narrando*. O âncora e os correspondentes falam entre si e ambos falam para a audiência. Os eventos discutidos são eventos *narrados*. Wortham & Locher, (1996: 561) citam a descrição do evento narrado pelo falante inevitavelmente de Bakhtin:

- (a) atribui posições sociais para aqueles que são descritos;
- (b) expressa, no evento *narrando*, a própria posição social do falante e atitude em relação àqueles descritos.

Wortham & Locher (1996) apresentam uma técnica sistemática para identificar esses atributos e avaliações no discurso. Primeiro, o analista identifica todos as características de certos mecanismos textuais que os falantes usam para vozear e avaliar seus sujeitos. Os autores apresentam cinco tipos desses mecanismos para vozear e ventriloquizar, sugeridos por Silverstein (1988, 1993):

1. Referência e predicação	Referência é a seleção de coisas no mundo através de meios lingüísticos. Predicação é a caracterização do objeto selecionado.
2. Descritores metapragmáticos	Incluem especialmente os verbos <i>dicendi</i> , por isso são metapragmáticos: língua usada para referir-se e predicar acerca do uso da língua – (Silverstein (1976) e Verschueren (1985)). Envolvem as caracterizações metapragmáticas nominais (fala, mentiras, poemas, promessa etc.)
3. Citação	É uma combinação de referência, verbo metapragmático e enunciado para representam alguma instância de fala. a. Tom (ao telefone falando para o narrador): “I’ll be there in an hour”. b. Narrador: Tom <u>said</u> , “I’ll be there in an hour”. c. Narrador: Tom <u>said</u> , he’ll be here in an hour. d. Narrador: Tom <u>said that</u> he’s coming soon. Com uma escolha cuidadosa da fala citada, o autor pode ventriloquizar palavras da personagem e expressar sua própria avaliação da personagem.
4. Índices avaliativos	Em geral características de certos registros (modos de falar associados a certos grupos sociais). Certos enunciados ( <i>emblemas</i> , Silverstein (1988)) estão estereotipadamente associados a certos tipos de pessoas. Esses emblemas podem ser itens lexicais, construções gramaticais, sotaques etc.
5. Modalização epistêmica	A ‘calibração’ do status epistêmico através dos eventos narrando e narrado (Silverstein, 1993) pode, por exemplo, ser realizada através de fórmulas que colocam o evento narrado fora do tempo e do espaço – como em ‘era uma vez...’. Este trabalho pode ser feito gramaticalmente através de tempos verbais. A modalização epistêmica pode contribuir tanto para a voz quanto para o ventriloquismo. Assim, os repórteres que questionam a verdade de afirmações colocam-se em posição epistemológica privilegiada e podem ventriloquizar os entrevistados: implicitamente os repórteres podem alinhar-se com o público e balançar a cabeça em desgosto pelos políticos mentirosos.

Quadro 1.7 - Modalização epistêmica

Os autores salientam que esses cinco instrumentos não fornecem um método mecânico de identificação de voz e ventriloquismo e nem que sejam completos. As características desses cinco instrumentos fornecem pistas, das quais o analista deve inferir uma interpretação da voz e do ventriloquismo. O processo interpretativo envolve três perguntas:

- (a) Que vozes são atribuídas às personagens?
- (b) Que tipos de evento interacional o falante está estabelecendo para o evento narrando?
- (c) Que papel o falante está fazendo no evento narrando, e qual é a sua posição com respeito às várias personagens?

### 1.6.2.2 *Voz e ventriloquismo nas notícias*

Na maioria dos casos, o vozeamento bem sucedido depende do padrão das pistas textuais e pressuposições contextuais, e não simplesmente na ocorrência de um instrumento indicador (Levinson, 1981 e Silverstein, 1992). Na maioria dos casos os interlocutores usam muitas características do instrumento para estabelecer a voz e o ventriloquismo de um conjunto de personagens.

Na interpretação de textos, um interlocutor fluente não-familiar com um determinado contexto pode concordar sobre as formas que estabelecem referência e predicação, descritores metapragmáticos e citação, porém, quando se trata do índice avaliativo ou do modalizador epistêmico, o contexto tem um papel importante na identificação, e a falta de familiaridade com o tema tratado pode comprometer o entendimento do discurso.

Se quisermos discutir o que os políticos são e o que eles dizem, não podemos fazê-lo sem os recursos da voz e do ventriloquismo (Verschueren, 1985; Wilson, 1990), pois qualquer citação requer que o locutor ponha algumas palavras na boca do candidato. O trabalho de Wortham & Locher (1996) mostra que os interlocutores diferem na posição social e na avaliação que eles atribuem aos candidatos. Mensagens implícitas são quase inevitáveis.

A seguir, apresento o trabalho de Lauerbach (2006), que também se apóia nas noções de vozeamento e ventriloquismo. Embora a autora examine o gênero entrevista, acredito que as noções que embasam sua análise são de interesse para minha pesquisa.

### 1.6.2.3 Vozeamento e ventriloquismo na construção de identidades

Lauerbach (2006) estuda a constituição de identidades e relações através da representação do discurso. Ela usa a noção de vozeamento e de ventriloquismo, para analisar entrevistas com políticos dos partidos Conservador e Trabalhista ingleses pela BBC e ITV, durante os especiais da noite da eleição de 1997. As práticas de entrevista diferem com respeito a: (a) os conservadores são apresentados por meio de vozes críticas e controvertidas de dentro de seu próprio partido, de tal forma a construir um debate interno no partido, que está profundamente dividido; (b) na ausência de dissenso dentro do partido, os políticos trabalhistas foram confrontados com o ventriloquismo a respeito daquilo que eles poderiam temer, pensar e planejar sobre itens sensíveis da política, de tal forma a lançar uma dúvida na unida frente trabalhista, e a fazer prenciar futuros debates e outras questões partidárias. Além da construção de debate e disputa, as práticas de vozeamento e ventriloquismo têm o efeito de personalizar e dramatizar o discurso político e, na interação entre entrevistador e entrevistado, construir implicitamente identidades e relações. A prática do ventriloquismo, normalmente usado para bebês e animais de estimação, apareceu nos dados aplicado às mulheres, aos derrotados e despossuídos socialmente e, nesse caso, aos trabalhistas.

No relato da política, o papel construtivo da mídia tem sido notável, conforme muda, na democracia, a função da mídia que passa de mediador ou guardião a quase a própria instituição política. Blumsler & Gurevitch (1995: 134) notaram que o processo editorial da TV produz uma versão da campanha em que um dos “instrumentos de empacotamento” empregado é a justaposição contínua de declarações feitas pelos partidos, sobre o qual eles dizem:

Contrapondo continuamente a afirmação de um partido e a de seus rivais, os jornalistas parecem estar promovendo uma comunicação inter-partidária provocando comentários e ações que não aconteceriam de outro modo. Eles ajudam a orquestrar a campanha, mesmo não tendo escrito a partitura inicial (Blumsler & Gurevitch, 1995: 134, *apud* Lauerbach (2006))



Lauerbach (2006) cita Fairclough (1988), que distingue quatro casos de introdução de voz no discurso (os exemplos originalmente em inglês, foram traduzidos para o português):

- (a) Discurso Relatado Sinalizado: são representações do discurso relatado tradicionalmente analisadas:
  - (i) Discurso Direto (DD): Sra. Thatcher avisou os colegas do Gabinete: “Eu não vou aceitar nenhum deslize”.
  - (ii) Discurso Indireto (DI): Sra. Thatcher avisou os colegas do Gabinete que não aceitaria nenhum deslize.
  
- (b) Discurso Relatado Não-Sinalizado: é a categoria sugerida por Fairclough para acomodar os casos em que outra voz é introduzida sem que seja representada como discurso relatado:
  - (iii) Discurso Indireto Livre (DIL): Sra. Thatcher não aceitará nenhum deslize (como manchete de jornal)
  - (iv) Discurso Direto Sinalizado (entre DD e DI): Sra. Thatcher avisou os colegas do Gabinete que ela “não aceitaria nenhum deslize”.

A representação do discurso de outros funciona como um instrumento pelo qual um interlocutor pode distanciar-se do que está sendo expresso, posicionando-se em um universo dialógico de vozes bakhtiniano além da sua própria voz (White, 2000). Em termos de Goffman (1974, 1981), a *figura*<sup>9</sup> além do falante está sendo animada sem que ela seja entendida como sendo a autora das palavras ou a responsável por elas. Esse tipo de representação do discurso é chamado por Lauerbach de vozeamento. Contudo, se a representação-imitação for feita pondo as palavras de alguém na boca de outros (e.g. falando para animais de estimação ou usando a fala-de-bebê) a isso Goffman (1974: 536) chama de “*say-foring*” ou ventriloquismo e é um modo vívido de fazer atuar o próprio discurso através de outro, e que não tem sido considerado em análises lingüísticas e pragmáticas como sendo discurso indireto, prossegue a autora.

---

<sup>9</sup> Ver item 1.7.1, p. 76.

Obviamente, a habilidade de fazer esse tipo de coisa aumenta imensamente o potencial estratégico dos comunicadores, do que decorrem em numerosas funções para a representação do discurso. Essas funções dependem em larga extensão do tipo de atividade ou gênero, bem como dos interlocutores. Para as entrevistas em jornal, Clayman (1988) mostra que é rotineiro o emprego dessa prática pelos entrevistadores. Ela permite que se incorpore um ponto de vista ou opinião em perguntas, sem endossá-las, porém, convidando o entrevistado a reagir. Podem, assim, pelo menos na superfície, manter um posicionamento neutro e imparcial requerido pelo código profissional.

### 1.7 O alinhamento

Um princípio básico para a compreensão do discurso e para a análise da interação é o conceito de *frame*, introduzido por Gregory Bateman e desenvolvido por Erving Goffman no seu extenso estudo intitulado *Frame Analysis (Análise de frames)*, publicado em 1974. O enquadre formula a metamensagem a partir da qual situamos o sentido implícito da mensagem. Em 1979, Goffman introduz o conceito de *footing*, já como um desdobramento do conceito de *enquadre* no discurso.

*Footing* representa o alinhamento, a postura, a posição, a projeção do “eu” de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção. Nesse trabalho, o autor desconstrói as noções clássicas de falante e ouvinte, passando a discutir a complexidade das relações discursivas presentes na estrutura de produção (relativa ao falante) e na estrutura de participação (relativa ao ouvinte). Analisar esse trabalho de natureza sociológica significa olhar para o desempenho das identidades sociais e lingüísticas dos participantes engajados em uma situação de interação face a face: como essas identidades emergem, como se constituem no discurso e como afetam de forma sutil, porém definitiva, a interação em curso.

A questão importante nisso tudo é que uma elocução não divide o mundo além do falante em duas partes exatas, interlocutores e não-interlocutores, mas, pelo contrário, abre uma vasta gama de possibilidades estruturalmente diferenciadas, estabelecendo a estrutura de participação segundo a qual o falante orientará a sua fala.

### 1.7.1 O falante

Goffman decompõe a noção global de ‘falante’ (noção esta que se aplica a qualquer autor de um discurso, seja ele falado ou escrito) em ‘animador’, ‘autor’ e ‘principal’. ‘Animador’ é aquele que move seus lábios para cima e para baixo (acompanhado de seus próprios movimentos faciais e algumas vezes corporais), e palavras podem ser ouvidas, emitidas do ponto exato da sua boca. É sua caixa sonora em uso, a máquina de falar, um corpo envolvido em uma atividade acústica ou um indivíduo engajado no papel de produzir elocuições. O animador não pode ser designado como um papel social, mas apenas analítico.

‘Autor’ das palavras ouvidas é alguém que selecionou os sentimentos que estão sendo expressos e as palavras nas quais eles estão codificados.

‘Principal’ (termo usado por Goffman) ou ‘responsável’ (como também se tem traduzido esse termo) é alguém cuja posição é estabelecida pelas palavras faladas, alguém cujas opiniões/crenças são verbalizadas, alguém que está comprometido com o que as palavras expressam. Não se lida tanto com um corpo ou mente, mas sim com uma pessoa que ocupa algum papel ou identidade social específica, alguma qualificação especial como membro de um grupo, posto, categoria, relação, ou qualquer fonte de auto-identificação socialmente referenciada.

É claro que o mesmo indivíduo, diz Goffman, pode rapidamente alterar o papel social que ocupa, mesmo que suas funções como animador e autor permaneçam constantes – o que em reuniões de comitês se chama “mudar de chapéus”. Isso é o que acontece durante grande parte das ocorrências de alternância de código. Em certo grau, selecionar a qualificação que devemos ocupar é selecionar (ou tentar selecionar) a qualificação dos receptores da nossa ação (Weinstein & Deutschberger, 1963, *apud* Goffman, 1979). Todo esse trabalho é consolidado pela denominação de prática e, em muitas línguas, através da escolha de pronomes disponíveis na segunda pessoa.

Segundo o autor, quando se usa o termo “falante”, está freqüentemente implícito que o indivíduo que anima está produzindo seu próprio texto e delimitando sua própria posição através dele: animador, autor e responsável são um só. Nem sempre é possível afirmar que falamos nossas próprias palavras e que assumimos nós próprios a posição atestada por elas.

Muitas, se não a maioria das elocuições, no entanto, não são construídas segundo esse modelo. Ao contrário, como falantes, representamos a nós mesmos através do emprego de um pronome pessoal, em geral “eu”, sendo assim *figura* – uma figura em uma afirmação – que serve como o agente, um protagonista em uma cena *descrita*, um “personagem” em uma anedota, alguém enfim que pertence ao universo sobre o qual se está falando, não ao universo no qual a fala ocorre. Uma vez empregado esse formato, cria-se uma flexibilidade surpreendente.

Em primeiro lugar, atenuantes e qualificadores apresentados na forma de verbos modais performativos (eu “gostaria”, “acho”, “poderia”, “espero”, etc.) tornam-se assim possíveis, estabelecendo certa distância entre a figura e seu aval. De fato, constrói-se uma dupla distância, pois presumivelmente alguma parte de nós permanece condicionalmente por trás de nossa elocução condicional, se não, teríamos de dizer algo semelhante a “eu acho que eu acho...”. Assim, quando tropeçamos em uma palavra e optamos por interromper o curso da fala pelo uso de uma interjeição como afirmação remediadora, do tipo “Opa! Eu me enganei”, ou “Eu quis dizer ...”, estamos nos projetando na conversa como animadores. Mas, no entanto, essa é uma figura e não o verdadeiro animador; é meramente uma figura que entre todas chega mais perto do indivíduo que anima a apresentação. Quando dizemos “parece que não consigo falar direito hoje”, essa afirmação está sendo dita de forma muito clara. Quando dizemos “estou sem voz!”, não estamos. Nos termos de Mead, um “me/mim”, que tenta incorporar o seu “eu”, precisa de outro “eu” para consegui-lo.

É verdade, continua Goffman, que quando dizemos: (1) “Eu disse, feche a janela”, queremos dizer quase exatamente o que teríamos dito se tivéssemos falado a versão simples: (2) “Feche a janela”. Mas se acontecer de estarmos narrando uma história de algo acontecido há muitos anos, quando éramos um tipo de pessoa que não somos mais, então o “eu” em (1) está ligado a nós – a pessoa presente – meramente através da continuidade biográfica, algo sobre o que se pode compreender muito pouco. Em tal caso, pode-se dizer que dois animadores estão envolvidos: o que está fisicamente animando os sons que são ouvidos e um animado *encaixado*, uma figura inserida em uma afirmação e cuja presença se dá somente no universo sobre o qual se está falando (autores e responsáveis encaixados também são possíveis.) Seguindo o mesmo raciocínio, podemos ver

que, ao usar a segunda ou terceira pessoa em lugar da primeira, podemos contar o que uma *outra* pessoa disse, alguém, presente ou ausente, humano ou mítico. Podemos encaixar um falante completamente diferente no corpo da nossa elocução. Segundo o autor, é tão fácil citar o que outra pessoa disse como citar o que nós mesmos dissemos.

Uma vez admitido o encaixamento como uma possibilidade, ficará fácil perceber que encaixamentos múltiplos serão possíveis, como no que segue:

(17) Se eu me lembro bem:

*Eu acho que eu disse que já vivi esse tipo de vida.*

(a) Eu acho que (ser emissário)

(b) Eu disse (animador encaixado)

(c) Eu já vivi esse tipo de vida (figura duplamente encaixada)

onde (a) reflete algo atualmente verdadeiro do indivíduo que anima (o “ser emissário”), (b) é um animador encaixado, que é uma encarnação prévia do falante atual e (c) é uma figura duplamente encaixada, isto é, uma encarnação ainda mais anterior do que a encarnação anterior.

Embora os lingüistas nos forneçam formas muito úteis de lidar com citações diretas e indiretas, eles têm sido menos úteis na elucidação de quais são as outras maneiras em que, como animadores, podemos transmitir palavras que não sejam as nossas.

## 1.8 A cripto-argumentação ou a argumentação secreta

Kitis & Milapides (1997) analisam um artigo da revista *Time* e mostram como instrumentos retóricos são empregados no nível interpessoal como veículos inoportunos para expressar um argumento no nível do “não-dito”: o nível da coerência subjacente do texto. Tais instrumentos ajudam a transformar o discurso em uma sedutora argumentação secreta (cripto-argumentação), contribuindo assim para a construção geral da ideologia do texto.

Eles dizem que o texto escrito desfruta de certa autonomia semântica, que é a configuração de uma forma de distanciamento. Como disse Ricouer:

A carreira do texto escapa do horizonte finito vivido pelo escritor. Aquilo de que o texto fala agora importa mais do que aquilo que o autor quis dizer, e qualquer exegese descortina seu procedimento no interior da circunferência de um significado que rompeu as amarras que tinha com a psicologia do seu autor. (Ricouer, 1981: 201, *apud* Kitis & Milapides, 1997: 559):

Os autores salientam o fato de o artigo sob consideração não tenta apenas informar, mas informar sob certa perspectiva, i.e., a analisar a situação política, comentar sobre ele e ajudar a formar a opinião pública. Como está assinado, não necessariamente representa a posição ideológica da revista (*Time*): contudo, o simples fato de aparecer em uma revista como a *Time* permite aos leitores, investi-lo com a mesma autoridade e credibilidade que se atribui à revista. Em resumo, espera-se que o artigo ou forme novas políticas ou ideologias ou ajude a reproduzir e perpetuar contextos políticos e ideológicos já existentes.

Nesse sentido, Kitis & Milapides referem-se à convicção e à sedução como processos que se incluem em uma relação de espécie-para-gênero, no hiperprocesso da persuasão. Não é preciso dizer que, para persuadir, as reportagens de notícias e comentários sobre assuntos políticos precisam ser mostradas como verdadeiras e plausíveis através da incorporação de feições persuasivas (Van Dijk, 1988).

A convicção envolve uma lista de passos argumentativos que – espera-se – deverão ser aceitos pelo leitor. Pelo fato de incluir a ativação e a participação do sistema cognitivo, essa recepção constitui-se em um processo cognitivo. Mas, Frequentemente, a persuasão cerceia a participação cognitiva do leitor no processo de aceitar a perspectiva do autor e, nesses casos, podemos falar de ‘sedução’ em vez de convicção. Sornig nota que:

[...] enquanto os mecanismos de convencimento e convicção obviamente trabalham principalmente ao longo da linha argumentativa, sedução, ao invés de acreditar na verdade e na credibilidade dos argumentos, explora a aparência externa e a aparente credibilidade do persuasor. (Sornig, 1988: 97, *apud* Kitis & Milapides, 1997: 560)

Ele nota também que “a persuasão sedutora tenta manipular a relação que obtém ou está para ser estabelecida entre falante e ouvinte”.

Pode-se conjecturar, continuam Kitis & Milapides (1997), que os mecanismos de sedução na relação entre o que persuasor e sua “vítima” ou “cúmplice” sejam identificáveis tanto no nível do texto quanto no do subtexto, i.e., não somente no nível de léxico, estruturas e figuras de linguagem como componentes da estrutura local do texto, mas também no nível de sua coerência geral. Os mecanismos de sedução, portanto, podem ser isolados, tanto no nível da coesão quanto no da coerência (entendidos como nível de suposições inferidas ou ativadas para tornar coerente o texto). Em outras palavras, não só estamos lidando com escolhas lingüísticas feitas no texto, mas também com um tipo de suposição que apóia aspectos da coerência. O que está implícito em tudo isso é a seleção de um certo estilo. Devemos supor que há algo que não varia: “*o significado subjacente ou referência deve ser conservado constante*” (Van Dijk, 1988: 73). Van Dijk conclui: “*O estilo, assim, parece ser capturado pela conhecida frase ‘dizer a mesma coisa através de diferentes modos’.*” (ibid.: 73).

Uma afirmação pode ter um significado importância se for o título e, como tal, ele não é apenas um chamariz de atenção, mas também um macrocomponente, i.e., uma categoria convencional do padrão organizacional geral (Van Dijk, 1988: 27).

Títulos expressam e sinalizam os tópicos das notícias; como tais, funcionam como resumos. Van Dijk (1972, 1977, 1980, 1988) usa a noção teórica de “macroestruturas semânticas” para descrevê-los; normalmente, esses tópicos consistem em proposições. Mas aqui o título não é apenas um título-tópico encapsulando o tópico ou tema do artigo. Kitis & Milapides sugerem que ele seria mais bem descrito como um “título-tese”, porque sua proposição expressa a tese do artigo, que está incorporado em um julgamento de valor funcional não-verdadeiro, envolto em uma estrutura relacional atributiva.

A escolha lexical, escreve Van Dijk (1988: 177), “*é um aspecto eminente do discurso da notícia na qual opiniões ou ideologias camufladas podem se superficializar*”.

Kitis & Milapides estão interessados nas estruturas lingüísticas como instrumentos de representação de certo tipo de realidade, e, portanto, indiretamente como possíveis instrumentos de controle das percepções da “realidade” e de articulação da ideologia pelos autores apontam para a necessidade de se focalizar o conteúdo semântico dessas estruturas.

Eles adotam uma versão modificada da estrutura transativa, derivada da estrutura lógica de sentenças de ação na visão de Davidson (1967). De acordo com esse autor, é condição necessária que o agente seja ativo, e não passivo; que o agente faça algo e não seja paciente ou que seja recipiente de algo que acontece. Além disso, “atribuímos agentividade apenas onde fizer sentido perguntar se o agente agiu intencionalmente” (Davidson, 1967: 94) e quando essa intencionalidade pode ser ligada a uma pessoa. Outra condição que eles impõem é que haja um participante afetado, bem como um evento relacionado ao participante afetado; a estrutura lógica desse evento seria representada em uma forma existencialmente quantificada.

Em uma perspectiva pragmática mais ampla, modalidade é vista em termos de aspectos lingüísticos que refletem a atitude do falante ou do escritor em relação a o que fala e em relação ao seu interlocutor.

Como se sabe, a cultura ocidental tem, de um lado, uma longa tradição em não acreditar em julgamentos de valor, já que são considerados como reflexo de opinião ou visão pessoal e, portanto, vistos como afirmações não verificáveis ou pseudo-afirmações (tradição positivista, por exemplo); por outro lado, um viés dignificado em relação a declarações verificáveis sempre tem sido favorecido. Uma grande preocupação de boas reportagens é fornecer o que é chamado como uma representação imparcial dos fatos. Se julgamentos de valor ocorrem em um editorial, por exemplo, devem ser suficientemente documentados e tocar as nossas faculdades cognitivas. Contudo, os julgamentos de valor são frequentemente disfarçados em vez de serem substanciados. Para Kitis & Milapides (1997), a modalidade é um determinante ideológico de textos, ou melhor, do discurso, e, como tal, pode ser explorado na construção de um discurso político.

Como um exemplo de escrita de uma reportagem de notícias, espera-se que o texto analisado seja governado por certos princípios de retórica textual, que trata da construção de textos e da organização sentencial e sua interpretação (Prideaux, 1991).

Tais aspectos pressuposicionais alertam o leitor para a existência de um texto já consumido ou lido, para um outro discurso prévio, para um intertexto, que pode ou não ser localizado. Essa estratégia mostra a manipulação consciente da memória circular da leitura (Barthes, 1975).



Kitis & Milapides vêem como esses instrumentos retóricos são empregados no nível interpessoal como veículos discretos para expressar um argumento no nível do 'não-dito', o nível da coerência subjacente do texto. Tais instrumentos ajudam a transformar o discurso em uma sedutora cripto-argumentação, contribuindo assim para a construção geral da ideologia do texto. Além disso, é bem conhecido que os limites entre o discurso autoral e o discurso relatado, longe de estarem sempre claros, podem fundir-se um no outro.

Por outro lado, a estratégia exatamente oposta chamada "análise de textura" (Voloshinov, 1973) é adotada, colocando-se entre aspas algumas palavras. Isso parece ser feito não porque o autor deseja enfatizar a distinção entre suas palavras (as do autor) e a voz do falante, mas antes porque ele deseja segmentar esses discursos relatados, para isolá-los a fim de fazê-los parecer "estranhos" ou "especiais" pelo uso do chamado "*scare quotes*" (Voloshinov, 1973). Contudo, ao mesmo tempo, longe de dissociar-se objetivamente do que é relatado, o autor tenta se imiscuir por meio de sombras de sua própria atitude subjetiva, de "ironia", "desaprovação" etc. (Voloshinov, 1973: 131).

Tudo isso mostra que as aspas podem ser usadas como instrumento retórico que permite ao autor não somente narrar (i.e., relatar fielmente na estrutura narrativa do texto), mas serve a uma finalidade oculta: transformar a narrativa em um cripto-argumento, já que as avaliações do autor não são oferecidas como algo à parte – claramente marcadas como tal pela estrutura narrativa – mas sim propositalmente *incorporadas* na estrutura do próprio texto em vários níveis, transformando a estrutura narrativa em uma argumentativa.

A questão retórica, como um aspecto do intercurso social (Voloshinov, 1973) e um instrumento de retórica interpessoal, envolve a modificação do texto escrito na direção do diálogo. Esse aspecto também é empregado no texto para ajudar a implementar as transformações estruturais necessárias em vários pontos. Além disso, já que essa técnica ao mesmo tempo vozeia a incompreensão idêntica e presumida do autor, tanto autor quanto leitor exibem solidariedades coincidentes em compreender (ou não) a situação histórica e política.

A pergunta retórica é usada para salientar as vozes das partes interessadas; o autor pode fundir sua própria voz com pessoas que não o leitor. Além disso, embora o autor e outras partes pareçam fundir-se (vozeamento duplo) no ato de

perguntar, a resposta, que não é dada (no nível do “dito”), mas é deixada pendente (no nível do “não-dito”), é caracterizada pelo mesmo vozeamento duplo que permite que emergjam visões e valores contraditórios em um estilo argumentativo, dialógico.

Por isso, Fairclough (1989: 17) tem razão em mostrar que existe uma dialética entre estruturas e práticas, que “o discurso tem efeitos sobre as estruturas sociais, e ao mesmo tempo é determinado por elas, e (que) assim contribui para a continuidade social e mudança social”.

Ricoeur (1981) entende *apropriação* como um ato de *desposseção* “através do qual pode-se renunciar ao *self* anterior e aprofundar a compreensão de si mesmo e dos outros por força do significado inscrito no texto” (*apud* Thompson, 1984: 183).

Pode-se dizer que, em certos tipos de discurso, um argumento não precisa sempre ser apoiado pela razão e lógica, mas pelo uso de mitos ou “mitografia”. Como o ditado grego afirma:

[...] se quiser persuadir, leve seu mito consigo. Depois de tudo, as parábolas de Cristo, através do uso de alegorias na pregação, foram essencialmente argumentativas em natureza e poderiam apenas superficialmente serem chamadas de narrativas. Suas narrativas eram assim “adjuntos convenientes de persuasão” (Nash, 1989: 92, *apud* Kitis & Milapides, 1997: 585).

### 1.8.1 A fusão dos modos textuais no editorial

Também Reynolds (2000) busca mostrar como a textura do discurso é criada por meio da mistura de modos textuais, no contexto do gênero, focando em editoriais de jornal, todos sobre o tema “eleições gerais britânicas de 1997”, publicados em jornais normalmente considerados como representativos de diferentes visões políticas, *The Times* (direita) e *The Guardian* (centro-esquerda).

Se a língua e o gênero juntos fornecem a estrutura do discurso, diz Reynolds, então eles são realizados como textura. Textura é a instanciação no discurso de duas ordens virtuais de estrutura, ou seja, a estrutura *lingüística* e a estrutura *genérica* (Reynolds, 1997). Textura é um conceito funcional que inclui a coesão descrita pelos lingüistas sistêmico-funcionais, tais como Halliday & Hasan (1976, 1989) e Martin (1992), mas também e, mais importante, a coerência que eles

tendem a explicar. Para Reynolds, (2000) a textura é o resultado da mistura de modos textuais, que juntos compõem o discurso e correspondem a funções para as quais precisamos e usamos a língua.

Reynolds (2000) distingue três modos representacionais: “narrativo” (contar histórias), “descritivo” (dizer como as coisas são) e “argumentativo” (expressar opiniões e crenças e tentar persuadir os outros a respeito dos pontos de vista do autor). Há também três modos interpessoais: diretivo (contar aos outros como, quando e/ou onde fazer algo), intencional (anunciar planos e intenções, e expressar compromisso de ação) e fático (estabelecer e manter contato com os outros); além de um modo metadiscursivo, o modo reflexivo, no qual se faz comentário sobre o discurso, o do autor e do outro. No caso do editorial de jornal, afirma o autor, o foco está nos modos *representacionais*.

Diz ele que, embora esses termos – “narrativo” e “argumentativo” – sejam regularmente usados como termos para gêneros, o argumento aqui é que eles não são “gêneros” por si, mas descritores dos *modos* que combinam para formar gêneros. Esses modos são a realização de amplas funções para as quais precisamos usar a língua. A combinação de modos textuais, contudo, não acontece ao acaso. Em gêneros específicos, como resultado da exigência, ou do motivo social (Miller, 1984), da ação retórica que está sendo praticada, um ou outro modo será predominante, e.g. narrativo para contar uma brincadeira ou um caso, argumentativo em artigos acadêmicos ou discurso judiciário. É a percepção comum dessa predominância que leva as pessoas a falar em “gênero narrativo” ou “gênero argumentativo”. Reynolds (2000) alega que todo discurso toma uma forma genérica particular que é realizada como alguma combinação – embora não em um feitiço estatisticamente previsível – de modos textuais.

Em termos do modo textual, o editorial é, por conseguinte, predominantemente, um modo argumentativo fundido com a narrativa e a descrição. A razão para tal fusão deriva da necessidade de apoiar o argumento com evidência.

O ponto de vista do narrador introduz sempre e imediatamente o potencial de argumento, de discurso persuasivo. Contudo, admite Reynolds, nem sempre é fácil distinguir com absoluta certeza entre narrativa e descrição. (De fato essa dificuldade foi constada em minha análise. Tanto é que a análise nesses termos – embora

iniciada – foi descartada. Acredito que a caracterização mais efetiva desses modos textuais poderá, no futuro, possibilitar essa distinção.)

Reynolds (2000) liga o modo argumentativo com o modelo retórico de argumento de Toulmin (1958), que acredito poder contribuir de maneira efetiva no estudo dos editoriais que aqui faço. Esse modelo é aplicado por Lauerbach (2007), em sua análise de uma entrevista em um programa do que se convencionou chamar de *talk show*. Embora a análise trate de um diálogo, a autora afirma que a argumentação também pode ocorrer em discurso monológico ou em texto. Oradores e autores podem apresentar questões retóricas e então ir adiante e respondê-las eles próprios. Dessa forma, eles podem construir seus argumentos em torno de possíveis objeções antecipadas de uma audiência ou de leitores projetados. Já que interactantes podem fazê-lo também dentro de suas contribuições para argumento dialógico, é claro que o argumento monológico pode ser encaixado dentro de argumento dialógico (van Eemeren & Grootendorst, 1992; Walton & Krabbe, 1995; van Eemeren *et al.*, 1997, 2002).

Assim, a seguir, apresento em linhas gerais as idéias da autora, ou seja, de como ela investiga as inferências que subjazem a uma argumentação.

### 1.8.2 O contrabando de informação

O termo “contrabando de informação” (Luchjenbroers 1993, 1997, *apud* Luchjenbroers & Aldridge, 2007) é usado para descrever a inserção de uma informação de forma subreptícia na declaração. Segundo Luchjenbroers & Aldridge (2007), as representações inspiram modelo de base positiva ou negativa que os ouvintes precisam para avaliar as ações e possíveis motivos dos participantes. Para tanto, o enquadre semântico (Fillmore, 1975, 1982; Minsky, 1975) é um dos instrumentos teóricos usados para apreciar a força inferencial de tais modelos de base. Os enquadres são conjuntos de informações aceitas culturalmente que envolvem qualquer termo lexical. Para as autoras, a adequação do enquadre escolhido é também muito importante para “contrabandear uma informação”.

Componentes adicionais de significado são derivados dos enquadres de referência associados com cada escolha lexical, i.e., cada escolha desencadeia uma

rede mais ampla de associações prototipicamente presentes no uso desse termo. O acesso do interlocutor a essas associações depende de sua experiência e compreensão das normas sociais das quais as escolhas lexicais são derivadas.

Do ponto de vista da lingüística/semântica cognitiva do significado lexical, o significado é “enciclopédico” por natureza: o sentido de uma palavra não está divorciado do seu contexto de uso. Assim, o significado lingüístico está codificado na memória como um tipo de rotina cognitiva que se apóia em experiências do mundo, e a ativação de um conceito desencadeia os conceitos relacionados na memória. As associações que o falante traz para o discurso nos descritores que ele usa para falar sobre pessoas, ações e eventos influenciam (com o óbvio intento de manipular) o modo que os ouvintes avaliam a informação que lhes é apresentada.

Assim, segundo a proposta de Luchjenbroers & Aldridge (2007), uma vez que um *enquadre* é acessado, todas as informações associadas relevantes a esse *enquadre* e traços contextuais adicionais ficam imediatamente disponíveis para inferências suplementares.

E, outro ponto importante dessa proposta é que, juntamente com cada enunciado que produzimos, podemos ativa ou inconscientemente deixar pistas para a audiência sobre como percebemos as pessoas, ações e eventos no mundo que nos cerca. Mais ainda, cada escolha lexical ativa que fazemos revela mais diretamente como encorajamos os outros a pensar sobre certas pessoas, ações e eventos.

Luchjenbroers & Aldridge (2007) tratam também da questão da validade do *enquadre* associado a um enunciado, ou seja, de o *enquadre* apropriado ser ou não desencadeado. Infelizmente, dizem elas, não se pode esperar que todos os leitores sejam críticos e analíticos a respeito do que ouvem, e isso os torna presas fáceis de manipulações de certas escolhas lexicais feitas obviamente com esse intuito.

O item seguinte, que trata da política do ‘apito de cão’, mostra o processo cumulativo da avaliação que leva as pessoas a aceitar uma informação contrabandeada.

### 1.8.3 A política do ‘apito de cão’

A pesquisa que apresento a seguir, de Coffin & O’Halloran (2006) é, a meu ver, uma feliz reunião dos vários conceitos que viemos alistando até aqui.

Para as autoras, jornalistas políticos tornaram-se mais cuidadosos no modo como comunicam suas mensagens. Como um ‘apito de cão’, políticos ou jornalistas podem pronunciar a mensagem “alto o suficiente” para que sua base política ou o leitor-alvo ouçam, mas (eles esperam) fora do alcance daqueles cujos ouvidos não estão ajustados para a mensagem e, como resultado, isso a faz menos direta. Os autores demonstram como pessoas e eventos podem ser representados de tal forma que os jornalistas não possam ser acusados facilmente de racismo, intolerância etc., enquanto, todavia, comunicam uma mensagem pretendida (que muitas vezes é negativa) para o leitor-alvo. Os autores entendem que o efeito de posicionamento de certas frases depende parcialmente de quanto o leitor-alvo tem sido preparado e posicionado pelas leituras prévias para que faça uma interpretação e não outra. Isso não quer dizer, continuam os autores, que se pode prever uma interpretação real ou compreensão por um leitor de fato, mas, que os leitores ficarão mais propensos a se alinhar com os valores implícitos e codificados presentes em uma notícia se eles tiverem sido expostos repetidamente a esses valores.

A expressão ‘*Dog-whistle politics*’ foi cunhada recentemente para capturar a forma de avaliação implícita (Coffin & O’Halloran, 2006: 77). É onde a comunicação política usa significados aparentemente neutros, mas que devem ser ‘entendidos’ como uma mensagem negativa pela comunidade-alvo (Manning, 2004). Coffin & O’Halloran (2006) exploram o uso do jornalismo do ‘apito de cão’ no tablóide popular britânico *The Sun*, examinando uma reportagem publicada em 1º de maio de 2004, dia em que dez novos países se agregaram à Comunidade Européia (CE).

Para explicar sistematicamente o efeito do posicionamento da forma implícita de avaliação e para evitar a hiperinterpretação, Coffin & O’Halloran (2006) sugerem a confrontação da referida reportagem com um *minicorpus* (*Sun minicorpus*: coleta entre 23 e 30 de abril 2004, uma semana antes da reportagem de 1º de maio), além de um outro *corpus* (45 milhões de palavras: *Sun now corpus*). Verificou-se, então, que a avaliação direta de um fenômeno de um intratexto prévio prepara o leitor para uma avaliação indireta do mesmo fenômeno; o mesmo ocorreu com a avaliação

direta de fenômeno relacionado em um intertexto prévio. Os autores chamam atenção para o que se chama de logogênese, construção gradual dinâmica do significado no desdobrar do texto (Halliday, 1992; 1993 e Halliday & Matthiessen, 1999).

Essa análise combinada fornece uma explicação empiricamente fundamentada e sistemática de como a reportagem de 1º de maio parece posicionar os leitores do *Sun* para ver os novos cidadãos da CE como uma ameaça ao estilo de vida e ao sistema de seguro ingleses – apesar do fato de não haver palavras expressando diretamente tal ponto de vista. Assim, são frases que – se descontextualizadas – não carregam mensagem negativa.

Para Coffin & O'Halloran (2006), com o sucesso do discurso liberal em criar maior sensibilidade para descrever minorias, políticos da direita e jornalistas políticos tornaram-se mais cuidadosos no modo como comunicam mensagens sobre a imigração. Como um 'apito de cão', políticos ou jornalistas podem pronunciar a mensagem "alto o suficiente" para que sua base política ou o leitor-alvo ouça, mas (eles esperam) fora do alcance daqueles cujos ouvidos não estão ajustados para a mensagem. Como resultado, isso a faz menos direta. Os autores demonstram como pessoas e eventos podem ser representados de tal forma que os jornalistas não possam ser acusados facilmente de racismo, intolerância etc., enquanto, todavia, comunicam uma mensagem negativa para o leitor-alvo. Os autores entendem que o efeito de posicionamento de certas frases depende parcialmente de quanto o leitor-alvo tem sido preparado e posicionado pelas leituras prévias para que faça uma interpretação e não outra. Isso não quer dizer, continuam os autores, que se pode prever uma interpretação real ou compreensão por um leitor de fato. Mas, que os leitores ficarão mais propensos a se alinharem com os valores implícitos e codificados presentes em uma notícia se eles tiverem sido expostos repetidamente a esses valores.

Vejamos a tradução do texto publicado no *The Sun*: não há nenhuma avaliação negativa em relação aos migrantes.

### **Os migrantes são os primeiros de muitos**

por Nick Parker, Charles Rae e Charles Yates

A HISTÓRIA será feita hoje na medida em que novos cidadãos da Comunidade Européia (CE) começam a deixar suas pátrias para novas vidas na Inglaterra.

Eles virão às centenas em ônibus, trem e avião, desesperados por trabalho pago decentemente – ou por qualquer emprego.

Eles são cidadãos de dez novos estados-membro da CE que agora têm o direito de viver e de trabalhar na Inglaterra.

Esses estados são a República Tcheca, a Estônia, a Hungria, a Letônia, a Lituânia, a Polônia, a Eslováquia, a Eslovênia, o Chipre e Malta.

Oito são estados muito pobres da antiga União Soviética no leste europeu – com uma população totalizando 75 milhões.

Nosso governo diz que há meio milhão de empregos esperando aqui para serem preenchidos.

Em um artigo no *The Guardian* (um jornal britânico que assume posição amplamente liberal (Coffin & O'Halloran, 2006: 77), as autoras citam o comentário do jornalista, David Aaronovitch sobre Robert Kilroy-Silk, um anfitrião de talk-show, que foi demitido pela *British Broadcasting Service* (BBC). Kilroy-Silk foi demitido por chamar (em uma coluna no jornal britânico, *The Sunday Express*) os árabes de “bombas-suicidas, amputadores de membros, repressores de mulheres”. De modo significativo, Aaronovitch não chama atenção para ataques explícitos, mas focaliza afirmações avaliativas simuladas quando Kilroy-Silk escreve: “*Temos milhares de solicitações de asilo de pessoas do Irã, Iraque, Argélia, Egito, Iêmen, Arábia Saudita e outros países árabes vivendo felizes com o seguro social neste país*”. Aaronovitch faz o seguinte comentário:

Por que a menção gratuita de pessoas que procuram asilo e vivem felizes com o seguro social? Qual é a função dessa frase? Sabemos do que se trata; é um código. Eles vêm para cá, eles tiram nosso dinheiro, levam vantagem sobre nós. Você sabe quem: os estrangeiros, os de fora, os palhaços. Aqueles de quem você se ressentir – e sabe por quê? Você está certo! (Aaronovitch, 2004, *apud* Coffin & O'Halloran, 2006: 78)

Assim, examinarei os editoriais tendo em vista que pessoas e eventos podem ser representados de tal forma pelos jornalistas que muitas mensagens negativas podem ser comunicadas por meio de avaliações implícitas.



## 1.9 A Teoria da Argumentação de Toulmin

Segundo Lauerbach (2007), a Teoria da Argumentação de Toulmin (1958) é de interesse para a análise do discurso principalmente com respeito a dois conceitos. Um é o conceito de falácia ou raciocínio falho; o outro é o conceito de entimema, ou premissa implícita de um argumento. Usando-se o entimema, a análise do discurso ganha um conceito e um procedimento sistemático para a reconstrução de um tipo específico de significado implícito, denominado de premissa não-expressa de um argumento. Um entimema é um silogismo abreviado, um argumento incompleto ao qual a audiência provê inconscientemente a premissa que falta. Para Gill & Whedbee (1997):

O construto teórico do entimema permite ao crítico examinar a interação entre um falante, um texto e uma audiência. Na criação e resposta a entimemas, falante e audiência revelam suas crenças e valores não-declarados, revelam sua ideologia ou 'filosofia implícita' sobre a natureza da realidade, a natureza de sua comunidade e a concepção das relações sociais apropriadas. (Gill & Whedbee, 1997: 171-172, *apud* Lauerbach, 2007)

Esses silogismos abreviados se baseiam em premissa avaliativa, que é pragmaticamente inferida pelos falantes como sendo um conhecimento indiscutivelmente compartilhado entre eles. Em outros casos mais complexos, a premissa pode estar contida em discurso mais extenso e/ou precisa ser inferida do contexto.

Premissas não-expressas são reconstruídas pelos seguintes passos dialógico-hipotéticos do esquema de argumentação proposto por Toulmin (1958). Os passos desse esquema permitem ao analista definir precisamente a reivindicação feita e descrever os dados apresentados para apoiar essa reivindicação quando explica a estrutura de um argumento. Além disso, a inferência permite que garanta a conclusão.

O outro conceito proposto por Lauerbach (2007) para a análise do discurso é o conceito de falácia ou raciocínio falho. Isso se deve ao fato de analistas do discurso desejarem encontrar na teoria da argumentação um procedimento de avaliação para a aceitabilidade ou insuficiência dos argumentos em seus dados, além da reação imediata dos próprios participantes. A razão de isso ocorrer se deve

ao fato de que em textos monológicos e em alguns textos dialógicos mediados, os analistas não têm acesso a tais reações.

A autora apresenta o modelo de Walton & Krabbe (1995) que cuida dos casos em que o que seria uma falácia em um tipo de discurso pode ser admissível em outro. Um exemplo dado pela autora é o da ameaça que seria uma falácia na discussão crítica, mas pode ser movimento argumentativo legítimo em uma negociação. Ele também permite a “mudança” de um tipo de discurso a outro dentro de uma argumentação, assim como de “temperar” um tipo de discurso com outro. Na visão de Walton & Krabbe, “muitas falácias são mudanças proibidas de um tipo diálogo para outro” (1995: 115, *apud* Lauerbach, (2007)).

O modelo de Toulmin, na qual a autora se baseia, pode ser assim representado:

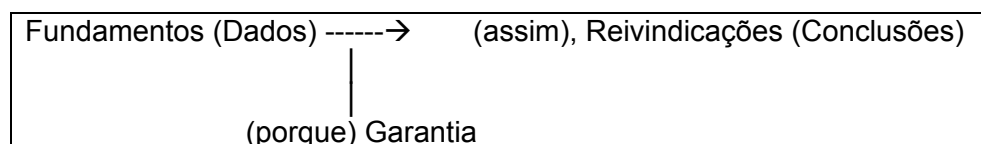


Figura 1.4 - Modelo de argumento (adaptação de Reynolds, 2000: 29)

Nesta versão simplificada do modelo desenvolvido por Toulmin, um argumento válido consiste de um Fundamento para se fazer uma Reivindicação por meio da Garantia – que “faz a ponte entre Reivindicação e evidência/Dados apresentados para isso” (Fulkerson 1996: 59). Vejamos como o processo é detalhado por Toulmin (2006 [1958]: 139-153):

- (a) *Reivindicação*<sup>10</sup>: asserção pela qual nos comprometemos. (e.g. Harry é cidadão britânico.)
- (b) *Dados*: fatos que oferecemos para apoiar a reivindicação. (e.g. Ele nasceu nas Ilhas Bermudas.)
- (c) *Garantias*: registro implícito da legitimidade do passo envolvido para passar dos Dados para a Reivindicação. (e.g. Há uma lei que garante essa reivindicação.)
- (d) *Qualificação*: Inserção de um qualificador (e.g. ‘necessariamente’, ‘provavelmente’) quando não basta recorrer ao Dado, mas é necessário

<sup>10</sup> Quanto à terminologia, não adotarei o termo “conclusão”, usado na versão publicada em português (Toulmin, 2006) por considerar Reivindicação mais adequado quando tratamos de *Claims* no contexto de análise de editorial.

também discutir explicitamente o limite até o qual se aplica. (e.g. Ele é certamente um cidadão britânico.)

- (e) *Refutação*: circunstâncias nas quais se tem de deixar de lado a autoridade geral da Garantia. (e.g. Mas seus pais não são cidadãos britânicos.) (Ou seja, a menos que seus se naturalizem, Harry não será cidadão britânico.)
- (f) *Apoio*: afirmações categóricas que são expressas quando um refutador não aceita a validade da Garantia. (e.g. A afirmação de que os estatutos sobre a nacionalidade britânica foram de fato transformados em lei.)

Lauerbach (2007) observa que parte das Garantias em sua análise, baseiam-se nas repostas de especialista, as quais foram declaradas explicitamente. O mesmo ocorre com os Apoios. Isso atesta que o discurso de especialista trata de generalizações, abstrações e evidência empírica. Outro fato que também chamou sua atenção foi que em seu corpus não há Dados – somente uma série de condições de validade que, se satisfeitas, produziriam Dados para apoiar a Reivindicação. Essas condições são todas elicitadas pelas perguntas do apresentador e co-contruídas entre ele e o especialista.

O modelo de Toulmin será utilizado na terceira etapa da análise dos editoriais, após a aplicação das dimensões avaliativas, de Lemke (1998). Os passos desse modelo contribuirão para a detecção de falácias e entimemas.

A seguir, apresento a proposta de Luchjenbroers & Aldridge (2007) de “contrabando de informação”, uma noção que, de alguma forma, relaciona as questões acima de falácia e entimema com a questão central de persuasão.

Finalizo aqui o capítulo que traz as teorias que embasarão a minha análise. Tratei, inicialmente, da Análise Crítica do Discurso, pois é essa a direção principal tomada pela minha análise. A seguir, trouxe a proposta de Lauerbach (2007), que une a Teoria de Toulmin (1958), sobre argumentação, com a análise do discurso, quando falo de falácias e de entimema, que perpassam a argumentação persuasiva do editorial, e, a seguir, complemento o capítulo com as noções de ‘cripto-argumentação’, do ‘contrabando de informação’ e da ‘política do apito do cão’, todos, igualmente, recursos que subjazem à argumentação. A análise apóia-se também no conceito de ‘alinhamento’ (Goffman, 1979), na medida em que o editorialista, em sua

argumentação, precisa contar com o alinhamento do leitor, o que em geral acontece. Este fato se deve graças ao enquadre que ele traz, na sua interação com o texto, por meio do intertexto estimulado pelo autor. O compromisso monoglóssico e o heteroglóssico também contribuem para entender o tom que percorre o texto, desde as assertivas calcadas em evidências factuais até aqueles mais obscuros quando, na falta de fonte segura, o editorial se apóia em outras vozes.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 Dados

#### 2.1.1 A *Folha de S.Paulo*

O jornal *Folha de S.Paulo* foi criado em 1960 como resultado da fusão de três jornais: *Folha da Noite*, *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde*. Ele pertence ao Grupo Folha, também proprietário dos jornais *Notícias Populares*, *Agora São Paulo*, da agência de notícias Agência Folha, do DataFolha, da Publifolha e do Universo Online. Atualmente conta com uma tiragem média que varia entre 310 e 320 mil exemplares diários<sup>11</sup>. Em 1984, implanta o *Manual da Redação*.

##### 2.1.1.1 O editorial da *Folha de S.Paulo*

Desde 1981, a *Folha* possui um projeto editorial, de circulação interna, como sistematização, e que fixa três metas: informação correta, interpretações competentes sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos. Pela primeira vez, um manual de jornalismo condensa uma concepção de jornal, da política editorial às fases de produção.

A rotina para a escolha dos temas abordados nos editoriais inicia-se diariamente por volta das 14 horas, quando os redatores de editorial - em média três membros de um total de sete, incluindo o editor-responsável<sup>12</sup> - se reúnem para discutir a agenda da edição seguinte. O editorial pode tratar tanto de um tema ligado aos noticiários, quanto ao calendário de acontecimentos nacionais ou internacionais.

Dentre os sete redatores, dois são especialistas em economia, os outros cinco tratam de tópicos variados, e a responsabilidade pela redação pode ser definida tanto por afinidade, assim como por designação do editor-responsável.

Após definida a agenda, um redator elabora o texto, que passa pelo editor-responsável para a observância da padronização seguida pelo jornal. Então vai para

---

<sup>11</sup> Fonte: Vinicius Mota, editor-responsável pelos editoriais da *Folha de S.Paulo*, em 10.12.07.

<sup>12</sup> As informações sobre a elaboração dos editoriais foram obtidas em conversa telefônica com Vinicius Mota, editor-responsável pelos editoriais da *Folha de S.Paulo*.

a avaliação final, que é feita pela direção da empresa, sendo feita atualmente por Otávio Frias Filho, diretor de redação do jornal.

#### *2.1.1.2 Os editoriais investigados*

A *Folha de S.Paulo* publica diariamente dois editoriais, cada editorial com em média 500 palavras distribuídas em 7 a 11 parágrafos. O *corpus* inicial investigado constitui-se de editoriais desse jornal, disponíveis na Internet, cobrindo as datas de 19.09.06 a 28.10.06, ou seja, quinze dias antes do primeiro turno da eleição presidencial até a véspera do segundo turno.

Foram selecionados os editoriais que, de alguma forma, tratavam das eleições presidenciais – o que não ocorria todos os dias –, pois o meu objetivo era examinar o posicionamento do jornal em relação ao pleito. Dentre os editoriais publicados, selecionei os 23 que tratavam diretamente das eleições presidenciais de 2006 (T1 a T23). Vejamos a lista dos editoriais no Quadro 2.1:

<b>Cód</b>	<b>Data</b>	<b>Título do editorial</b>	<b>Assunto</b>
	15.09.06	Bravata infeliz	governo boliviano
	15.09.06	Biotecnologia do bem	biotecnologia
	16.09.06	Freada discreta	FMI
	16.09.06	A espada de Maomé	protestos de muçulmano
	17.09.06	Cinismo militante	falta de ética política
	17.09.06	Risco de recessão	economia mundial
	18.09.06	Pouca inovação	contingenciamento de recursos para pesquisa
	18.09.06	Recaída no Afeganistão	deterioração da estabilidade
T1	19.09.06	Desmandos sem fim	escândalo do dossiê
	19.09.06	Os rumos do FMI	déficit no balanço
	20.09.06	Grampos no tribunal	grampos telefônicos
	20.09.06	Só para motos	via especial na Sumaré
T2	21.09.06	Rede de impunidade	modo de ação de grupos petistas
	21.09.06	Golpe na Tailândia	política internacional
	22.09.06	Avanço insustentável	pesquisa do IBGE
	22.09.06	O dia seguinte	nacionalização de gás na Bolívia
T3	23.09.06	Operação dossiê	operação dossiê
	23.09.06	Em marcha lenta	educação no Brasil
T4	24.09.06	Degradação	intenção do PT de manter-se no poder
	24.09.06	Comida salgada	alimentação no Brasil
T5	25.09.06	Sismo sob o PT	incerteza sobre reeleição
	25.09.06	Comércio fraco	vendas em queda
	26.09.06	Para baixo	PIB em queda
	26.09.06	Destempero	Hugo Chaves
	27.09.06	Sangria na saúde	operação Vampiro
	27.09.06	O direito de saber	governo do Paraná
T6	28.09.06	É preciso debater	participação nos debates televisivos
	28.09.06	Propaganda banida	campanha "Cidade Limpa" em São Paulo
T7	29.09.06	A reta de chegada	margem estreita entre candidatos
	29.09.06	Ensino de lata	resultado da Prova Brasil
T8	30.09.06	Os dois pólos	divisão do eleitorado
	30.09.06	Retrocesso nos EUA	aprovação da "Lei dos detentos"
T9	01.10.06	De eleitor a cidadão	democracia
	01.10.06	Metas flexíveis	meta de inflação
T10	02.10.06	Segundo turno	resultado da eleição
	02.10.06	A vitória de Serra	segurança
T11	03.10.06	Punição pelo voto	não reeleição de políticos
	03.10.06	Surpresa na Bahia	vitória de petista
	04.10.06	Estabilidade	sistema partidário brasileiro
	04.10.06	Fim das disciplinas	mudanças na Fuvest
	05.10.06	A governabilidade	relação Executivo e Legislativo
	05.10.06	Disposto ao diálogo	governo colombiano e FARC
	06.10.06	Desastre no vôo 1907	acidente aéreo
	06.10.06	Perda de impulso	economia e mercado de trabalho
	07.10.06	Barreira sob fogo	TSE e cláusula de barreira

continuação

	07.10.06	Bomba coreana	arma nuclear
T12	08.10.06	De volta à rotina	falta de propostas
	08.10.06	Modorra industrial	desempenho industrial brasileiro
T13	09.10.06	Polarização popular	perfil do eleitorado
	09.10.06	Agenda crucial	agenda econômica para crescimento econômico
T14	10.10.06	O primeiro debate	debate televisivo
	10.10.06	Bomba geopolítica	teste de bomba norte-coreana
T15	11.10.06	Alckmin e a esfinge	favoritismo de Lula
	11.10.06	Bomba prolifera	teste de bomba norte-coreana
T16	12.10.06	Exposição total	início da campanha na mídia
	12.10.06	O Sistema S	tributação Supersimples
	13.10.06	Nova etapa	economia global
	13.10.06	Os EUA e o Nobel	pesquisas científicas
	14.10.06	Política em baixa	política na América Latina
	14.10.06	Efeito da incúria	febre aftosa
T17	15.10.06	Estelionato à vista	ajuste fiscal
	15.10.06	Livros e política	Nobel de literatura
	16.10.06	Crédito à Paz	Nobel da paz
	16.10.06	Morte em massa	mortes no Iraque
	17.10.06	Abater a dívida	endividamento público brasileiro
	17.10.06	Sanções simbólicas	sanção da Onu à Coreia do Norte
T18	18.10.06	Resposta já	origem do dinheiro
	18.10.06	Jovens fora da escola	evasão escolar
T19	19.10.06	Reacomodação	políticas públicas
	19.10.06	Ajuste no IPTU	reformulação da cobrança de IPTU
	20.10.06	Pouco	redução da taxa básica de juros
	20.10.06	Espaço ameaçado	militarização do espaço sideral pelos EUA
T20	21.10.06	Evasivas	sabatina pela <i>Folha</i>
	21.10.06	Lembrança do Vietnã	intervenção no Vietnã versus invasão do Iraque
T21	22.10.06	Mais debate	prestação de contas
	22.10.06	Exemplo colombiano	combate à violência
	23.10.06	Ataque à publicidade	veto à publicidade de remédios
	23.10.06	Falta investimento	economia brasileira deixa de atrair investimentos
	24.10.06	Proposta absurda	autonomia para a Polícia Federal
	24.10.06	Finanças paulistas	déficit nas contas do estado de São Paulo
T22	25.10.06	Poucas diferenças	ausência de propostas
	25.10.06	Danças das cadeiras	educação do município de São Paulo
T23	26.10.06	A ascensão de Lula	favoritismo de Lula
	26.10.06	Iraque e eleição nos EUA	Invasão do Iraque
	27.10.06	Falta de gás	política energética brasileira
	27.10.06	Cacoete monetarista	retórica do Comitê de Política Monetária
	28.10.06	Múlti brasileira	sucesso da Vale do Rio Doce
	28.10.06	Amazônia em alta	Quadro sobre Mudança Climática da ONU

Quadro 2.1 – Lista de editorias



Os editoriais examinados mostraram que várias ocorrências negativas recentes eram enfocadas na tentativa de envolver o Partidos dos Trabalhadores e, em última instância, o governo federal. Após o exame cuidadoso dos editoriais, cinco foram analisados (Anexo 1) através das dimensões avaliativas (Lemke, 1998) (Anexo 2), o que me fez decidir por um exame que acrescentasse a dimensão argumentativa dos editoriais, fato que me levou a focar apenas um editorial e examinar detalhadamente algumas das características que tinha observando nos editoriais em geral. Este trabalho, portando, analisa o editorial intitulado “Desmandos sem fim”, publicado na *Folha de S.Paulo*, de 19.09.06.

## 2.2 Procedimentos de análise

A análise dos editoriais seguirá as seguintes etapas:

**Etapa 1** - Apresentação do texto na íntegra, com o título e o lide estão em destaque. Eles não serão tratados nesta análise;

**Etapa 2** - Configuração Contextual (Halliday & Hasan, 1989). Nessa etapa, considere a íntegra do texto para fazer um delineamento do co-texto, mostrando situação social (ou registro, nos termos da Lingüística Sistemico-Funcional), que são Campo (o que está se passando), Relações (quem está envolvido em quais relações) e Modo (o papel da linguagem), e que afetam a interpretação de um texto. O estabelecimento do contexto é necessário para garantir a atribuição das dimensões avaliativas, de Lemke (1998), isto é, a razão de algumas afirmações contidas no editorial serem avaliadas como positivas ou negativas. Notemos que essa avaliação tem a possibilidade de ser aceita pelo leitor, uma vez que ele - leitor diário do jornal - está exposto a determinado posicionamento do jornal, segundo Coffin & O'Halloran (2006).

**Etapa 3** - Exame da Avaliatividade, calcada nas dimensões avaliativas de Lemke (1998), no Compromisso de White (2003). O texto será apresentado dividido em quadros, cada um correspondendo a um parágrafo do editorial e subdividido por período. A análise verificará o posicionamento atitudinal do editorial frente a

questões que se relacionaram com a eleição presidencial de 2006; tal posicionamento - explícito ou implícito (através de *tokens* de atitude) - propaga-se pelo texto como um todo, segundo o autor. Para tanto, apresento novamente, no Quadro 2.2, para facilitar o acompanhamento da análise, as dimensões avaliativas de Lemke.

A prática nos mostrou, no entanto, que a metalinguagem adotada por Lemke nem sempre revela de imediato o tipo de avaliação ao qual se refere. Assim, por exemplo, a dimensão FREQUÊNCIA, na polaridade negativa, envolve o significado de 'surpreendente', na medida em que 'o que não é freqüente' 'é surpreendente'.

Daí por que tomamos a liberdade de simplificar o quadro original, de Lemke, adotando apenas um dos termos para cada dimensão, na medida em que o segundo termo não passa de sinônimo do primeiro.

<b>Dimensões Avaliativas (Lemke 1998)</b>	
<b>Positivo</b>	<b>Negativo</b>
Desejável	não-Desejável
Avalizado	não-Avalizado
Necessário	não-Necessário
Esperável	não-Esperável
Significativo	não-Significativo
Compreensível	não-Compreensível
Humorístico	não-Humorístico

Quadro 2.2 - Adaptação das Dimensões Avaliativas (Lemke, 1998: 37)

A proposta de Lemke (1998) para examinar a avaliação, através das sete dimensões avaliativas e suas polaridades - Desejável/não-Desejável, Avalizado/não-Avalizado, Necessário/não-Necessário, Esperável/não-Esperável, Significativo/não-Significativo, Compreensível/não-Compreensível e Humorístico/não-Humorístico - completa a avaliatividade, de Martin (1992), e a metafunção interpessoal, de Halliday (1985; 1994), analisando um a um os elementos léxico-gramaticais do texto que contribuem para entender os meios pelos quais uma proposição ou uma proposta pode ser avaliada, identificando o léxico que é usado para disparar ou evocar um julgamento por parte do leitor.

**Etapa 4** - Aplicação da Teoria da Argumentação, de Toulmin, para verificação do Argumento apresentado pelo editorial. Para tanto, examino a validade da Garantia em que se apóia a Reivindicação em cada período do editorial examinado. Esta etapa é necessária, pois complementa as dimensões avaliativas, de Lemke. Explico-me: um fato que é apresentado como Avalizado, por Lemke, (e.g. “O advogado detido afirma”, fato avalizado por ‘voz’), pode vir a se apresentar como não-Avalizado, quando submetido à etapa da Garantia, de Toulmin. Há aqui, segundo Lauerbach, um entimema, ou seja, um silogismo com premissa omitida (‘Toda afirmação de advogado é verdadeira’), que pode não ser verdadeira, já que se trata, no caso, da ‘voz’ é de ‘um advogado detido (pela Polícia Federal)’ e que ainda não foi julgado.

Com apoio desse exame, procederei na identificação da estrutura do editorial em termos de elementos do argumento, segundo o esquema de Toulmin (1958), para a detecção de possíveis entimemas e falácias. Lembro aqui o esquema de Toulmin para facilitar o acompanhamento da análise:

- (a) Reivindicação: asserção pela qual nos comprometemos.
- (b) Dados: fatos que oferecemos para apoiar a Reivindicação.
- (c) Garantias: registro da legitimidade do passo envolvido para passar dos Dados para a Reivindicação.
- (d) Qualificação: inserção de qualificador (‘necessariamente’, ‘provavelmente’).

Toulmin cita mais dois elementos da argumentação - a Refutação e o Apoio -, que ocorrem na interação face-a-face, e por isso deixamos de considerar no caso do editorial.

Assim, a análise se inicia com a apresentação seguida da Configuração Contextual do editorial. Feito isso, analiso o editorial através da Etapa 3 (Exame da Avaliatividade) e da Etapa 4 (Exame da Argumentação) e para tanto, decidi-me por dividir o texto em parágrafos, já que a análise da Etapas 3 (e também da Etapa 4) resultam em quadros extensos e difíceis de acompanhar. O Quadro 2.3 esquematiza um exemplo dessas análises:

Etapa 3 aplicada ao parágrafo
-------------------------------

Etapa 4 aplicada a cada período do parágrafo
--

Discussão parcial dos resultados
----------------------------------

Quadro 2.3 - Análise dos parágrafos

### 3. ANÁLISE

#### 3.1 Etapa 1 - Apresentação do editorial

Início a análise, apresentando o texto na íntegra, encabeçado com as seguintes características: data da publicação na *Folha de S.Paulo*, número de palavras e o número de parágrafos e, a seguir, o título acompanhado do lide.

<i>Folha de S.Paulo</i> , 19.09.06, 493 palavras
<b>Desmandos sem fim</b>
COMPRA DE DOSSIÊ CONTRA TUCANOS REQUER APURAÇÃO RÁPIDA E ISENTA; DE NOVO, PETISTAS ESTÃO ENVOLVIDOS EM AÇÃO GRAVÍSSIMA
<p>DEPOIS DO episódio Waldomiro Diniz, do escândalo do mensalão, dos dólares no baixo-ventre e da devassa na vida privada de um caseiro, é espantoso que petistas estejam envolvidos em mais um desmando gravíssimo. As primeiras investigações sobre uma tentativa primitiva de comprar informações de um empresário ligado à chamada máfia dos sanguessugas envolvem o Partido dos Trabalhadores e um assessor direto do presidente da República.</p> <p>A impressão é que a seqüência de escândalos que varreu as cúpulas do governo federal e do PT em pouco mais de um ano não foi capaz de mudar comportamentos. Nem cogitações maquiavélicas acerca dos riscos evidentes de manobras escusas às vésperas de uma eleição em que Luiz Inácio Lula da Silva tem grandes chances de ser reconduzido ao Planalto parecem prevalecer.</p> <p>Duas pessoas - um militante do PT de Mato Grosso e um advogado contratado pelo comitê de Lula - foram presas pela Polícia Federal na madrugada de sexta-feira, em São Paulo, com R\$ 1,7 milhão em dinheiro. O montante seria trocado por um dossiê supostamente envolvendo os candidatos do PSDB ao governo paulista, José Serra, e ao Planalto, Geraldo Alckmin, no esquema de venda de ambulâncias superfaturadas.</p> <p>O advogado detido afirma ter sido contratado pela Executiva Nacional do PT para negociar a aquisição do material; disse que no pagamento também estaria contida uma entrevista concedida dias antes a uma revista pelo pivô do escândalo dos sanguessugas, o empresário Luiz Antonio Vedoin - que também foi preso na capital mato-grossense.</p> <p>O mais grave no depoimento do advogado é que ele aponta, como o suposto interlocutor no PT da compra do dossiê, para Freud Godoy, até ontem assessor especial da Presidência e responsável pela segurança pessoal de Lula. Godoy admite ter tido contatos com o denunciante, mas nega ser o autor da compra dos papéis. A direção do partido também se desvincula da ação torpe.</p> <p>Evidentemente, não se pode tomar como fato a versão apresentada por uma pessoa diretamente envolvida na operação clandestina. O depoimento do advogado, no entanto, tem pontos que coincidem com outras evidências - e até agora não surgiu nenhuma hipótese alternativa acerca da motivação que levou a dupla a negociar com o empresário das ambulâncias. É por isso que esse episódio, que mistura gangsterismo com disputa eleitoral, precisa de uma investigação exemplar, rápida e isenta.</p> <p>A velocidade com que os escândalos se repetem na política é razão direta da impunidade. O Congresso absolveu os mensaleiros; o PT se esquivou da depuração interna e abençoou os rebentos do valerioduto; Lula fechou-se na posição de quem ignora o que se passa no gabinete ao lado. Vista sob esse ângulo, a desfaçatez dos que ainda ousam carregar malas de dinheiro sujo para comprar delações é só rotina - uma rotina que, se não for extirpada pelas instituições republicanas, vai lançar à vala comum a própria democracia.</p>

Quadro 3.1 - Apresentação do editorial

### 3.2 Etapa 2 - Configuração Contextual

Apresento a seguir a descrição da Configuração Contextual (Halliday & Hasan 1989) de Campo, Relações e Modo para o editorial. Esta etapa é necessária para garantir a atribuição das dimensões avaliativas, de Lemke (1998), isto é, a razão de algumas afirmações contidas no editorial serem avaliadas como positivas ou negativas, conforme já fizemos ver:

- (a) Campo: trata de um episódio, envolvendo os petistas no cenário político pré-eleição presidencial de 2006. O editorial aponta fatos negativos que envolvem membros do Partidos dos Trabalhadores e exige investigações isentas.
- (b) Relações: os participantes da interação são o editorialista e o leitor. O editorialista é aquele que conta com um leitor que, na sua interação com o texto, trará o enquadre adequado, para compreender a mensagem nele contida de acordo com os ditames de seu autor. O leitor é o cidadão que é diariamente exposto às opiniões do jornal, o leitor-alvo, segundo Coffin & O' Halloran (2006); aquele que está preparado e posicionado pelas leituras prévias, e que, por isso, estará mais propenso a se alinhar com os valores codificados presentes na mensagem.
- (c) Modo: A linguagem está de acordo com o gênero editorial, contando com escolhas léxico-gramaticais que suscitam a coerência discursiva decorrente do enquadre específico que o leitor traz para o texto. A propósito, Bednarek (2005) propõe entender a noção de gênero, como parte de um enquadre. Nesse sentido, Vigner (1988) ressalta a importância do gênero em regular a leitura sobre um sistema de expectativas, inscrevê-la em uma trajetória previsível, a partir da apreensão de um certo número de sinais. Pode-se supor (Grivel 1973) que esse “poder” subjacente do gênero pode diminuir a capacidade de crítica por parte do leitor, já que, envolto pela expectativa, aceite o discurso sem a preocupação de avaliar seu conteúdo. Bednarek (2005) relaciona a noção de enquadre com a de coerência, afirmando que, ao invés de supor que essas conexões existam independentemente do falante ou do ouvinte, a coerência é claramente definida em relação à contribuição do ouvinte: “[...] a *coerência*

*somente é mensurável em termos da avaliação do leitor*” (Hoey, 1991: 11, apud Bednarek (2005)).

### **3.3 Análise do editorial “Desmandos sem fim”**

A análise do editorial “Desmando sem fim” será apresentada nos sete subitens a seguir, cada item tratando de examinar um parágrafo. A análise de cada parágrafo se subdivide ainda em duas etapas: Etapa 3, do Exame da avaliatividade e Etapa 4, da Argumentação.

#### **3.3.1 Análise do primeiro parágrafo**

O primeiro parágrafo é composto de dois períodos, que apresento separadamente no Quadro 3.2.

##### **3.3.1.1 Etapa 3 - Exame da avaliatividade**

O editorial intitulado “Desmandos sem fim” será examinado através das Dimensões Avaliativas, de Lemke (1998), etapa em que cada escolha léxico-gramatical do texto foi sublinhada e a avaliação subscrita, a fim de verificar o modo como o posicionamento do editorial vai sendo construído no texto, frente a questões que se relacionaram com a eleição presidencial de 2006.

Considerarei, nesta etapa, os elementos léxico-gramaticais que expressam avaliação de modo explícito e implícito, ou seja, as proposições que, segundo Lemke (1998: 43), podem ser 'expandidas' pelo leitor em proposições implícitas através da referência a algum intertexto, chamados de *tokens* de atitude (Martin 2000).

<p>DEPOIS DO episódio <u>Waldomiro Diniz</u>, do <u>escândalo do mensalão</u>, dos  <i>Token não-Desejável</i> não-Desejável</p> <p><u>dólares no baixo-ventre</u> e da <u>devassa na vida privada de um caseiro</u>,  <i>Token não-Desejável</i> não-Desejável</p> <p>é <u>espantoso</u> que <u>petistas estejam envolvidos</u> em <u>mais um</u> <u>desmando</u> <u>gravíssimo</u>.  <i>não-Esperável</i> <i>Token não-Desejável</i> <i>Graduação</i> <i>não-Desejável</i> <i>Graduação</i></p>
<p><u>As primeiras investigações</u> sobre <u>uma tentativa primitiva de comprar informações</u>  <i>Token não-Avalizado</i> <i>Token não-Desejável</i></p> <p>de <u>um empresário ligado à chamada máfia dos sanguessugas</u>  <i>não-Desejável</i></p> <p><u>envolvem o Partido dos Trabalhadores</u> e <u>um assessor direto do presidente da República</u>.  <i>Token não-Desejável</i> <i>Token não-Desejável</i></p>

Quadro 3.2 - Análise das Dimensões Avaliativas (1º parágrafo)

O Quadro 3.2 mostra as dimensões avaliativas encontradas no parágrafo examinado. Os elementos foram analisados em termos de polaridade (negativa (N) ou positiva (P)) e levantamento de ocorrências por dimensão é apresentado na Tabela 3.1.

Dimensão	Desej		Aval		Neces		Esper		Signi		Compr		Humor		Total (%)
	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	
Explícito por dimensão	0 0%	4 34%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 8%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	5 42%
Implícito por dimensão	0 0%	6 50%	0 0%	1 8%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	7 58%
Ocorrências por polaridade	0 0%	10 84%	0 0%	1 8%	0 0%	0 0%	0 0%	1 8%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	12 100%

Tabela 3.1 - Freqüência das Dimensões Avaliativas (1º parágrafo)

A Tabela 3.1 mostra que as seguintes Dimensões Avaliativas foram encontradas no primeiro parágrafo do editorial: 84% de ocorrência da dimensão Desejável na polaridade negativa (avaliando negativamente especialmente as pessoas ligadas ao PT - e.g. “escândalo do mensalão”, “dólares no baixo-ventre”, “petistas estejam envolvidos em mais um desmando gravíssimo”, “envolvem o Partido dos Trabalhadores e um assessor direto do presidente da República”), dos quais 34% são constituídas de avaliação explícita e 50% de avaliação implícita; 8%, de Avalizado negativo (há investigação em curso, o que caracteriza a preocupação



da polícia em relação aos desmandos) e 8%, de avaliação Esperável negativa (“espantoso”, avaliando como sendo inesperado o envolvimento dos petistas em desmandos gravíssimos).

Considerando os modos como essas avaliações, na maioria negativas, foram expressas, se de modo implícito ou explícito, verificamos que houve 58% de ocorrências de avaliação implícita, através dos *tokens* de atitude; e 42% de ocorrências de avaliação explícita.

### 3.3.1.2 Etapa 4 - Análise da argumentação

A seguir, procederei a identificação da estrutura do editorial em termos de elementos do argumento, segundo o esquema de Toulmin (1958), para a detecção de possíveis entimemas (argumento incompleto) e falácias (argumento insuficiente).

<b>Reivindicação</b>	É espantoso que petistas estejam envolvidos em mais um desmando gravíssimo.
<b>Dados</b>	Depois do episódio Waldomiro Diniz, do escândalo do mensalão, dos dólares no baixo-ventre e da devassa na vida privada de um caseiro.
<b>Garantia</b>	Esses fatos estão documentados.
<b>Qualificação</b>	O envolvimento do PT é qualificado pela expressão: “É espantoso”.
<b>Avaliação da Argumentação - Argumentação válida.</b>	

Quadro 3.3 - Argumentação (1º período do 1º parágrafo)

O editorial inicia-se apresentando episódios anteriores e, portanto, de conhecimento do público leitor, todos amplamente noticiados pela mídia, e que servem como Dados para a Reivindicação de que “petistas estão envolvidos em mais um desmando”. Os episódios que compõem os Dados tiveram evidências - gravações e documentos coletados pela polícia e até prisões midiadas - investigadas e julgadas ou em julgamento, que garantem a Reivindicação. Assim, verifico que o autor inicia o parágrafo com uma argumentação legítima, amparada em Dados e Garantia. Passamos a analisar o segundo período do primeiro parágrafo:

<b>Reivindicação</b>	As primeiras investigações sobre a compra de informações envolvem o Partido dos Trabalhadores e um assessor direto do presidente da República.
<b>Dados</b>	As investigações.
<b>Garantia</b>	Não há Garantia, pois as investigações não foram concluídas.
<b>Qualificação</b>	Não há Qualificação explícita.
<u>Avaliação da Argumentação</u> - A argumentação baseia-se em um entimema (Toda investigação é garantia, e no caso, garantia de que o PT está envolvido.)	

Quadro 3.4 - Argumentação (2º período do 1º parágrafo)

Da mesma forma que no primeiro período do parágrafo, aqui também há uma Reivindicação calcada em Dados que indicam o envolvimento do PT, apontando, ainda que indiretamente, para a figura do presidente da República. Quanto à Garantia, não há, pois as investigações não passam ainda de uma tentativa de elucidação.

### 3.3.2 Análise do segundo parágrafo

O segundo parágrafo é composto de dois períodos que apresento separadamente no Quadro 3.5.

#### 3.3.2.1 Etapa 3 - Exame da avaliatividade

Vejamos no Quadro 3.5 as escolhas léxico-gramaticais que considerarei na análise do segundo parágrafo:

<u>A impressão é que a seqüência de escândalos que varreu as cúpulas do governo federal e do PT</u> não-Avalizado      Token não-Esperável      não-Desejável      Token não-Desejável
<u>em pouco mais de um ano</u> <u>não foi capaz de</u> <u>mudar comportamentos.</u> Token não-Esperável      Token não-Esperável      Token Desejável
Nem <u>coitações maquiavélicas</u> acerca dos <u>riscos evidentes</u> de <u>manobras escusas</u> não Desejável      Token não-Necessário      não-Desejável
<u>às vésperas de uma eleição</u> em que Luiz Inácio Lula da Silva Token Significativo
tem <u>grandes</u> <u>chances de ser reconduzido</u> ao Planalto <u>parecem prevalecer.</u> Graduação      Esperável      não-Avalizado

Quadro 3.5 - Análise das Dimensões Avaliativas (2º parágrafo)

O primeiro período do segundo parágrafo faz um comentário, reiterando a repetição não-Esperável de fatos desabonadores envolvendo membros do PT. O segundo período refere-se às “manobras escusas” (avaliador não-Desejável) que o PT estaria fazendo para incriminar os dois candidatos do PSDB.

Dimensão	Desej		Aval		Neces		Esper		Signi		Compr		Humor		Total (%)
	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	
Explícito por dimensão	0 0%	3 23%	0 0%	2 15%	0 0%	0 0%	1 8%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	6 46%
Implícito por dimensão	1 8%	1 8%	0 0%	0 0%	0 0%	1 8%	0 0%	3 22%	1 8%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	7 54%
Ocorrências por polaridade	1 8%	4 31%	0 0%	2 15%	0 0%	1 8%	1 8%	3 22%	1 8%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	13 100%

Tabela 3.2 - Frequência das Dimensões Avaliativas (2º Parágrafo)

O segundo parágrafo, fazendo referência a dois fatos desabonadores realizados por membros do PT, apresenta 31% de ocorrências da dimensão Desejável negativa, das quais 23% são explícitas, já que calcadas em fatos comprovados. Aqui há três menções de Esperável negativa (22%), denotando surpresa do editorialista frente à repetição de desmandos (e.g. “a seqüência de escândalos”, “em pouco mais de um ano”, “não foi capaz”). Notemos também a alta porcentagem de 15% de Avalizada negativa que demonstra o cuidado do editorialista quando se refere às possíveis conseqüências desses fatos concretos, ainda sob investigação (e.g. “a impressão”, “parecem prevalecer”), ao contrário do seu posicionamento com referência aos fatos em si, que expressos por léxico-gramática de Desejável negativa (e.g. “escândalos”, “manobras escusas”).

### 3.3.2.2 Etapa 4 - Análise da argumentação

Vamos examinar agora a argumentação contida no segundo parágrafo do primeiro período, segundo o esquema de Toulmin (1958):

<b>Reivindicação</b>	A impressão é de que a seqüência de escândalos não foi capaz de mudar comportamentos.
<b>Dados</b>	Escândalos que varreram a cúpula do governo federal e do PT.
<b>Garantia</b>	Não há, pois a reivindicação apóia-se na ‘impressão’ do editorialista.
<b>Qualificação</b>	“Escândalos”
<u>Avaliação da Argumentação</u> - Argumentação não se sustenta pois não há Garantia.	

Quadro 3.6 - Argumentação (1º período do 2º parágrafo)

A expressão “A impressão” denota diminuição no tom monoglóssico adotado até então pelo editorialista. Notemos que essa expressão não se refere aos desmandos, já documentados, mas ao cuidado que o editorial toma em relação à questão da mudança de comportamentos. O editorialista pode ter certeza de que não houve mudança de comportamento, mas para não correr riscos de ser acusado de emitir opiniões sobre episódio ainda não comprovado, não afirma categoricamente esse fato, utilizando-se do termo ‘impressão’. O que - em termos de avaliação implícita cumulativa - pode ser registrado são duas coisas: (a) o texto, mesmo com esses cuidados, menciona os fatos, num processo de ‘contrabando de informação’ (Luchjenbroers & Aldridge, 2007); (b) assim, como o autor quer convencer o leitor a respeito dos desmandos do PT, mas ainda só conta com fatos não comprovados, acaba adotando uma linguagem a cada passo mais vaga.

No segundo período desse mesmo parágrafo, a argumentação segue o seguinte esquema:

<b>Reivindicação</b>	Nem cogitações maquiavélicas acerca dos riscos evidentes de manobras escusas parecem prevalecer.
<b>Dados</b>	Riscos evidentes de manobras escusas.
<b>Garantia</b>	Os dados não são garantidos, pois não passam de ‘riscos de manobras’ projetados através de processo mental (cogitar).
<b>Qualificação</b>	“Maquiavélicas”, “escusas”.
<u>Avaliação da Argumentação</u> : A argumentação apóia-se em Garantia frágil.	

Quadro 3.7 - Argumentação (2º período do 2º parágrafo)

Essa Reivindicação contém cogitações que o editorialista faz sobre a manobra em questão, da tentativa de compra de informações. Quanto ao Dado apresentado para fundamentar a Reivindicação, por não passar de uma tentativa, não pode ser tomado como ponto de partida para passar à Reivindicação. Efeito semelhante ocorre com o qualificador “parecem” - ele limita a força argumentativa da Reivindicação.

### 3.3.3 Análise do terceiro parágrafo

O terceiro parágrafo é composto de dois períodos que apresento separadamente no Quadro 3.8.

#### 3.3.3.1 Etapa 3 - Exame da avaliatividade

Duas pessoas – <u>um militante do PT de Mato Grosso</u> e <u>um advogado contratado pelo</u>		
<i>Token Não-Esperável</i>		<i>Token Não-Esperável</i>
<u>comitê de Lula - foram presas</u> <u>pela Polícia Federal</u> <u>na madrugada de sexta-feira,</u>		
<i>Token não-Desejável</i>	<i>Avalizado</i>	<i>Token Avalizado</i>
<u>em São Paulo,</u> <u>com R\$ 1,7 milhão em dinheiro.</u>		
<i>Token Avalizado</i>	<i>Token não-Esperável</i>	
O montante seria trocado por <u>um dossiê</u> <u>supostamente</u> <u>envolvendo os candidatos do</u>		
<i>Token não-Desejável</i>		<i>Token não-Esperável</i>
<u>PSDB ao governo paulista, José Serra, e ao Planalto, Geraldo Alckmin,</u>		
<u>no esquema de venda de ambulâncias superfaturadas.</u>		
<i>não-Desejável</i>		

Quadro 3.8 - Análise das Dimensões Avaliativas (3º parágrafo)

O primeiro período do terceiro parágrafo apresenta novos detalhes acerca do episódio da “compra do dossiê”, e a análise mostra fatos Não-Desejáveis (pessoas ligadas ao PT e a Lula “foram presas”) que são Avalizados (presas pela Polícia Federal, em data e lugar determinados). No segundo período, o editorialista sugere sem avalizar (“supostamente”) o envolvimento Não-Esperável (“um militante do PT”, “um advogado contratado pelo comitê de Lula”, “com R\$ 1,7 milhão em dinheiro”, “envolvendo candidatos do PSDB”) de fato não-Desejável (“foram presas”, “dossiê”, “esquema de venda de ambulâncias superfaturadas”).

Dimensão	Desej		Aval		Neces		Esper		Signi		Compr		Humor		Total (%)
	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	
Explícito por dimensão	0 0%	1 9%	1 9%	1 9%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	3 27%
Implícito por dimensão	0 0%	2 18%	2 18%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	4 37%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	8 73%
Ocorrências por polaridade	0 0%	3 27%	3 27%	1 9%	0 0%	0 0%	0 0%	4 37%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	11 100%

Tabela 3.3 – Freqüência das Dimensões Avaliativas (3º parágrafo)

No terceiro parágrafo, o envolvimento de pessoas ligadas ao PT no episódio do dossiê é não-Esperável e representa 37% das ocorrências desse parágrafo. Outros fatos não-Desejáveis e Avalizados relacionados a esse episódio são expressos e representam cada um a alta freqüência de 27%. Fowler aponta o fato de que em editoriais qualquer aspecto da estrutura lingüística carrega significação ideológica. As informações referentes ao momento da prisão tornam o episódio avalizado e perfazem 27% das avaliações.

### 3.3.3.2 Etapa 4 – Análise da argumentação

A seguir, vamos examinar o primeiro e o segundo períodos do terceiro parágrafo, para avaliar a argumentação através do esquema de Toulmin:

<b>Reivindicação</b>	Duas pessoas foram presas, um militante do PT de Mato Grosso e um advogado contratado pelo comitê de Lula, na madrugada de sexta-feira, em São Paulo, com R\$ 1,7 milhão em dinheiro.
<b>Dados</b>	Duas pessoas foram presas, um militante do PT de Mato Grosso e um advogado contratado pelo comitê de Lula, na madrugada de sexta-feira, em São Paulo, com R\$ 1,7 milhão em dinheiro.
<b>Garantia</b>	A polícia federal.
<b>Qualificação</b>	Sem termo qualificativo explícito. Embora escolhas lexicais como “preso” (assim, o editorial poderia ter escolhido dizer: ‘Duas pessoas estão sendo interrogadas’), “madrugada” sejam significativas nesse contexto.
<b>Avaliação da Argumentação:</b> A argumentação apóia-se em Garantia frágil.	

Quadro 3.9 – Argumentação (1º período do 3º parágrafo)

O terceiro parágrafo apresenta uma argumentação incompleta e baseada em entimema, citando fatos comprovados, mas que, não necessariamente, podem comprovar atividade ilícita. A argumentação é fundamentada por Garantia parcial, quando reivindica a prisão. Não há presença de qualificador explícito, embora escolhas lexicais como “preso” (assim, o editorial poderia ter escolhido dizer: “Duas pessoas estão sendo interrogadas”), “madrugada” sejam significativas nesse contexto.

O fato é que o editorial – mesmo com falta de provas – cita o PT e também Lula, o que caracteriza uma avaliação implícita negativa que se acumula no desenrolar do texto. Pode-se notar, que aos poucos, os desmandos, mesmo os não comprovados, acabam concorrendo para incriminar o PT e, em última instância, colocar em dúvida o desconhecimento desses desmandos por parte do Presidente.

No segundo período desse mesmo parágrafo, a argumentação segue o seguinte esquema:

<b>Reivindicação</b>	O montante seria supostamente trocado por um dossiê referente à venda de ambulâncias superfaturadas.
<b>Dados</b>	Envolvimento dos candidatos do PSDB ao governo paulista, José Serra, e ao Planalto, Geraldo Alckmin, na venda de ambulâncias superfaturadas.
<b>Garantia</b>	A ‘suposta’ troca do montante por um dossiê está expresso através de um verbo no futuro do pretérito ‘seria’ o que não garante a reivindicação.
<b>Qualificação</b>	Supostamente.
<u>Avaliação da Argumentação:</u> A argumentação não se sustenta, pois a Garantia se baseia em ‘suposições’.	

Quadro 3.10 – Argumentação (2º período do 3º parágrafo)

No segundo período, notamos ausência de Garantia e do tom monoglóssico que iniciou o editorial, dando lugar ao tom heteroglóssico (“seria trocado”) ao mesmo tempo em que esse tom é reforçado pela Qualificação (“supostamente” envolvendo). Continua, portanto, a tentativa de o autor contrabandear informações, através de afirmações vagas, que justamente por essa qualidade nem deveriam, a rigor, ser mencionadas. O fato de o serem parece indicar a intenção do editorial em acumular avaliações negativas na mente do leitor, tal que este seja levado a fazer as conclusões pretendidas pelo seu autor.

### 3.3.4 Análise do quarto parágrafo

O quarto parágrafo é composto de um único período que apresento no Quadro 3.11.

#### 3.3.4.1 Etapa 3 – Exame da avaliatividade

<u>O advogado detido afirma</u> Avalizado (por voz)	ter sido	<u>contratado pela Executiva Nacional do PT</u> Token não-Desejável*	para
<u>negociar a aquisição do material;</u> Token não-Desejável	<u>disse que</u> Avalizado (por voz)	<u>no pagamento também estaria contida</u> não-Avalizado	
<u>uma entrevista concedida dias antes a uma revista</u> Avalizado			
<u>pelo pivô do escândalo dos sanguessugas, o empresário Luiz Antonio Vedoin –</u> Significativo			
<u>que também foi preso na capital mato-grossense.</u> Token não-Desejável			

Quadro 3.11 – Análise das Dimensões Avaliativas (4º parágrafo)

No quarto parágrafo, o editorial apresenta afirmações do advogado detido Avalizadas por voz (“afirma”, “disse”) acerca de fatos não-Desejáveis (“contratado pela Executiva Nacional do PT”, “negociar a aquisição do material”) e de figura Significativa (“pivô do escândalo”) no episódio da compra do dossiê.

Dimensão	Desej		Aval		Neces		Esper		Signi		Compr		Humor		Total (%)
	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	
Explícito por dimensão	0 0%	0 0%	3 38%	1 12%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	4 50%
Implícito por dimensão	0 0%	3 38%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 12%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	4 50%
Ocorrências por polaridade	0 0%	3 38%	3 38%	1 12%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 12%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	8 100%

Tabela 3.4 – Frequência as Dimensões Avaliativas (4º parágrafo)

No quarto parágrafo, o relato do advogado apresenta 50% de avaliações Avalizadas quando somados os avaliativos das duas polaridades (38 % de polaridade positiva e 12% de polaridade negativa), seguida das avaliações Desejáveis com 38% de referências, e das Significativas, com 12% das ocorrências.



### 3.3.4.2 Etapa 4 – Análise da argumentação

A seguir, vamos examinar o quarto parágrafo, com referência aos elementos do esquema de Toulmin, para a argumentação:

<b>Reivindicação</b>	O advogado detido diz ter sido contratado pela Executiva Nacional do PT para negociar a aquisição do dossiê e que o dinheiro pagaria a entrevista dada por Vedoin.
<b>Dados</b>	O dinheiro, a contratação pelo PT, a publicação da entrevista e a prisão de Vedoin.
<b>Garantia</b>	Há Garantia para a publicação e a prisão de Vedoin; não há Garantia para o fato da contratação pelo PT e o destino do dinheiro.
<b>Qualificação</b>	“Escândalo dos sanguessugas”.
<u>Avaliação da Argumentação:</u> A argumentação não se sustenta, pois ela se baseia em afirmações do advogado detido, ou seja, em projeção através de processos verbais ‘afirma’ e ‘disse’.	

Quadro 3.12 – Argumentação (4º parágrafo)

Notemos que o editorial recorre agora à voz do advogado para apresentar a Reivindicação e que, através dessa voz, o editorial continua a envolver o PT mencionando a “Executiva Nacional do PT”, embora muitas dessas informações sejam ‘projetadas’, nos termos da Lingüística Sistêmico-Funcional, através de um processo verbal ‘afirmar’ e que, portanto, não são fatos comprovados.

### 3.3.5 Análise do quinto parágrafo

O quinto parágrafo é composto de três períodos que apresento separadamente no Quadro 3.13.

#### 3.3.5.1 Etapa 3 – Exame da avaliatividade

<u>O mais</u> Graduação	<u>grave</u> não-Desejável	<u>no depoimento do advogado</u> Avalizado	<u>é que ele aponta, como o suposto</u> Avalizado (por voz)	<u>interlocutor no PT da compra do dossiê, para</u> Token não-Desejável*	<u>Freud Godoy, até ontem</u> Token não-Desejável*
<u>assessor especial da Presidência e responsável pela segurança pessoal de Lula.</u>					
<u>Godoy admite</u> Avalizado (por voz)	<u>ter tido contatos com o denunciante,</u> Token não-Desejável	<u>mas nega ser o autor da compra dos papéis.</u> Avalizado (por voz)	<u>Token não-Desejável *</u>		
<u>A direção do partido também</u> Avalizado (por voz)	<u>se desvincula</u> Token não-Desejável	<u>da ação torpe.</u> não-Desejável			

Quadro 3.13 – Análise das Dimensões Avaliativas (5º Parágrafo)

No quinto parágrafo, o editorial apresenta vozes Avalizadoras em cada um dos três períodos – do advogado detido, de Godoy e da direção do PT – e neles trata de fatos não-Desejáveis (“Freud Godoy, até ontem assessor especial da Presidência e responsável pela segurança pessoal de Lula”, “interlocutor no PT da compra do dossiê”, “compra dos papéis”, “ação torpe”).

Dimensão	Desej		Aval		Neces		Esper		Signi		Compr		Humor		Total (%)
	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	
Explícito por dimensão	0 0%	3 23%	5 38%	1 8%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	9 69%
Implícito por dimensão	0 0%	4 31%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	4 31%
Ocorrências por polaridade	0 0%	7 54%	5 38%	1 8%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	13 100%

Tabela 3.5 – Frequência das Dimensões Avaliativas (5º parágrafo)

No quinto parágrafo se destacam as avaliações de duas dimensões. Há sete referências não-Desejáveis aos envolvidos e ao episódio do dossiê que perfazem 54% das ocorrências dos avaliativos considerados no parágrafo. As declarações dos envolvidos representam avaliação Avalizada em 46%, dos quais as avaliações da polaridade positiva representam 38%.

### 3.3.5.2 Etapa 4 – Análise da argumentação

A seguir, vamos examinar o quinto parágrafo, com referência aos elementos do esquema de Toulmin, para a argumentação:

<b>Reivindicação</b>	O mais grave no depoimento é ele apontar como suposto interlocutor no PT na compra do dossiê para Godoy, até ontem assessor da Presidência e responsável pela segurança pessoal de Lula.
<b>Dados</b>	Godoy, assessor da Presidência e responsável pela segurança pessoal de Lula, é o suposto interlocutor do PT na compra do dossiê.
<b>Garantia</b>	Há Garantia quanto ao fato de Godoy ser assessor da Presidência e responsável pela segurança pessoal de Lula, mas não há Garantia para o fato de ter sido o interlocutor (suposto) do PT na compra do dossiê.
<b>Qualificação</b>	“Mais grave”.
<b>Avaliação da Argumentação:</b> A argumentação apóia-se em Garantia parcial.	

Quadro 3.14 – Argumentação (1º período do 5º parágrafo)

Nesse primeiro período do quinto parágrafo, o editorial reivindica como sendo grave o fato de Godoy, assessor da Presidência e responsável pela segurança pessoal de Lula, ser o interlocutor do PT na compra do dossiê. Porém, a Reivindicação apóia-se em suposição ('suposto interlocutor') e em depoimento do advogado detido.

Aos poucos, o editorial envolve a figura do presidente da República, embora o faça através de afirmações modalizadas, suposições, contrabando de informação que caracterizam uma argumentação insuficiente.

No segundo período desse mesmo parágrafo, a argumentação segue o seguinte esquema:

<b>Reivindicação</b>	Godoy admite contato com advogado detido, mas nega ser o autor da compra do dossiê.
<b>Dados</b>	Contato de Godoy com o advogado detido e a negação referente a ser o autor da compra.
<b>Garantia</b>	Não há Garantia quanto à inocência na compra do dossiê, na medida em que é afirmação do acusado.
<b>Qualificação</b>	Não há qualificador explícito.
<b>Avaliação da Argumentação:</b> A argumentação não se sustenta, pois não há Garantia a respeito da afirmação de um acusado.	

Quadro 3.15 – Argumentação (2º período do 5º parágrafo)

O Quadro 3.15 mostra que a Reivindicação desse segundo período apresenta Garantia em apenas parte dos Dados e, portanto, o período possui pouca força argumentativa. O editorial continua se valendo do vozeamento para comunicar seu ponto de vista, e a argumentação é baseada em declaração de acusado.

No terceiro período desse mesmo parágrafo, a argumentação segue o seguinte esquema:

<b>Reivindicação</b>	A direção do PT se desvincula da 'ação torpe', ou seja, da compra do dossiê.
<b>Dados</b>	Direção do PT desvinculando-se da compra.
<b>Garantia</b>	Não há Garantia na medida em que a desvinculação é projetada através de processo verbal.
<b>Qualificação</b>	"Torpe".
<b>Avaliação da Argumentação:</b> A argumentação não se sustenta, pois se apóia na declaração de parte acusada.	

Quadro 3.16 – Argumentação (3º período do 5º parágrafo)

A Reivindicação desse terceiro período, do quinto parágrafo, é feita com base em Dado não Garantido, ou seja, a direção do PT desvinculando-se da compra do dossiê. Porém, é notável que o PT esteja aqui presente e em um enunciado em que se fala em “ação torpe”, o que implicitamente induz a essa relação. O fato mais importante a se considerar em termos de persuasão é como esse tipo de menção contribui para a avaliação cumulativa que se estende pelo texto.

### 3.3.6 Análise do sexto parágrafo

O sexto parágrafo é composto de três períodos que apresento separadamente no Quadro 3.17.

#### 3.3.6.1 Etapa 3 – Exame da avaliatividade

<u>Evidentemente, não se pode tomar como fato a versão apresentada por</u> Avalizado não-Avalizado
<u>uma pessoa diretamente envolvida na operação clandestina.</u> Token não-Avalizado não-Desejável
<u>O depoimento do advogado, no entanto, tem pontos que coincidem com outras evidências – e</u> Token Avalizado Avalizado Avalizado
<u>até agora não surgiu nenhuma hipótese alternativa</u> acerca da motivação que levou <u>a dupla</u> Avalizado Token não-Desejável*
<u>a negociar com o empresário das ambulâncias.</u> Token não-Desejável * Token Significativo*
<u>É por isso que esse episódio, que mistura</u> <u>gangsterismo</u> com <u>disputa eleitoral,</u> Token não-Desejável* não-Desejável Significativo
<u>precisa de uma investigação exemplar, rápida e isenta.</u> Necessário Desejável

Quadro 3.17 – Análise das Dimensões Avaliativas (6º Parágrafo)

No primeiro período do sexto parágrafo, o editorial apresenta fatos sob investigação, dados por advogado detido e, portanto, não-Avalizados (“versão apresentada por uma pessoa diretamente envolvida”). Em contraste, no segundo período, traz fatos Avalizados (“coincidem”, “outras evidências”) sobre esse episódio não-Desejável (“a negociar com o empresário das ambulâncias”). O terceiro período

apresenta o ponto de vista do editorial: “o episódio” (fato não-Desejável) “precisa de uma investigação exemplar, rápida e isenta” (de avaliação Necessária) por misturar gangsterismo (de avaliação não-Desejável) com disputa eleitoral (fato Significativo).

Dimensão	Desej		Aval		Neces		Esper		Signi		Compr		Humor		Total (%)
	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	
Explícito por dimensão	1 6,25%	2 12,5%	4 25%	1 6,25%	1 6,25%	0 0%	0 0%	0 0%	1 6,25%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	10 62,5%
Implícito por dimensão	0 0%	3 18,75%	1 6,25%	1 6,25%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 6,25%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	6 37,5%
Ocorrências por polaridade	1 6,25%	5 31,25%	5 31,25%	2 12,5%	1 6,25%	0 0%	0 0%	0 0%	2 12,5%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	16 100%

Tabela 3.6 – Frequência das Dimensões Avaliativas (6º parágrafo)

O sexto parágrafo apresenta 31,25% de avaliadores não-Desejáveis, 31,25% de avaliadores Avalizados na polaridade positiva e 12,5%, na polaridade negativa e 12,5% de avaliadores Significativos que constroem a justificação “por isso o episódio precisa de investigação”.

### 3.3.6.2 Etapa 4 – Análise da argumentação

A seguir, vamos examinar o sexto parágrafo, com referência aos elementos do esquema de Toulmin, para a argumentação:

<b>Reivindicação</b>	Evidentemente, não se pode tomar a versão de uma pessoa detida.
<b>Dados</b>	A versão apresentada pelo advogado detido.
<b>Garantia</b>	Não há Garantia, como a própria Reivindicação declara.
<b>Qualificação</b>	“Evidentemente”.
<b>Avaliação da Argumentação:</b> A argumentação é insuficiente, pois não há Garantia.	

Quadro 3.18 – Argumentação (1º período do 6º parágrafo)

O editorial, antecipando possível refutação do leitor, alinha-se com ele ('evidentemente') e diz que “não se pode tomar como fato a versão apresentada por uma pessoa diretamente envolvida na operação clandestina”, o que é verdade. Esse recurso, em geral, é usado para captar a aderência do leitor num processo de persuasão por sedução (Kitis & Milapides 1997).

No segundo período desse mesmo parágrafo, a argumentação segue o seguinte esquema:

<b>Reivindicação</b>	No entanto, o depoimento do advogado tem pontos que coincidem com as evidências e não surgiu hipótese alternativa acerca da motivação que levou a dupla a negociar com Vedoin
<b>Dados</b>	Evidências coincidentes com o depoimento do advogado detido; inexistência de hipótese alternativa (portanto, a compra do dossiê serviria para incriminar os candidatos do PSDB).
<b>Garantia</b>	Há Garantia para apenas para algumas evidências que coincidem com as declarações do advogado.
<b>Qualificação</b>	Nenhuma explícita.
<u>Avaliação da Argumentação:</u> A argumentação se baseia em Garantia parcial.	

Quadro 3.19 – Argumentação (2º período do 6º parágrafo)

No segundo período, do sexto parágrafo, o editorial, em uma contração dialógica de oposição (White, 2003) através de “no entanto”, reforça a argumentação do editorialista em direção à culpabilidade da dupla, na questão da compra do dossiê, que, por extensão, teria como meta atingir os candidatos do PSDB. Notemos que, em sua argumentação, o autor menciona um dado, que é Garantido, e outro, que não o é - pelo menos até aquele momento (a inexistência de “hipótese alternativa”) -, mas notemos, também, que ambos são tentativas de fundamentação da persuasão que percorre esse período.

No terceiro período desse mesmo parágrafo, a argumentação segue o seguinte esquema:

<b>Reivindicação</b>	É por isso que esse episódio, que mistura gangsterismo com disputa eleitoral, precisa de investigação exemplar, rápida e isenta.
<b>Dados</b>	Esse episódio (compra do dossiê) – disputa eleitoral
<b>Garantia</b>	Não há Garantia, pois ‘esse episódio’ não está comprovado e, portanto, não se pode afirmar que envolva a disputa eleitoral.
<b>Qualificação</b>	“Gangsterismo”.
<u>Avaliação da Argumentação:</u> A argumentação não se sustenta, pois não há Garantia.	

Quadro 3.20 – Argumentação (3º. período do 6º. parágrafo)

No terceiro período do sexto parágrafo, o editorial faz uma afirmação em tom monoglóssico, utilizando-se da modulação de obrigatoriedade, “precisa”. No entanto, notemos que essa afirmação é feita, tendo como base “esse episódio” (a compra do dossiê), que ainda não comprovado, mas que, segundo Fowler (1991) é aceito pelo leitor devido à anáfora “esse” que não exige a identificação clara do “episódio”. Caracteriza-se, pois, um caso de falácia, ou de argumentação insuficiente. O que acontece é que, após sucessivas menções de fatos negativos – embora não comprovados – o autor pode ousar comparar a “compra” com ato de “gangsterismo”, epíteto forte, que não corresponde à realidade, e que julgo não poderia ser usado no início do editorial. Porém, o editorialista assim o faz, no final do texto, pois conta com um leitor que já está devidamente envolvido em um processo que Coffin & O’Halloran (2006) chamam de ‘política do apito do cão’.

### 3.3.7 Análise do sétimo parágrafo

O sétimo parágrafo é composto de três períodos que apresento separadamente no Quadro 3.21.

## 3.3.7.1 Etapa 3 – Exame da avaliatividade

<u>A velocidade com que os escândalos se repetem na política é razão direta da impunidade.</u>														
Graduação		não-Desejável		Token não-Desejável*		Compreensível		não-Desejável						
<u>O Congresso absolveu mensaleiros; o PT se esquivou da</u>														
Significativo		Token não-Desejável		Token não-Desejável*		Significativo		Token não-Desejável						
<u>depuração interna e abençoou os rebentos do valerioduto; Lula fechou-se na</u>														
Token Necessário		Token não-Desejável		Token não-Desejável		Significativo		Token não-Desejável						
<u>posição de quem ignora o que se passa no gabinete ao lado.</u>														
Token não-Desejável														
<u>Vista sob esse ângulo, a desfaçatez dos que ainda ousam carregar malas de dinheiro sujo</u>														
		não-Desejável		Token não-Esperável *		não-Desejável								
<u>para comprar delações é só rotina - uma rotina que, se não for</u>														
não-Desejável				Token não-Desejável		Token não-Desejável								
<u>extirpada pelas instituições republicanas, vai lançar à vala comum a própria democracia.</u>														
Token Necessário		Necessário		Não-Desejável										

Quadro 3.21 – Análise das Dimensões Avaliativas (7º parágrafo)

O primeiro período do sétimo e último parágrafo apresenta a única escolha léxico-gramatical da dimensão avaliativa Compreensível – “é razão direta” – do editorial. No segundo período, o editorial retoma vários episódios envolvendo o PT e o presidente, citando processos não-Desejáveis (“absolveu”, “se esquivou”, “abençoou”, “fechou-se”). Cada um desses processos tem seu agente (“o Congresso”, “o PT”, “Lula”), aqui avaliados como Significativos. No terceiro período, o editorial retrata o cenário político por meio de avaliativos não-Desejáveis (“desfaçatez”, “mala de dinheiro sujo”, “comprar delações”, “rotina”) e de um não-Esperável (“ousa carregar”) e apresenta avaliativos Necessários (“extirpada”, “pelas instituições republicanas”).

Dimensão	Desej		Aval		Neces		Esper		Signi		Compr		Humor		Total (%)
	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	
Explícito por dimensão	0	6	0	0	1	0	0	0	3	0	1	0	0	0	11
	0%	25%	0%	0%	4%	0%	0%	0	13%	0%	4%	0%	0%	0%	46%
Implícito por dimensão	0	10	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	13
	0%	42%	0%	0%	8%	0%	0%	4%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	54%
Ocorrências por polaridade	0	16	0	0	3	0	0	1	3	0	1	0	0	0	24
	0%	67%	0%	0%	13%	0%	0%	4%	13%	0%	4%	0%	0%	0%	100%

Tabela 3.7 – Frequência das Dimensões Avaliativas (7º parágrafo)



A Tabela 3.7 mostra que no sétimo parágrafo, a dimensão Desejável na polaridade negativa apresenta a elevada incidência de 67%. As dimensões Necessária e Significativa na polaridade positiva apresentam cada uma, 13% do total das ocorrências do parágrafo. Notemos também, pela primeira vez nesse editorial, a ausência de avaliativos Garantidos e a presença de 4% de avaliativo Compreensível.

### 3.3.7.2 Etapa 4 – Análise da argumentação

A seguir, vamos examinar o sétimo parágrafo, com referência aos elementos do esquema de Toulmin, para a argumentação:

<b>Reivindicação</b>	Os escândalos se repetem por causa da impunidade.
<b>Dados</b>	Escândalos, impunidade.
<b>Garantia</b>	Alguns escândalos foram provados; outros não.
<b>Qualificação</b>	Escândalos.
<b>Avaliação da Argumentação:</b> Argumentação apoiada em Garantia parcial.	

Quadro 3.22 - Argumentação (1º período do 7º parágrafo)

A Reivindicação em si está correta, mas nem todos os “escândalos” foram devidamente comprovados, fato que não autoriza a classificá-los como tais. Assim, a assertiva acaba se caracterizando como uma meia verdade. Porém, em um processo cumulativo de avaliação, que Lemke (1998) chama de propagação avaliativa, o leitor é levado a considerá-los escandalosos indiscriminadamente.

No segundo período desse mesmo parágrafo, a argumentação segue o seguinte esquema:

<b>Reivindicação</b>	O Congresso absolveu mensaleiros; o PT se esquivou da depuração interna e abençoou os rebentos do valerioduto; Lula fechou-se na posição de quem ignora o que se passa no gabinete ao lado.
<b>Dados</b>	A atitude do Congresso, do PT e de Lula.
<b>Garantia</b>	Há Garantia somente para a absolvição pelo Congresso.
<b>Qualificação</b>	Não há Qualificação explícita, mas termos como “esquivar” ou “depuração” são escolhas propositadas para incriminar os petistas.
<b>Avaliação da Argumentação:</b> Argumentação apoiada em Garantia parcial.	

Quadro 3.23 - Argumentação (2º período do 7º parágrafo)

O editorial inicia o segundo período do sétimo parágrafo com Reivindicação válida, ou seja, baseado em Dado Garantido. O mesmo não se aplica às atitudes do PT e de Lula em relação a outros episódios que foram elencadas nesse mesmo período. Essas atitudes são questões subjetivas, pois, provavelmente, os petistas assim não os considerariam.

No terceiro período desse mesmo parágrafo, a argumentação segue o seguinte esquema:

<b>Reivindicação</b>	A desfaçatez dos que ousam carregar malas de dinheiro sujo para comprar delações é rotina que, se não for extirpada, vai lançar à vala a democracia.
<b>Dados</b>	Malas de dinheiro (para comprar delações)
<b>Garantia</b>	Há a Garantia da existência da mala, mas a finalidade do dinheiro não está comprovada.
<b>Qualificação</b>	Desfaçatez, delação, vala
<u>Avaliação da Argumentação</u> : Argumentação Invalidada por ser parcial.	

Quadro 3.24 - Argumentação (3º período do 7º parágrafo)

O editorial encerra o assunto em tom monoglóssico (“é rotina”), e condiciona em tom de ameaça - “se não for extirpada” -, a segurança da própria democracia. Essa declaração grandiloqüente está um tanto distante do cuidado que o editorial tomou ao afirmar em parágrafos anteriores certos fatos controvertidos. Aqui, já calcado no alinhamento que conta com um leitor submetido a sucessivas exposições de fatos negativos, pode, finalmente, expressar explicitamente a avaliação que vem tecendo no desenrolar do texto, e que, cumulativamente, solidificou um terreno favorável a essa atitude ousada.

#### 4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresento, a seguir, a Tabela 4.1, com os resultados das análises dos sete parágrafos que constituem o editorial “Desmandos sem fim”.

Dimensão	Desej		Aval		Neces		Esper		Signi		Compr		Humor		Total (%)
	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	
Explícito por dimensão	1 1%	19 20%	13 13%	6 6%	2 2%	0 0%	1 1%	1 1%	4 4%	0 0%	1 1%	0 0%	0 0%	0 0%	48 49%
Implícito por dimensão	1 1%	29 31%	3 3%	2 2%	2 2%	1 1%	0 0%	8 8%	3 3%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	49 51%
Ocorrências por polaridade	2 2%	48 51%	16 16%	8 8%	4 4%	1 1%	1 1%	9 9%	7 7%	0 0%	1 1%	0 0%	0 0%	0 0%	97 100%

Tabela 4.1 – Resultado da Freqüência das Dimensões Avaliativas

O editorial “Desmandos sem fim” apresenta 97 avaliações, dos quais 49% são explícitos e 51% são implícitos. Portanto, mais da metade das avaliações que percorrem o texto são de natureza implícita, o que significa que muitos dos enunciados do editorial têm significado subjacente que dependem do intertexto, o que acaba, em processo cumulativo, direcionando a interpretação do leitor.

Ao analisar a Tabela 4.1, observei alta freqüência em algumas polaridades.

Dimensão	Desej		Aval		Neces		Esper		Signi		Compr		Humor		Total (%)
	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	
Ocorrências por polaridade	2%	51%	16%	8%	4%	1%	1%	9%	7%	0%	1%	0%	0%	0%	100%
	N>P		P>N		P>N		N>P		P>N		P>N		0		

Tabela 4.2 - Freqüência das Dimensões Avaliativas por polaridade

Na Tabela 4.2, da freqüência de avaliativos por polaridade, vemos que a dimensão Desejável na polaridade negativa é maior do que na positiva. Isso explica que a maioria dos fatos relatados pelo editorial expressa avaliação negativa (“petistas estejam envolvidos”, “manobras escusas”, “um dossiê”, “contratado pela Executiva Nacional do PT”), fatos estes que tratam de episódios e pessoas relacionados ao PT.

Quanto à dimensão Avalizada, o editorial apresenta ocorrência maior na polaridade positiva do que na negativa. Os elementos dessa polaridade estão presentes principalmente entre o terceiro e o sexto parágrafos, indicando que os Dados apresentados pelo editorial são aparentemente verdadeiros e contribuem para construir a argumentação (“pela Polícia Federal”, “na madrugada de sexta-feira”, “depoimento do advogado”, “não surgiu nenhuma hipótese alternativa”), embora não resistam ao escrutínio da Garantia, de Toulmin. Isso significa que o jornal, por meio de avaliativos, pode apresentar informações não comprovadas de tal forma que podem ser interpretadas como Avalizadas para, neste caso de editorial, construir um argumento desfavorável aos petistas.

A dimensão Necessária tem frequência maior na polaridade positiva do que na negativa, e seus avaliadores são expressos principalmente nos dois últimos parágrafos desse editorial. Por meio dessas ocorrências, o editorialista indica o que é “preciso” ser feito (“extirpada”, “precisa”) pela sociedade brasileira.

A dimensão Esperável tem maior número de ocorrências na polaridade negativa do que na positiva. As avaliações dessa polaridade foram observadas no segundo e terceiro parágrafos, e seu emprego indica que o editorialista traz avaliações que expressam surpresa ou choque em relação às atitudes do PT (“em pouco mais de um ano”, “não foi capaz de”, “um militante do PT de Mato Grosso”, “com R\$ 1,7 milhão em dinheiro”).

A dimensão Significante tem maior frequência na polaridade positiva do que na negativa. É por meio dessa dimensão e nessa polaridade que o editorial expressa que elementos importam, o que é saliente (“disputa eleitoral”, “Congresso” “PT”, “Lula”).

Com referência às dimensões Compreensível e Humorístico, o editorial não apresenta número significativo de avaliativos.

Quanto à avaliação da argumentação que subjaz ao texto – a cripto-argumentação – apresento o Quadro 4.1, resumidor da argumentação presente no editorial:

Parágrafo	Período	Garantia			Argumento		
		Sim	Não	Parcial	Válido	Incompleto	Insuficiente
Primeiro	1º.	Sim			Válido		
	2º.		Não			Incompleto	
Segundo	1º.		Não				Insuficiente
	2º.		Não				Insuficiente
Terceiro	1º.			Parcial		Incompleto	
	2º.		Não				Insuficiente
Quarto	único			Parcial			Insuficiente
Quinto	1º.			Parcial			Insuficiente
	2º.			Parcial			Insuficiente
	3º.		Não				Insuficiente
Sexto	1º.		Não				Insuficiente
	2º.			Parcial			Insuficiente
	3º.		Não				Insuficiente
Sétimo	1º.			Parcial			Insuficiente
	2º.			Parcial			Insuficiente
	3º.			Parcial			Insuficiente
		6,25%	43,75%	50%	6,25%	12,5%	81,25%

Quadro 4.1 – Avaliação da argumentação

O Quadro 4.1 mostra que o texto do editorial examinado apóia-se em Reivindicações nem sempre Garantidas: somente 6,25% dos Dados do editorial analisado apresentam Garantia válida. Embora o editorial convença – ao fim de sua leitura –, julgo que o leitor acredite que a presidência tinha conhecimento dos fatos citados no texto, levado que é pelos argumentos ali apresentados. Mas, para o analista crítico do discurso, a persuasão, que convence o leitor em geral, não se sustenta, pois as Reivindicações submetidas a um crivo constante e implacável mostram fragilidade, fato que é atestado pelos resultados: os argumentos válidos representam somente 6,25%.

Verifica-se, então, que o editorial inicia o texto com afirmações monoglóssicas calcadas em fatos aceitos pela comunidade, talvez com a intenção de se alinhar com o leitor. Aos poucos, na premência de oferecer fatos negativos que convençam o leitor a seguir em determinada direção – no caso, mostrar que Lula estava ciente dos desmandos do PT –, o editorialista assume um tom dialógico, tentando negociar as

informações nem sempre comprovadas. Sob esse relato, corre uma cripto-argumentação, embora amparada em Garantias frágeis ou inexistentes, que envolve o leitor através de avaliação, na maioria das vezes, implícita, como mostrei acima na Tabela 4.2, e que acabam persuadindo-o da culpabilidade de Lula. Assim fazendo, o editorial termina em tom novamente monoglóssico, condicionando a própria salvaguarda da democracia, à apuração rápida da verdade. E, nesse momento, ele já tem um leitor alinhado com seus objetivos (em geral, leitor diário da *Folha de S.Paulo*), que aceitará sem discussão a ‘verdade’ dos fatos ali expostos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lembro aqui as perguntas que fiz ao iniciar esta pesquisa:

- (a) Como é feita a persuasão no editorial da *Folha de S.Paulo* “Desmandos sem fim” que tratou das eleições presidenciais de 2006?
- (b) De que tipo de argumentação se vale o editorialista para a construção da persuasão?

A persuasão no editorial examinado baseou-se, em 51% das vezes, em avaliações implícitas, envolvendo o PT, tecendo uma argumentação que procurou envolver a pessoa do presidente da República nos desmandos ali mencionados. Verifiquei que essa argumentação não é Garantida em 43,75% dos casos; é parcialmente Garantida em 50% e tem Garantia somente em 6,25%, ou seja, o editorial ampara-se em Reivindicações nem sempre válidas.

Esta pesquisa, que trilhou por vários caminhos, que se iniciou com o exame de editoriais de jornais japoneses, sua comparação com os brasileiros, mostrou-me que o gênero editorial é extremamente complexo, arraigado culturalmente, e que apenas um estudo profundo e minucioso me permitiria afirmar com certa tranqüilidade as suas características.

Chego ao final do meu estudo certa de que não cumpri tudo que tinha em mente, pois percebo que necessito de muito mais conhecimento para tanto. Mas acredito que realizei alguma contribuição para a Lingüística Aplicada, e em especial para a Análise Crítica do Discurso. A noção de cripto-argumentação e de avaliação implícita tiveram grande impacto em minhas aulas de redação e de leitura, que nunca mais serão ‘inocentes’, e nem poderei aceitar como ‘naturais’ os significados contidos em um texto. Assim, também, meus alunos que – uma vez diante dessa realidade – começaram a encarar com maior empolgação o processo de leitura e, por extensão, o da escrita.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. (1971) Ideology and ideological state apparatuses. In: L. Althusser. (ed.) *Lenin and Philosophy and other essays*. London: New Left Books.
- AMARAL, L. (1982 [1978]). *Técnica de jornal e periódico*. 3 ed. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,
- ATELSEK, J. (1981) An anatomy of opinions. *Language in Society*, v. 10, p. 217-225.
- AUSTIN, J. L. (1962) *How to Do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press.
- BAHIA, J. (1990) *Jornal, história e técnica I*, v.2, 4 ed. São Paulo: Ática.
- BAKHTIN, M. (1981) *The dialogic imagination*. Austin: University of Texas.
- (1982) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- (1986 [1953]) The problem of speech in genres [traduzido para o inglês por V. McGee]. In: M. Bakhtin, *Speech Genres and Other Late Essays*. Austin: University of Texas, p. 60-102.
- (1997) *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- BARTHES, R. (1975) *Escritores, intelectuais, professores e outros e ensaios*. Lisboa: Presença.
- BATHIA, V. K. (2004) *Worlds of written discourse – A genre-based view*. Londres: Continuum.
- BAZERMAN, C. (1998) The Production of Technology and the Production of Human meaning. *Journal of Business and Technical Communication*; v. 12; p. 381-387.
- BEAUGRANDE, R. de e DRESSLER, W. (1981) *Introduction to text linguistics*. Londres: Longman.
- BEDNAREK, M. A. (2005) Frames revisited – the coherence-inducing function of frames. *Journal of Pragmatics*, v.37, n.5. p. 685-706.
- BELL, A. (1991) *The Language of News Media*. Oxford: Basil Blackwell.
- BERGER, P. e LUCKMANN, T. (1976) *The Social Construction of Reality*. Harmondsworth: Penguin.
- BERKENKOTTER, C. e HUCKIN, T. N. (1995) *Genre knowledge in disciplinary communication: cognition, culture, power*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- BESNIER, N. (1992) Reported speech and affect on Nukulaelae Atoll, In: J. Hill e J. Irvine (eds.) *Responsibility and Evidence in Oral Discourse*. New York: Cambridge University, p. 161-181.



- BLUMSLER, J. G. e GUREVITCH, M. (1995) *The Crisis of Public Communication*. London: Routledge.
- BOLIVAR, A. (1994) The Structure of Newspaper Editorials, In: M. Coulthard (ed.) *Advances in Written Text Analysis*. London: Routledge, p. 276–94.
- BONINI, A. (2001) Em busca de um modelo integrado para os gêneros do jornal. In: S. I. C. C. de Vasconcelos (org.) *Discursos midiáticos e ensino: diálogos (im)pertinentes*.
- (2002) Projeto Gêneros do Jornal (as relações entre gênero textual e suporte). Florianópolis,. Texto inédito, base de projeto desenvolvido na UNISUL. Disponível em: <<http://geocities.yahoo.com.br/adbonini/projet.htm>>
- (2003) Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão-SC, v. 4, n. 1, jul./dez., p. 205-231,
- (2004) Em busca de um modelo integrado para os gêneros do jornal. In: *Gêneros Textuais e Referenciação*. Fortaleza: Prottexto, (CD-Rom)
- BROWN, G. e YULE, G. (1983) *Discourse analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BRUNER, J. (1990) *Acts of Meaning*. Cambridge. MA / London: Harvard University Press.
- BUBLITZ, W. (1999) Views of coherence. *Pragmatics & beyond*, v. 63, p. 1-7.
- BUBLITZ, W., LENK, U. (1999) Disturbed coherence: 'Fill me in'. *Pragmatics & beyond*, v. 63, p. 153-174.
- BUSSMANN, H., TRAUTH, G. e KAZAZI, K. (1996) *Routledge dictionary of language and linguistics*. New York: Routledge.
- BUTT, D. et al. (2000) *Using Functional Grammar: An Explorer's Guide*. 2 ed. Sydney: NCELTR, Macquarie University.
- CALDAS-COULTHARD, C. R. e COULTHARD, M. (1996) *Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*. Londres: Routledge.
- CAMERON, D. (1985) *Feminism and Linguistic Theory*. Londres: Routledge.
- (ed.) (1990) *The feminist critique of language, A Reader*. Londres: Routledge.
- CHAFE, W. L. (1977) The evolution of third person verb agreement in the Iroquoian languages. In: C. N. Li (ed.) *Mechanism of Syntactic Change* Austin, University of Texas Press, p. 493-524.
- CHOULIARAKI, L. e FAIRCLOUGH, N. (1999) *Discourse in late modernity*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

- CLAYMAN, S. (1988) Displaying neutrality in television news interviews. *Social Problem*, v. 35, p. 474-492.
- COFFIN, C. (2003) Exploring different dimensions of language use. *ELT Journal*, v. 57, n. 1, p. 11-18.
- COFFIN, C. e O'HALLORAN, K. (2006) The role of APPRAISAL and corpora in detecting covert evaluation. *Functions of Language*, v.13, n.1, p. 77-110.
- DANES, F. (1970) An instance of Prague School methodology: functional analysis of utterance and text. In: P. Garvin (ed.) *Method and Theory in Linguistics*. The Hague: Mouton.
- DAVIDSON, D. (1967) The logical form of action sentences. In: N. Rescher, (ed.) *The logic of decision and action*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, p. 81-95.
- EGGINS, S. (1994) *An Introduction to Systemic Functional Linguistics*. London: Pinter
- EGGINS, S. e MARTIN, J. R. (1997) Genres and Registers of Discourse. In: T.A. van Dijk, (ed.) *Discourse as Structure and Process Discourse Studies: a multidisciplinary introduction*, v. 1. London: Sage, p. 230-256.
- EGGINS, S. e SLADE, D. (1997) *Analysing casual conversation*. Londres: CASSELL,.
- ERBOLATO, M. L. (1991 [1978]) *Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário*. 5 ed. São Paulo: Ática.
- FAIRCLOUGH, N. (1988) Discourse representation in media discourse. *Sociolinguistics*, v. 17, p. 125-139.
- (1989) *Language and Power*. London: Longman.
- (1992a) *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press.
- (1992b) (ed.) *Critical Language Awareness*. Londres: Routledge.
- (1995a) *Critical discourse analysis: The critical study of language*. Harlow: Longman.
- (1995b) *Media discourse*. London: Edward Arnold.
- (2003) *Analysing discourse – textual analysis for social research*. London: Routledge.
- FAIRCLOUGH, N. e WODAK, R. (1997) Critical Discourse Analysis. In: T.A. van Dijk *Discourse and social interaction*, v. 2. London: Sage, p. 258-284.
- FETZER, A. e WEIZMAN, E. (2006) Political discourse as mediated and public discourse. *Journal of Pragmatics*, v. 38, p.143-153.

- FILLMORE, C. J. (1968) The Case for Case. In: E. Bach e R.T. Harms (orgs.) *Universals in linguistic theory*. NY: Holt, Rinehart & Winston.
- (1982) Towards a descriptive framework for spatial deixis. New York: Wiley.
- (1985) Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di Semantica*, v. 6, n. 2, p. 222-255.
- (1986) Pragmatically controlled zero anaphora. *BLS XII*, p. 95-107.
- FIRBAS, J. (1974) Some aspects of the Czechoslovak approach to problems of functional sentence perspective. *Papers on Functional Sentence Perspective*, Academia, Prague: The Hague.
- FIRTH, J. R. (1935) The technique of Semantics, In: *Translations of the Philological Society*, In: J. R. Firth, (1957) *Papers in Linguistics 1934-1951*, London: Oxford University Press.
- FIRTH, J. R. (1950) Personality and Language in Society, In: J. R. Firth, (1957) *Papers in Linguistics 1934-1951*, London: Oxford University Press.
- FOLHA DE S.PAULO. (1998) *Novo manual da redação*. São Paulo: Folha de S.Paulo.
- (2001) *Manual da Redação*. São Paulo: Publifolha.
- FOWLER, R. (1981) *Literature as social discourse*. Londres: Basford, Academic Educational Ltd.
- (1987) Notes on critical linguistics. In: R. Steele e T. Treadgold *Language topics: essays in honour of Michael Halliday*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- (1988a). Notes on critical linguistics. In: R. Steele e T. Threadgold (eds.) *Language topics*. v. 2. Amsterdam: John Benjamins.
- (1988b). Oral models in the press. In: M. MacLure et al. (eds.) *Oracy matters*. Milton Keynes: The Open University Press.
- (1991) *Language in the news*. Londres: Routledge.
- FOWLER, R., HODGE, R., KRESS, G. e TREW, T. (1979) *Language and Control*. London: Routledge & Kegan Paul.
- FOUCAULT, M. (1966) *As palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- (2002) *Arqueologia do saber*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FRIES, P. H. (1994) On Theme, Rheme and discourse goals. In: M. Coulthard (ed.) *Advances in Written Text Analysis*. London: Routledge and Kegan Paul, p. 229 - 249

- FULKERSON, R. (1996). The Toulmin model of argument and the teaching of composition. In: B. Emmel, P. Resch e D. Tenney (eds.). *Argument revisited; Argument redefined*, Thousand Oaks, CA: Sage, p. 45-72.
- GALTUNG, J. e RUGE, M. (1973) Structuring and selecting news. In: S. Cohen e J. Young (eds.) *The Manufacture of News: social Problems, Deviance and the Mass Media*. London: Constable, p. 62-72.
- GEROT, L. e WIGNELL, P. (1994) *Making Sense of Functional Grammar*. Gold Coast, Queensland: Antipodean Educational Enterprises.
- GOATLY, A. (1997) *The Language of Metaphors*. London: Routledge.
- GOFFMAN, E. (1959) *The presentation of Self in Everyday Life*. New York: Doubleday.
- (1967) *Interaction ritual: Essays on face to face behavior*. New York: Anchor Books.
- (1974) *Frame analysis – An Essay in the Organization of Experience*. Boston: Northeastern Press.
- (1979) [1981] Footing (trad. de Beatriz Fontana, a partir de texto original do periódico especializado *Semiotica*, n. 5, p.1-29, de 1979 (Mouton de Gruyter)). In: B. T. Ribeiro, e P. M. Garcez (eds.) *Sociolinguística Interacional*. Porto Alegre: AGE Editora.
- GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (2000) *The theme-topic interface - Evidence from English*. Amsterdam: John Benjamins Publ.Co.
- GOSDEN, H. (1996) *A genre-based investigation of theme: product and proces in scientific research articles written by NNS novice researchers*. Nottingham: Department of English Studies/University of Nottingham.
- GRICE, H. P. (1975) Logic and Conversation. In: P. Cole e J. Morgan (eds.) *Syntax and Semantics: v. 3, Speech acts*. New York: Academic Press, p. 41-58.
- GRIVEL, C. (1973) *Production de l'intérêt romanesque*, The Hague/Paris: Mouton.
- HALL, S. (1978) The social production of news. In: S. Hall, C. Critcher, T. Jefferson, J. Clarke, B. Roberts (eds.) *Policing the crisis: Mugging the State, and Law, and Order*. London: Macmillan.
- HALLIDAY, M. A. K. (1970) Language structure and language function. In: J. Lyons (ed.) *New Horizons in Linguistics*. London: Penguin, p.140-165.
- (1978) *Language as a Social Semiotic*. Londres: Edward Arnold.
- (1985) *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold.

- (1992) Language system and language as instance: The corpus as theoretical construct. In: J. Svartvik (ed.) *Directions in Corpus Linguistics: Proceedings of Nobel Symposium*, v. 82. Berlin: De Gruyter.
- (1994) *Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold.
- HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. (1976) *Cohesion in English*. Londres: Longman.
- (1989) *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- HALLIDAY, M. A. K. e MATTHIESSEN, M. I. M. (1999) *Construing Experience through Meaning: A Language-based Approach to Cognition*. London: Cassell.
- (2004) *An introduction to functional grammar*. 3 ed. London: Arnold.
- HARTLEY, J. (1982). *Understanding News*. London: Methuen.
- HASAN, R. e FRIES, P. H. (1995) *On Subject and Theme – A discourse functional perspective*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins.
- HODGE, R. e KRESS, G. (1988) *Social semiotics*. Cambridge: Polity Press; Ithaca: Cornell University Press.
- HOEY, M. (1991) *Patterns of lexis in text*. Oxford: Oxford University Press.
- HOLTGRAVES, T. (1998) Interpersonal Foundations of Conversational Indirectness. In: S. R. Fussell e R. J. Kreuz *Social and Cognitive. Approaches to Interpersonal Communication*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- HUCKIN, T. N. (1997). Critical discourse analysis. In T. Miller (ed.), *Functional approaches to written text*.
- JAKOBSON, R. (1971[1957]) Shifters, verbal categories and the Russian verb. In: R. Jakobson *Selected Writing*, v. 2. The Hague: Mouton, p.130-147.
- KATZ, C. S. e DORIA, F. A. (1975) *Dicionário básico de comunicação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KITIS, E. e MILAPIDES, M. (1997) Read it and believe it: How metaphor constructs ideology in news discourse - A case study. *Journal of Pragmatics*, v. 28, p. 557-590.
- KONERDING, K.-P. (1993) *Frames und lexikalisches Bedeutungswissen*. Tübingen: Niemeyer.
- KRESS, G. R. (1985) *Linguistics Process in Sociocultural Practice*. Victoria: Deakin University Press, p. 6-7.
- (2004) Commentary: Media Discourse – extensions, mixes, and hybrids: Some comments on pressing issues. *Text*, v. 24, n. 3, p. 443-446.

- KRESS, G. e HODGE, R. (1979) *Language as ideology*. Londres: Routledge.
- KRESS, G. e THREADGOLD, T. (1988). Towards a social theory of genre. *Southern Review*, v. 21, p. 215-243
- KRISTEVA, J. (1986) Word, dialogue and novel. In: T. Moi (ed.) *The Kristeva reader*. Oxford: Basil Blackwell.
- LABOV, W. (1972) *Sociolinguistics Patterns*. Philadelphia, Pa: University of Pennsylvania Press.
- LABOV, W. e FANSHEL, D. (1977) *Therapeutic discourse: psychotherapy as conversation*. Nova York: Academic Press.
- LATOUR, B. (1987) *Science in Action*. Cambridge: Harvard University Press.
- LAUERBACH, G. (2006) Discourse representation in political interviews: The construction of identities and relations through voicing and ventriloquizing. *Journal of Pragmatics*, v.38, n. 2, p.196-215.
- (2007) Argumentation in political talk show interviews. *Journal of Pragmatics*, v. 39, n. 8, p. 1388-1421.
- LEMKE, J. L. (1998) Resources for attitudinal meaning – Evaluative orientations in text semantics. *Functions of Language*, v. 5, n. 1, 1998. p. 33-56.
- LEVINSON, S. (1981) The essential inadequacies of speech act models of dialogue. In: H. Parret, M. Sbisà J. Verschueren (eds.) *Possibilities and Limitations of Pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins, p. 473-492.
- LUCHJENBROERS, J. e ALDRIDGE, M. (2007) Conceptual manipulation by metaphors and frames: Dealing with rape victims in legal discourse. *Text & Talk*, v. 27, n. 3, p. 339-359.
- LYONS, J. (1977) *Semantics*. Cambridge University Press, v. 1, 1977.
- (1977) *Semantics* Cambridge University Press, v. 2, 1977.
- MACKEN-HORARIK, M. (2003) APPRAISAL and the special instructiveness of narrative. *Text*, v.23, n.2, p.285-312.
- MALINOWSKII, B. (1923 [1946]) The Problem of Meaning in Primitive Languages. In: suplemento I C. K. Ogden e I. A. Richards *The Meaning of Meaning*. New York: Harcourt Brace & World, p. 296-336.
- MALINOWSKII, B. (1935), *Coral Gardens and their Magic, a Study of the Methods of Tilling the Soil and of Agricultural Rites in the Trobriand Islands*, v. 9. London: Allen and Unwin.
- MANNING, P. (2004) *Dog Whistle Politics and Journalism*. Sydney: Australian Centre for Independent Journalists.

MARTIN, J. R. (1984) Language, register and genre. In: F. Christie (ed.), *Children writing: reader*. Geelong: Deaking University Press, p. 21-30.

----- (1991) Intrinsic functionality: Implications for contextual theory. *Social Semiotics*, v. 1, n.1, p. 99-162.

----- (1992a) *English Text: System and Structure*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

----- (1992b) Theme, method of development and existentiality: the price of reply. *Occasional Papers in systemic Linguistics*, v.6, p.147-183.

----- (2000) Beyond exchange: APPRAISAL systems in English. In: S. Hunston e G. Thompson (eds.) *Evaluation in Text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, p.142-175.

----- (2003) Introduction. *Text*, v. 23, n. 2, p. 171-181.

MATTHIESSEN, C. (1992) Interpreting the textual metafunction. In: M. Davies e I. Revelli (eds.) *Advances in Systemic Linguistics: Recent Theory and Practice*. London: Pinter, p. 37-81.

----- (1995) *Lexicogrammatical Cartography: English Systems*. Tokyo, Taipei & Dallas: International Language Sciences Publishers.

MATTHIESSEN, C. e MARTIN, J. (1991) A response to Huddleston's view of Halliday's *Introduction to Functional Grammar*. *Occasional Papers in Systemic Linguistics*, v.5, p. 5-74.

*Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* (1998) São Paulo: Companhia Melhoramentos.

MILLER, C. (1984) Genre as Social Action. *Quarterly Journal of Speech*, n. 70, p. 151-167.

MINSKY, M. (1975) A framework for representing knowledge. In: P. Winston (ed.) *The Psychology of Computer Vision*. New York: McGraw-Hill.

----- (1977) Plain Talk About Neurodevelopmental Epistemology, *JCA*, v. 5.

MOORE, S. H. (2006) Managing rhetoric in 'smart' journalism: Generic and semantic contours. *Text & Talk*, v.26, n.3, p. 351-381.

MUNTIGL, P. (2002) Policy, politics, and social control: A systemic functional linguistic analysis of EU employment policy. *Text*, v. 22, n. 3, p. 393-441.

MYERS, G. (2004) Discourse Analysis. PhD in Applied Linguistics by Thesis and Coursework / New Route PhD.

- MEURER, J. L. (2004) Role prescriptions, social practices, and social structures: a sociological basis for the contextualization in SFL and CDA. In: *Systemic Functional Linguistics and Critical Discourse Analysis: studies in social change*. London: Continuum.
- NASH, W. (1989) *Rhetoric: The wit of persuasion*. Oxford: Blackwell.
- PAGANO, A. e VASCONCELLOS, M. L. (2005) Explorando interfaces: estudos de tradução, Lingüística Sistêmico-Funcional e lingüística de corpus. In: *Competência em tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- PALTRIDGE, B. (1994) Genre analysis and the identification of textual boundaries. *Applied Linguistics*, v. 15, n. 3, p. 288-299.
- (1995) Working with genre: a pragmatic perspective. *Journal of Pragmatics*, v. 24, p. 393-406.
- (1997) *Genre, Frames and Writing in Research Settings*. Amsterdam: John Benjamins.
- PARMENTIER, R. (1993) The political function of reported speech. In: J. Lucy (ed.) *Reflexive Language*. New York: Cambridge University, p. 261-286.
- PÊCHEUX, M. (1982) *Language, semantics and ideology*. London: Macmillan.
- PEZATTI, E. G. (2004) O funcionalismo em lingüística. In: F. Mussalim e A. C. Bentes *Introdução à lingüística -3 Fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez Editora.
- POYNTON, C. (1985 [1989]) *Language and gender: making the difference*. Geelong, Vic.: Deakin University Press.
- PRIDEAUX, G. D. (1991) Syntactic form and textual rhetoric: The cognitive basis for certain pragmatic principles. *Journal of Pragmatics*, v. 16, p. 113-129.
- RABAÇA, C. A. e BARBOSA, G. G. (2001). *Dicionário de comunicação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus.
- RAMOS, R. C. G. (1997) *Projeção de imagens através de escolhas lingüísticas: um estudo no contexto empresarial*. Tese de doutorado. PUC/SP.
- RASKIN, V. (1985) Linguistics and natural language processing. *Proceedings of the Conference on Theoretical and Methodological Issues in Machine Translation of Natural Languages*. New York: Colgate University, p. 14-16.
- REYNOLDS, M. (1997) Texture and structure in genre. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire* [Special issue: Genre Theory: New Perspectives], v. 73, n. 3, p. 686-97.
- (2000) The blending of narrative and argument in the generic texture of newspaper editorials. *International Journal of Applied Linguistics*, v.10, n.1, p. 25-40.



- RICOEUR, P. (1981) *Hermeneutics and the human sciences: Essays on language, action and interpretation* [tradução para o inglês por J. B. Thomson] Cambridge: Cambridge University Press.
- ROTHERY, R. (1994) *Exploring literacy in school English*. Sydney: NSW Department of School Education.
- SBISÀ, M. (2001) Illocutionary force and degrees of strength in language use. *Journal of Pragmatics*, v. 33, p.1791-1814.
- SCANELL, P. (1991) *Broadcast Talk*. London: Sage.
- SCHIFRIN, D. (1990) Between text and context. *Text*, v. 10, p. 245-270.
- (1994) *Approaches to Discourse*. Cambridge, USA: Blackwell.
- SCHEIBMAN, J. (2002) *Point of view and grammar*. Amsterdam: John Benjamins.
- SCOTT, M. R. (1999) *WordSmith Tools*. Oxford: Oxford University Press.
- SEARLE, J. R. (1969) *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SHANON, B. (1981) Classification of musical information presented to the right and left ear. *Cortex*, v. 17, n. 4, p. 583-95.
- SILVERSTEIN, M. (1976) Shifters, linguistic categories and culture description. In: K. Basso e H. Selby *Meaning in Anthropology*. Albuquerque: University of New Mexico. p.11-55.
- (1988) De-voice of authority. Paper apresentado no *87th Annual Meeting of the American Anthropological Association*. Phoenix, Arizona.
- (1992) The interminacy of contextualization: When is enough In: A. Diluzio e P. Auer (eds.) *The Contextualization of Language*. Amsterdam: John Benjamins, p. 55-75.
- (1993) Metapragmatic discourse and metapragmatic function. In: J. Lucy (ed.) *Reflexive Language*. New York: Cambridge University.
- SINCLAIR, J. Mch. (1988) Mirror for a text. *Journal of English and Foreign Languages*, v. 1.
- SIQUEIRA, C. P. (2000) *Análise temática em estudos de tradução – o caso dos relatórios anuais de empresas brasileiras*. Dissertação de mestrado. PUC-SP.
- SODRÉ, M. e FERRARI, M. H. (1986) *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus.
- SORNIG, K. (1988) Some remarks on linguistic strategies of persuasion. In: R. Wodak (ed.) *Language, power and ideology*, Amsterdam: John Benjamins, p. 95-113.

STUBBS, M. (1996) *Text and Corpus Analysis - Computer-assisted Studies of Language and Culture*. Oxford: Blackwell.

----- (2001) *Words and Phrases: Corpus Studies of Lexical Semantics*. Blackwell Publishers.

SWALES, J. (1990) *Genre analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

TANNEN, D. (1993a). Introduction. In: D. Tannen (ed.) *Gender and conversational interaction*. New York: Oxford University Press, p. 3-13.

----- (1993b) The relativity of linguistic strategies: Rethinking power and solidarity in gender and dominance. In: D. Tannen (ed.) *Gender and conversational interaction*. New York: Oxford University Press, p. 165-188.

TANNEN, D. e WALLAT, C. (1993) Interactive Frames and Knowledge Schemas in Interaction: Examples from a Medical Examination. In: D. Tannen (ed.) *Framings in Discourse*. New York: Oxford University Press.

THOMPSON, J. B. (1984) *Studies in the therapy of ideology*. Cambridge: Polity Press.

THOMPSON, G. (1996) Voices in the text: Discourse Perspectives on language reports. *Applied Linguistics*, v. 17, n. 4, p. 501-530.

THOMPSON, G. e THETELA, P. (1995) The sound of one hand clapping: The management of interaction in written discourse. *Text*, v. 15, n.1, p. 103-127.

THOMPSON, G. e ZHOU, J. (2000) Evaluation and organization in text: The structuring role of evaluative disjuncts. In: S. Hunston e G. Thompson (eds.) *Evaluation in Text: Authorial Stance and the Construction of Discourse*. Oxford: Oxford University Press.

TOLEDO, P. F. (2005) Genre analysis and reading of English as a Foreign language: Genre schemata beyond text typologies. *Journal of Pragmatics*, v. 37, p. 1059-1079.

TOLEDO-PEREIRA, D. (2005) *Escolhas temáticas no discurso de guias de turismo e monitores de museus no Brasil e na Espanha*. Dissertação de mestrado. PUC-SP.

TOOLAN, M. J. (1988) *Narrative: a critical linguistic introduction*. London: Routledge.

TOULMIN, S. E. (1958 [2006]). *Os usos do argumento*, tradução de Reinaldo Guarany, 2 ed. São Paulo: Martins Fontes.

TRUDGILL, P. (1974) *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin.

VAN DIJK, T. A. (1972) *Some aspects of text grammars*. The Hague: Mouton.

----- (1977) *Macrostructures*. New Jersey: Lawrence Erlbaum.

- (1980) *Macrostructures: an interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction, and cognition*. Hillsdale, N.J.: L. Erlbaum Associates.
- (1987) Discourse and power: Introduction. In: I. M. Zavala *et al.* (ed.) *Approaches to discourse, poetics, and psychiatry*. Amsterdam: Benjamins. p. 15-24.
- (1988) *News as discourse*. Hillsdale, NJ : L. Erlbaum Associates.
- (1997) *Discourse studies: a multidisiplinary introduction, v. 1*. London: Sage.
- VERSCHUEREN, J. (1985) *International New Reporting*. Amsterdam: John Benjamins.
- VESTERGAARD, T. (2000) That's not news: persuasive and expository genres in the press. In: A. Trosborg, *Analysing professional genres*. Amsterdam: John Benjamins. p. 97-119.
- VIGNER, G. (1988) Intertextualidade, norma e legibilidade. In: D. Costa *et al.* *O texto: Leitura e Escrita*. São Paulo: Pontes, p. 31-38.
- VOLOSHINOV, V. N. (1973) *Marxism and the philosophy of language*. MA: Cambridge University Press.
- WAUGH, L. R. (1995) Reported speech in journalistic discourse: The relation of function and text. *Text*, v. 15, n. 1, p. 129-173.
- WHITE, P. R. R. (2000) Dialogue and inter-subjectivity: reinterpreting the semantics of modality and hedging. In: M. Coulthard, J. Cotterrill e F. Rock (eds.) *Working With Dialogue*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, p. 67–80.
- (2003) Beyond modality and hedging: A dialogic view of the language of intersubjective stance. *Text*, v. 23, n. 2, p. 259-284.
- WHITTAKER, R. (1995) Theme, processes and the realization of meanings in academic articles. In: M. Ghadessy, *Thematic Development in English. Texts*. New York: Pinter.
- WHORF, B. L. (1956) Language, Thought and Reality: selected writings of Benjamin Lee Whorf. In: J. B. Carroll (ed.), *Language, Thought and Reality*. Cambridge: MIT Press.
- WILSON, J. (1990) *Politically Speaking*. Cambridge: Basil Blackwell.
- WORTHAM, S. e LOCHER, M. (1996) Voicing on the news: An analytic technique for studying media bias. *Text*, v.16, n.4, p. 557-585.
- YULE, G. (1996) *The study of language*. Cambridge: Cambridge University Press.

## ANEXOS

### Anexo 1 - Editoriais (T1 a T5)

[T1] *Folha de S.Paulo*, 19.09.06, 493 palavras

#### Desmandos sem fim

#### **Compra de dossiê contra tucanos requer apuração rápida e isenta; de novo, petistas estão envolvidos em ação gravíssima**

DEPOIS DO episódio Waldomiro Diniz, do escândalo do mensalão, dos dólares no baixo-ventre e da devassa na vida privada de um caseiro, é espantoso que petistas estejam envolvidos em mais um desmando gravíssimo. As primeiras investigações sobre uma tentativa primitiva de comprar informações de um empresário ligado à chamada máfia dos sanguessugas envolvem o Partido dos Trabalhadores e um assessor direto do presidente da República.

A impressão é que a seqüência de escândalos que varreu as cúpulas do governo federal e do PT em pouco mais de um ano não foi capaz de mudar comportamentos. Nem cogitações maquiavélicas acerca dos riscos evidentes de manobras escusas às vésperas de uma eleição em que Luiz Inácio Lula da Silva tem grandes chances de ser reconduzido ao Planalto parecem prevalecer.

Duas pessoas - um militante do PT de Mato Grosso e um advogado contratado pelo comitê de Lula - foram presas pela Polícia Federal na madrugada de sexta-feira, em São Paulo, com R\$ 1,7 milhão em dinheiro. O montante seria trocado por um dossiê supostamente envolvendo os candidatos do PSDB ao governo paulista, José Serra, e ao Planalto, Geraldo Alckmin, no esquema de venda de ambulâncias superfaturadas.

O advogado detido afirma ter sido contratado pela Executiva Nacional do PT para negociar a aquisição do material; disse que no pagamento também estaria contida uma entrevista concedida dias antes a uma revista pelo pivô do escândalo dos sanguessugas, o empresário Luiz Antonio Vedoin - que também foi preso na capital mato-grossense.

O mais grave no depoimento do advogado é que ele aponta, como o suposto interlocutor no PT da compra do dossiê, para Freud Godoy, até ontem assessor especial da Presidência e responsável pela segurança pessoal de Lula. Godoy admite ter tido contatos com o denunciante, mas nega ser o autor da compra dos papéis. A direção do partido também se desvincula da ação torpe.

Evidentemente, não se pode tomar como fato a versão apresentada por uma pessoa diretamente envolvida na operação clandestina. O depoimento do advogado, no entanto, tem pontos que coincidem com outras evidências - e até agora não surgiu nenhuma hipótese alternativa acerca da motivação que levou a dupla a negociar com o empresário das ambulâncias. É por isso que esse episódio, que mistura gangsterismo com disputa eleitoral, precisa de uma investigação exemplar, rápida e isenta.

A velocidade com que os escândalos se repetem na política é razão direta da impunidade. O Congresso absolveu os mensaleiros; o PT se esquivou da depuração interna e abençoou os rebentos do valerioduto; Lula fechou-se na posição de quem ignora o que se passa no gabinete ao lado. Vista sob esse ângulo, a desfaçatez dos que ainda ousam carregar malas de dinheiro sujo para comprar delações é só rotina - uma rotina que, se não for extirpada pelas instituições republicanas, vai lançar à vala comum a própria democracia.

[T2] Folha S. Paulo, 21.09.06, 515 palavras

### Rede de impunidade

#### **Lula perdeu chances que teve para acabar com o modo de ação autoritário e corrupto de grupos petistas no governo**

JORGE LORENZETTI, diretor de banco público, colaborador de uma fundação agraciada com R\$ 18 milhões em recursos federais e churrasqueiro presidencial, era “analista de risco e mídia” da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva; Oswaldo Bargas, ex-secretário do Ministério do Trabalho que, segundo “Época”, formou dupla com Lorenzetti para oferecer à revista um dossiê contra os tucanos, atuava no programa de governo.

Ricardo Berzoini, ex-ministro que só anteontem se lembrou de que fora avisado da negociação com o semanário, preside o PT e chefiava a campanha à reeleição. Expedito Veloso, o mais novo personagem do enredo, deixou ontem a diretoria de Gestão de Riscos do Banco do Brasil.

Esse é, passado o momento inicial da chamada crise do dossiê, o primeiro esboço do “dispositivo” petista posto em marcha na tentativa de comprar informações contra adversários. A responsabilidade de Berzoini, demitido ontem da coordenação da campanha, não desaparece quando diz que desconhecia o conteúdo da conversa de um subordinado com a imprensa. Se soube do encontro, mas não procurou informar-se do assunto a ser abordado, no mínimo se omitiu.

Conceda-se a Berzoini em um ponto. Dentro do grande mapa das falcatruas em que seus correligionários foram flagrados ao longo do governo Lula, a alegação do presidente petista de que não sabia de nada ganha sentido. Do mesmo modo que o presidente da República diz ignorar o que ocorria nos gabinetes vizinhos, as arapongagens de subordinados teriam passado ao largo do chefe da campanha do PT.

Tanta desinformação poderia soar a descontrole. A repetição “ad nauseam” dos desmandos, no entanto, vai revelando uma certa ordem no caos aparente. Nessa lógica, a ignorância a respeito do que se faz nos escalões inferiores do partido e do governo interessa aos chefes hierárquicos. O nada saber é o mecanismo que inibe que a “queda de um aparelho” venha a comprometer toda a organização.

Táticas herdadas da guerrilha urbana, solidariedades forjadas em décadas de luta entre grupos sindicais e acesso facilitado aos cofres e aos contratos públicos -aos financiadores da política, portanto- se amalgamam para formar a rede “lulo-petista”. Os grupos se movem com relativa autonomia, parecem fazer o que bem entendem, conspurcam as fronteiras entre Estado e partido, mas estão todos conectados entre si a sustentar um projeto de permanência no poder.

Lula teve várias oportunidades para liquidar esse submundo corrupto e autoritário instalado na máquina federal; teve meios para patrocinar depuração radical em seu partido. A imposição de uma derrota cabal ao modo “companheiro” de gerir o Estado era necessária. Mas o presidente preferiu o despiste e a acomodação. Foi o maior patrocinador da impunidade, alimento da desfaçatez que levou um grupo de “companheiros” a tentar comprar delações com dinheiro sujo em plena reta final da campanha.

Agiu bem o TSE ao abrir investigação sobre o caso do dossiê. O melhor antídoto contra a delinquência em rede é o estabelecimento das responsabilidades de cada um -o que o tribunal tem todas as condições de fazer.

[T3] Folha S. Paulo, 23.09.06, 510 palavras

### Operação dossiê

#### **Credibilidade da Polícia Federal enfrenta sua prova de fogo; lance decisivo é identificar origem do dinheiro**

IMPESSOALIDADE é o que se espera – mais, é o que se exige – da Polícia Federal na condução dos inquéritos acerca do chamado escândalo do dossiê. Não é trivial apurar todas as circunstâncias da trama criminosa que, partindo do núcleo da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição, deslançou um plano para desmoralizar adversários através da compra de informações com dinheiro sujo.

O que está em jogo são as condições eleitorais, legais e políticas para um eventual segundo mandato do presidente da República. Toda sorte de pressão é esperada quando falta apenas uma semana para a votação.

A favor da corporação pesa o seu comportamento recente. A Polícia Federal evoluiu institucionalmente ao longo do governo Lula. Hoje ela investiga delitos e planeja ações com mais eficiência. Suas “operações” anticrime, que foram se multiplicando com o passar do tempo, têm tido impacto positivo no combate a bastiões simbólicos da impunidade – juízes, políticos e empresários não deixaram de ser investigados e detidos pela PF.

Os agentes federais, no entanto, nunca tiveram de lidar com uma situação politicamente tão espinhosa quanto a deflagrada pela prisão, na capital paulista, de dois petistas com R\$ 1,7 milhão na semana passada. O episódio do caseiro Francenildo Costa, cujo sigilo bancário foi violado pela Fazenda em março deste ano, é o que mais semelhanças guarda com o das diatribes dos “companheiros” Jorge Lorenzetti, Oswaldo Bargas “et cetera”.

Daquela feita, porém, a pressão política caiu bastante depois da demissão de Antonio Palocci Filho, e o trabalho da PF acabou subsidiando denúncia aparentemente vigorosa do Ministério Público contra o ex-titular da Fazenda. Agora, é o presidente da República, que não pode ser afastado como se afasta um ministro, que está no centro da crise.

O balanço preliminar da ação da Polícia Federal contra o “dispositivo de inteligência” da campanha lulista tem altos e baixos. A corporação logrou detectar o ato ilícito ainda em gestação e agir com rapidez para deter os suspeitos em flagrante, minimizando a chance de destruição de provas. Foi parcial, porém, ao mostrar apenas parte das evidências capturadas. Exibiu as fotos que supostamente comprometiam José Serra, mas proibiu a divulgação de imagens do dinheiro apreendido com a dupla do PT.

Suspeita também foi a decisão de aumentar o controle da cúpula da PF sobre o caso, afastando do inquérito o delegado que deteve os petistas em São Paulo.

A prova de fogo da Polícia Federal ainda aguarda o lance decisivo: a revelação da fonte do dinheiro para remunerar o “dossiê” contra candidatos tucanos. Não há razão para demora nesse procedimento. Os bancos devem dar ciência imediata ao Coaf – órgão da Fazenda que monitora lavagem de dinheiro - sobre cada saque acima de R\$ 100 mil. Daí a se identificarem o sacador e suas conexões com o resto da quadrilha, não há de ser difícil.

Uma falha da PF nesse caso – um flerte com a politicagem – e vai para o ralo a credibilidade conquistada pelo órgão até aqui.

[T4] Folha de S.Paulo, 24.09.06, 540 palavras

### Degradação

#### **Conspiradores se dizem vítimas de conspiração, mafiosos acusam quem os indicia, intelectuais militam na mentira**

NADA MAIS sintomático – sintomático da degradação de um partido antes identificado com a ética na política – do que o argumento petista segundo o qual o chamado “escândalo do dossiê” visaria a conturbar o pleno transcurso do calendário eleitoral.

Flagrados de novo em ato explícito de delinqüência, setores próximos ao presidente Lula reagem com um desgastado repertório de absurdos. Confiantes no sucesso da candidatura petista e na credulidade da população, sustentam que o presidente da República “só teria a perder” com a estúpida trama que a Polícia Federal veio a revelar. Tudo teria sido uma tentativa de “melar” as eleições presidenciais.

Não é verdade. De Freud Godoy a Jorge Lorenzetti, de Jorge Lorenzetti a Ricardo Berzoini, o que se viu foi o envolvimento de nomes historicamente ligados a Lula e à hierarquia petista em uma trama destinada a favorecer a candidatura de Aloizio Mercadante ao governo de São Paulo.

Caso o esquema desse certo, seriam José Serra, adversário de Mercadante, e Barjas Negri, seu sucessor no Ministério da Saúde do governo Fernando Henrique, as figuras a monopolizar o noticiário em torno do escândalo dos sanguessugas. Se houver, as responsabilidades de ambos terão de ser identificadas com máximo e idêntico rigor.

Mas o esquema não deu certo. O malogro resultou em infortúnio para o PT e seu candidato à Presidência. Revelou-se mais um ato de violência intimidatória – o mais grave, sem dúvida – a cobrir de vergonha a legenda do Partido dos Trabalhadores.

Compra-se, com dinheiro sujo, um dossiê capaz de incriminar opositoristas. Após o flagrante policial, jorram lágrimas de crocodilo. Conspiradores sem escrúpulo se dizem vítimas de conspiração. Mafiosos acusam quem os indicia. Intelectuais se tornam militantes da mentira. Como nos tempos de Stálin, setores de esquerda se esfalfam em condenar os que não ficam cegos aos desmandos do tirano.

Lula não é nenhum tirano. Mas, se ele próprio é levado a condenar a felonias de seus companheiros, sua candidatura representa a tolerância com toda uma quadrilha.

Uma quadrilha que vê, na ilegalidade, a volta ao charme romântico de uma época em que havia méritos em ser clandestino. Uma quadrilha que aproveita, do messianismo ideológico de outros tempos, os argumentos de que a elite quer apeá-la do poder. Uma quadrilha que, por fidelidade ao chefe, por submissão ao chefe, imagina agradá-lo quando mergulha na prepotência, no autoritarismo, na chantagem e na corrupção.

Talvez o chefe goste disso. Talvez premie, num futuro mandato, asseclas menos desastrados. Tudo depende do aval que lhe derem as urnas. Esta Folha mantém, como sempre, o compromisso de apartidarismo que está entre as razões de ser de sua atividade jornalística.

Nas eleições que opuseram Fernando Collor de Mello, de um lado, e Luiz Inácio Lula da Silva, de outro, este jornal não tomou partido. Os asseclas de Collor promoveram uma patética invasão da Folha uma semana depois da posse. Os asseclas de Lula por ora se limitam a reclamar de supostas malevolências opositoristas.

Não há malevolência, porém, diante do fato consumado. Não há inocência tampouco. No âmago do governo Lula, age uma organização disposta a quase tudo para se manter no poder. De seu sucesso -ou não- depende o futuro da democracia brasileira.

[T5] Folha S. Paulo, 25.09.06, 485 palavras

### Sismo sob o PT

#### **Crise do dossiê relançou a sorte da disputa presidencial, que entra na sua semana decisiva sob o signo da incerteza**

A ECONOMIA , quase sempre em crise, foi o principal elemento a conferir dramaticidade aos pleitos que, desde 1989, elegeram presidentes da República no Brasil. A ironia é que agora, quando os parâmetros financeiros acusam inusitada calma, os desmandos da política é que são lançados ao proscênio nos últimos dias de campanha antes do primeiro turno.

A menos de 150 horas da abertura da votação, paira no ar a incerteza. Dissipou-se a monotonia de um cenário que, há dez dias, apontava para uma vitória tranqüila de Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro turno. Na madrugada de sexta, 15 de setembro, dois petistas foram presos com R\$ 1,7 milhão em dinheiro vivo. Negociariam um dossiê contra adversários; acabaram relançando a sorte da eleição.

Em campo sete dias após o flagrante da Polícia Federal, o Datafolha apurou ligeira oscilação negativa, dentro da margem de erro, na intenção de voto de Lula. Avançou um ponto o bloco de seus adversários. Oito pontos percentuais separam o presidente dos concorrentes. Na análise estatística, tudo igual: o petista teria sido reconduzido ao Planalto, em turno único, se as eleições houvessem ocorrido na sexta-feira passada.

Sem a crise do dossiê, seriam mesmo favas contadas a reeleição de Lula no domingo que vem. Mas o solo em que caminha a candidatura petista está tremendo – e não vai parar de chacoalhar nos próximos seis dias.

Esperam-se novidades acerca do mais grave elemento ainda incógnito na operação organizada por pessoas na cúpula da campanha presidencial, companheiros de partido e sindicalismo de Lula. Trata-se de saber como foi financiada a compra das informações, de onde veio o dinheiro.

Se cinco dias de intensa exposição do caso nos meios de comunicação e de exploração eleitoral pela campanha de Geraldo Alickmin não bastaram para mudar o quadro no Datafolha, nada garante que o comportamento do eleitorado permaneça o mesmo de hoje até domingo.

O desenrolar do escândalo, a manutenção do caso em destaque no noticiário e a intensificação da estratégia oposicionista até quinta-feira – último dia de propaganda eleitoral – ainda podem alterar esse quadro o suficiente para levar a disputa presidencial para o segundo turno. Basta que as intenções de voto de Lula caiam quatro pontos percentuais e que estes sejam transferidos para seus adversários.

É alto (71%) o índice dos eleitores que tomaram conhecimento dos fatos básicos do escândalo, mas ele ainda é razoavelmente menor (61%) no estrato mais fiel a Lula – pessoas com renda familiar mensal até R\$ 700, que perfazem metade do eleitorado. São eles os responsáveis pela impressionante resistência da candidatura Lula a uma sucessão igualmente impressionante de escândalos na administração petista.

Essa fidelidade, calcada, entre outros fatores, em melhorias efetivas – embora insustentáveis nos termos em que evoluíram - na condição de vida, vai passar por seis dias decisivos de teste.



## Anexo 2 – Resultados da análise parcial dos editoriais T1 a T5

Dimensão	Desej		Aval		Neces		Esper		Signi		Compr		Humor		Total (%)
	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	P	N	
Explícito	32	132	86	35	10	0	15	8	67	0	8	2	1	0	396
	5%	23%	15%	6%	2%	0%	3%	1%	11%	0%	1%	0%	0%	0%	68%
Implícito	11	90	7	5	15	1	14	19	24	1	2	0	0	0	189
	2%	15%	1%	1%	3%	0%	2%	3%	4%	0%	0%	0%	0%	0%	32%
Ocorrências por polaridade	43	222	93	40	25	1	29	27	91	1	10	2	1	0	585
	7%	38%	16%	7%	4%	0%	5%	5%	16%	0%	2%	0%	0%	0%	100%

## Anexo 3 – Resumo do incidente

### Entenda as crises que atingiram o primeiro mandato de Lula

O presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enfrentou uma série de crises políticas em seu primeiro mandato. A primeira delas estourou em fevereiro de 2004 e envolvia o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, flagrado em vídeo negociando propina com um empresário do ramo de jogos.

Manobras políticas da base governista no Congresso impediram a criação imediata de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar as denúncias. Com isso, a CPI dos Bingos só foi instalada no final de junho de 2005.

Apelidada de “CPI do Fim do Mundo”, a CPI passou a investigar todo tipo de denúncia que surgiu contra o governo, como a suposta ligação entre o assassinato do prefeito Celso Daniel (PT) e o esquema de financiamento de campanhas; as possíveis irregularidades na Prefeitura de Ribeirão Preto durante a gestão de Antonio Palocci; a suposta doação de casas de bingo ou a remessa de dólares vindos de Cuba para a campanha de Lula, entre outros temas explosivos.

Em março de 2006, a CPI ouviu o caseiro Francenildo Costa, que desmentiu Palocci ao afirmar que o ex-ministro freqüentava uma mansão em Brasília usada por lobistas para fechar negócios suspeitos e promover festas com prostitutas. O local, conhecido como “República de Ribeirão Preto”, foi alugado por ex-assessores de Palocci.

O depoimento de Francenildo acabou deflagrando outro escândalo, pois seu sigilo bancário foi violado ilegalmente logo após participar da CPI. A Polícia Federal suspeita que Palocci seja o mandante da quebra do sigilo.

### Mensalão

Se o caso Waldomiro Diniz incomodava o governo, o que veio depois causou uma devassa na estrutura política do país: o mensalão.

O estopim da crise surgiu em maio de 2005, com a revelação de uma fita de vídeo, que mostrava o ex-funcionário dos Correios Maurício Marinho negociando propina com empresários interessados em participar de uma licitação. No vídeo, o funcionário da estatal dizia ter o respaldo do deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Acuado, Jefferson decidiu sair para o ataque contra o governo. Em entrevista à Folha, no início de junho, Jefferson denunciou um suposto esquema de pagamento de mesada a parlamentares da base aliada em troca de apoio político.

Antes mesmo da denúncia de Jefferson, já havia sido criada a CPI dos Correios, que tinha o objetivo de investigar as denúncias de corrupção nas estatais, mais especificamente, nos Correios. Seu foco, no entanto, foi deslocado pouco depois para a investigação da existência do suposto “mensalão”.

Em outra manobra do governo, foi criada a CPI do Mensalão, que tinha como objetivo investigar as denúncias sobre o esquema de pagamento de propina a parlamentares, mas também acusações sobre a gestão anterior, de Fernando Henrique Cardoso, sobre compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição.

No entanto, a comissão encerrou seus trabalhos em novembro de 2005 sem aprovar um relatório final e sem aprofundar devidamente todas as investigações.

O presidente da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), classificou a falta de vontade política como o principal motivo para o encerramento dos trabalhos da comissão. Foram protocoladas na Mesa do Congresso as assinaturas de 148 deputados em apoio à prorrogação dos trabalhos da CPI do Mensalão. O mínimo exigido era de 171 deputados.

À CPI dos Correios coube o mérito de ajudar a revelar o esquema de distribuição de recursos a parlamentares, teoricamente, para bancar despesas de campanhas eleitorais, apelidado pela imprensa de “valerioduto”, devido ao nome de seu operador, o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza.

### **Sanguessugas**

Já em 2006, estourou outro esquema de corrupção descoberto pela PF que envolvia membros do Congresso Nacional e do Executivo: a máfia das ambulâncias. A CPI dos Sanguessugas foi criada recentemente e ainda está apurando o alcance do esquema entre parlamentares. Os nomes de ao menos 90 pessoas já apareceram nas investigações.

A quadrilha desmontada pela PF, que fraudava a venda de ambulâncias para prefeituras de diversos Estados do país, era chefiada pela família Trevisan Vedoin, em Mato Grosso.

A empresa da família era chefiada por Darci José Vedoin e Luiz Antonio Vedoin, pai e filho, e tinha membros infiltrados na Câmara dos Deputados, no Ministério da Saúde e na Associação de Municípios do Mato Grosso.

O primeiro passo da ação da quadrilha era o contato com os prefeitos interessados. O responsável pelo contato seria José Wagner dos Santos.

Nessa conversa com os prefeitos, ele dizia que poderia entregar uma ambulância completa antes do prefeito conseguí-la pelos trâmites normais. Com isso, o prefeito ficaria livre de toda a burocracia e não teria de fazer nenhum esforço.

Com a concordância do prefeito, a quadrilha acionava assessores de parlamentares que preparavam emendas a serem apresentadas por deputados e senadores. O texto era aprovado no Congresso Nacional e a assessora do Ministério da Saúde, Maria da Penha Lino, teria a incumbência de aprovar o convênio e facilitar a liberação do recurso.

Caberia à empresa Planam, de propriedade da família Trevisan Vedoin, montar as ambulâncias e entregá-las ao prefeito. A empresa superfaturava em até 110% a operação e entregava um veículo sem os equipamentos Necessidades para atendimentos de emergência.

No total, a quadrilha teria movimentado R\$ 110 milhões desde 2001 e entregue 1.000 veículos. Cada intermediário recebia propina para atuar.

A quadrilha já começava a operar um outro esquema. Dessa vez, em licitações de equipamentos para inclusão digital. O delegado responsável, Tardeli Boaventura Cerqueira, disse ter encontrado indícios de licitações fraudulentas nessa área.

A denúncia que permitiu o início das investigações partiu do próprio governo. Coube à Controladoria-Geral da União alertar a PF sobre as irregularidades.

A PF iniciou as investigações em 2004 e, com o auxílio da Receita Federal, identificou 22 empresas fantasmas montadas para dar aparência de veracidade às concorrências para venda das ambulâncias.

### Entenda o caso do dossiê

A Polícia Federal apreendeu ontem US\$ 248,8 mil e R\$ 1,168 milhão (R\$ 1,7 milhão), em um hotel de São Paulo, em poder do petista Valdebran Carlos Padilha da Silva, empreiteiro mato-grossense, e de Gedimar Pereira Passos, advogado e ex-agente da PF. Eles estavam intermediando a compra de vídeos, fotos e documentos que mostrariam suposto envolvimento dos candidatos tucanos Geraldo Alckmin e José Serra com a máfia dos sanguessugas.

O material, que teria sido reunido e arquivado por Luiz Antonio Vedoin, um dos donos da Planam, foi encontrado e apreendido em Cuiabá (MT), na noite de anteontem.

Vedoin, apontado como chefe do esquema dos sanguessugas, foi preso ontem pela Polícia Federal, na capital mato-grossense, sob acusação de “ocultação e venda de provas” e “chantagem de pessoas envolvidas em crimes”.

Em nota oficial, a PF informou que a operação policial começou na noite de anteontem, no aeroporto de Várzea Grande, “região metropolitana de Cuiabá, quando localizou na bagagem de Paulo Roberto Trevisan [primo de Vedoin] uma fita de vídeo, um DVD, uma agenda e seis fotografias que vinculariam políticos ao esquema de superfaturamento [na compra de ambulância pelo Ministério da Saúde] investigado na Operação Sanguessugas”.

“No vídeo aparece José Serra. Tem fotos do Alckmin e do [senador tucano] Antero [Paes de Barros] e deputados daqui”, afirmou a PF em Mato Grosso.

Trevisan foi detido quando subia a escada do avião com uma pasta azul levando o material com imagens da presença de Serra e outros tucanos na entrega de 41 ambulâncias em Cuiabá, em maio de 2001. As ambulâncias foram vendidas pela Planam. Trevisan estava embarcando para São Paulo, onde ocorreria a negociação.

Levado à PF, Paulo Trevisan disse que iria entregar o material em São Paulo a pedido de Vedoin a uma pessoa que o reconheceria pela pasta azul. Em seguida, Trevisan foi liberado. A PF de Mato Grosso acionou a Superintendência da PF em SP na madrugada de ontem. Mediante ordem judicial, pediu que os policiais localizassem Padilha e Passos. Eles foram encontrados nos quartos 475 e 479 do hotel Ibis Congonhas, próximo ao aeroporto.

Tecnicamente, não foram presos em flagrante, pois não é crime portar dinheiro em espécie, conforme a legislação brasileira. A ilegalidade se confirmará se não conseguirem comprovar a origem do dinheiro. Eles foram levados pelos policiais à superintendência da PF para prestar esclarecimentos sobre o montante que estava em seu poder e ficaram detidos, pois tiveram sua prisão temporária decretada por sete dias.

Por determinação judicial, o dinheiro apreendido ficará sob a custódia da 3ª Vara da Justiça Federal em Mato Grosso. Vedoin está sob a custódia da Polinter, em Cuiabá. Segundo a PF, as diligências executadas em São Paulo e Cuiabá têm autorização judicial, despachada pelo juiz César Bearsi, também da 3ª Vara da Justiça Federal.

### Desdobramentos

As prisões realizadas ontem, segundo a PF, são desdobramento da Operação Sanguessugas, deflagrada em maio, com a prisão de 48 empresários -entre os quais Darci e Luiz Antonio Vedoin- e funcionários de suas empresas, além dos ex-deputados Ronivom Santiago e Carlos Rodrigues.

Ao dar seqüência a linhas de investigação que derivavam do foco principal da operação sanguessugas, a PF identificou novos personagens no desdobramento de negócios atribuídos aos Vedoin. Segundo a PF, os policiais receberam uma informação de que Paulo Trevisan

estava levando o material a São Paulo. A Justiça Federal havia autorizado escutas telefônicas para monitorar Vedoin.

Padilha seria o coordenador da campanha petista em Mato Grosso. À PF Gedimar Passos disse que estava a serviço do PT na negociação para comprar documentos e imagens que poderiam colocar sob suspeita os candidatos tucanos à Presidência e ao governo paulista.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1609200602.htm>  
Acesso: 25.09.06

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)